

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

DANIELLE MARIA VIEIRA ALVES RAPOSO

Identidade profissional docente e participação sindical

Juiz de Fora

2015

DANIELLE MARIA VIEIRA ALVES RAPOSO

Identidade profissional docente e participação sindical

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Diva Chaves Sarmento.

Juiz de Fora

2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ensinar a cada dia que os Seus sonhos são os melhores para mim.
Obrigada, Senhor!

À professora Diva Chaves Sarmiento, por seu profissionalismo e por sua amizade ao longo dos anos. Seus ensinamentos ultrapassaram a vida acadêmica e nortearam diferentes momentos de minha vida.

Ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, representado por seus diretores, tornando possível a realização desta pesquisa.

Aos professores que aceitaram fazer parte desta investigação.

Aos colegas de curso com quem dialoguei, chorei e sorri.

Aos amigos que acreditaram e torceram por mim.

À minha família, pela confiança e apoio. Sem vocês este sonho não se realizaria. Mãe, Monalise e Rafaella, obrigada por cuidarem de mim e da Theo com tanto carinho.

Ao meu marido Érico por ter me incentivado a retomar os estudos e a iniciar esta pesquisa.

À minha pequena filha, Theodora, que nasceu durante o período desta investigação e que por tantas vezes teve que aguardar por minha companhia.

RESUMO

O estudo que desenvolvemos teve como objetivo verificar se a participação em sindicato docente tem oportunizado a criação ou o fortalecimento da identidade profissional entre os professores sindicalizados. O período considerado nesta análise compreende os anos de 2004 a 2010. Para tanto abordamos como panorama geral as influências da perspectiva neoliberal na educação e na própria delimitação das ações dos sindicatos no país, com maior destaque para a trajetória dos sindicatos docentes. A interlocução teórica nesta pesquisa se dá com autores tais como Dalila Andrade Oliveira, Antonio Nóvoa, Maria da Glória Gohn e Armando Boito Jr. cujas discussões podem contribuir para a compreensão dos temas elencados neste estudo, sendo estes: formação do professor e identidade profissional docente; participação política e sindicalismo. Como instrumentos metodológicos contamos com análise documental e a realização de entrevista com professores sindicalizados e diretores da entidade sindical. O estudo demonstrou que, para a maior parte dos educadores entrevistados, esta participação não é a principal referência na formação da identidade profissional do professor. Questões como histórias de vida, influência familiar e a própria prática são citadas por quase todos, como estando na base da formação e da docência. Na perspectiva dos diretores entrevistados, além dos fatores enunciados, a participação sindical possui papel de destaque na conscientização do grupo e na criação da identidade profissional, havendo a necessidade de que esta ideia seja melhor trabalhada entre os professores mais jovens que passaram a compor o quadro sindical docente nos últimos anos. Neste estudo, de um modo geral, a justificativa para a participação sindical surge associada a garantia de direitos e condições trabalhistas.

Palavras-chave: sindicato docente; participação; identidade profissional.

ABSTRACT

In this study, we analyzed whether the participation of teachers in the Teachers' Union have provided opportunities for either the creation or the strengthening of their professional identities at public district schools. It was considered the period between 2004 and 2010. For this, we approached the influences of the neoliberal perspective on education and on the delimitation of unions' actions across the country, emphasizing the paths taken by teachers' unions. Our theoretical basis is grounded in Dalila Andrade Oliveira, Antonio Nóvoa, Maria da Glória Gohn and Armando Boito Jr., whose discussions contribute to the comprehension of themes selected: teachers' education and professional identity; political participation and unionism. As for methodological tools, we used document analysis and interviews with teachers adhered and directors of this institution. This study demonstrated that, for most teachers interviewed, union participation is not the main reference in the professionals' identity formation. Topics like life stories, family influence and teachers' own practices are mentioned by nearly all as being in the basis of education and teaching. As far as the perspectives of directors interviewed are concerned – besides the aforementioned reasons – union participation plays an imperative role in raising members' political awareness and in creating a professional identity. Then, it is necessary to make this idea more discussed amongst younger teachers who have taken part in the city's district union for the last years. In this research, in general, the reasons for adhering are related to warranty of rights and labor conditions.

Keywords: teachers' union; participation; professional identity.

RÉSUMÉ

L'étude place en vue de déterminer si la participation à l'union de l'enseignement a opportunizado la création ou le renforcement de l'identité professionnelle des enseignants syndiqués. La période considérée dans cette analyse couvre les années 2004 à 2010. Pour cette approche comme un aperçu général des influences de la perspective néolibérale dans l'éducation et propre délimitation des actions des syndicats dans le pays, notamment la trajectoire des syndicats d'enseignants. Le dialogue théorique dans cette recherche est avec des auteurs comme Dalila Andrade Oliveira, Antonio Novoa, Maria da Glória Gohn et Armando Boito Jr. dont les discussions peuvent contribuer à la compréhension des questions énumérées dans cette étude, à savoir: la formation des enseignants et l'identité professionnelle des enseignants ; la participation politique et le syndicalisme. Comme outils méthodologiques reposent sur l'analyse de documents et des entrevues avec les enseignants syndiqués et administration d'une organisation syndicale. L'étude a montré que pour la plupart des enseignants interrogés, cette participation ne sont pas la principale référence dans la formation de l'identité professionnelle des enseignants. Des questions telles que des histoires de vie, l'influence de la famille et de la pratique elle-même sont cités par presque tout le monde d'être sur la base de la formation et de l'enseignement. Les personnes interrogées administrateurs autres que ces facteurs définis, la participation de l'Union a un rôle important dans la prise de conscience du groupe et la création de l'identité professionnelle, avec la nécessité de cette idée est mieux élaboré entre les jeunes enseignants qui font maintenant partie de l'image l'enseignement de l'union au cours des dernières années. Dans cette étude, en général, la justification de la participation de l'Union semble être liée à garantir les droits et les conditions de travail.

Mots-clés: le syndicat des enseignants; la participation; identité professionnelle.

LISTA DE APÊNDICES

A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM DIRIGENTES SINDICAIS

B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES

C – QUADRO DE CONSULTA DOUMENTAL “CHAMADAS”

LISTA DE ANEXOS

A - MODELO DE PUBLICAÇÃO TEMÁTICA “CHAMADAS”

LISTA DE SIGLAS

SINPRO/JF: Sindicato dos Professores de Juiz de Fora

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

CTERA: Confederación de Trabajadores de la Educación de La Republica Argentina

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CUT: Central Única dos Trabalhadores

ASTE: Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo de Trabalhadores em Educação

UnB: Universidade de Brasília

IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz

UFPeL: Universidade Federal de Pelotas

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF: Universidade Federal Fluminense

PNE: Plano Nacional da Educação

PROALFA: Programa de Avaliação da Alfabetização

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

ENADE: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FVC: Fundação Victor Civita

GT: Grupos de Trabalho

ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

MUT: Movimento de Unificação dos Trabalhadores

MNPT: Movimento Nacional Popular Trabalhista

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores / Central Geral dos Trabalhadores / Confederação Geral dos Trabalhadores

PUA: Pacto de Unidade e Ação

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CONCLAT: Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

PT: Partido dos Trabalhadores

CSP CONLUTAS: Central Sindical e Popular Coordenação Nacional de Lutas

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PCB: Partido Comunista Brasileiro

CTB: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CSC: Corrente Sindical Classista

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PLR: Participação de Lucros e Resultados

ONG: Organização Não Governamental

CONTEE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

SIND-UTE: Sindicato Único dos Trabalhadores Estaduais

CONSINPRO: Congresso do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora

ACVM: Ajuda de Custo e Valorização do Magistério

FAPEB: Fundo Municipal de Apoio à Pesquisa na Educação Básica

CAP: Comissão de Avaliação de Projetos

FMI: Fundo Monetário Internacional

FHC: Fernando Henrique Cardoso

GEB: Gerência de Educação Básica

MPT: Ministério Público do Trabalho

EJA: Educação de Jovens e Adultos

PJF: Prefeitura de Juiz de Fora

PRB: Professor Regente B

CFP: Centro de Formação do Professor

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

MEC: Ministério da Educação

SME: Secretaria Municipal de Ensino

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	p. 10
1.1 - Opções metodológicas	p. 12
2 – O QUE DEMONSTRAM AS PESQUISAS SOBRE SINDICATOS DOCENTES	p. 17
3 – IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE E PARTICIPAÇÃO.....	p. 25
4 – MOVIMENTO SINDICAL E OS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL.....	p. 52
5 –IDENTIDADE PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO NO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA.....	p. 69
5.1 - O Estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora	p. 77
5.2 - Publicações temáticas: As “Chamadas” feitas aos professores da Rede Municipal de Ensino.....	p. 83
5.3 – O que apontam as entrevistas.....	p. 94
5.3.1 – A percepção dos dirigentes sindicais	p. 95
5.3.2 – A visão dos professores	p. 103
6 –CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 114
REFERÊNCIAS.....	p. 125
APÊNDICES	p. 130
ANEXOS	p. 136

I – INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como base as análises empreendidas durante meu curso de Mestrado¹, quando estudei o Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora² enquanto possível espaço de promoção de processos participativos, conquista de autonomia e democratização das políticas públicas de educação no município.

A composição de um Conselho Municipal de Educação pode refletir se a educação municipal está em consonância com os princípios de educação democrática, uma vez que no mesmo possam estar representados diversos segmentos da sociedade.

No Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora alguns segmentos constitutivos do colegiado surgiram, na época do estudo, como notoriamente presentes e participativos nos trabalhos desenvolvidos no órgão, o que fez com que nos debruçássemos com maior atenção sobre suas ações. Destacaram-se os representantes de pais de alunos das escolas municipais e os representantes do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora – SINPRO/JF.

Entendendo que não seja suficiente que a participação esteja “legalizada”, buscamos verificar os reflexos desta participação nas deliberações do Conselho e na elaboração de políticas educacionais para o município. Estes desdobramentos da participação é que demonstrariam, a exemplo do que sugere Gohn (1988), se a participação é real ou formal.

No modelo formal a participação não realiza transformações na ordem vigente, mantém o *status quo* e geralmente sofre controle político e ideológico, exercido pelo poder instituído, o Estado. A participação real, por sua vez, é aquela que provoca transformações, fomentando o estabelecimento de identidades próprias. O principal fator de diferenciação entre estas duas maneiras de se exercer a participação é exatamente o comportamento dos agentes envolvidos no processo participativo.

¹Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (2004 – 2006).

²ALVES, Danielle Maria Vieira. Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora: Democratização, participação e autonomia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF, Juiz de Fora, 2006.

A partir do caráter pedagógico contido em processos participativos é que a participação em um Conselho Municipal de Educação pode funcionar como uma “escola” de exercício do direito político. Conforme foi dito por Marshall (1963), este direito se refere à garantia da participação no controle político de uma sociedade.

Dos integrantes mais participativos deste Conselho, conforme já foi dito, destacaram-se os representantes do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora - SINPRO/JF, que demonstraram preocupar-se em transformar o espaço das interlocuções para que o mesmo se tornasse favorável aos interesses do grupo que representavam, além de manifestarem a preocupação para com o oferecimento de uma educação de qualidade no município.

Com base nestes primeiros achados sobre o SINPRO/JF e de posse dos resultados da dissertação, ainda me chamavam a atenção, nas escolas onde atuei como coordenadora pedagógica, professora e vice-diretora, os posicionamentos diferenciados entre educadores sindicalizados e não sindicalizados. Observava que, em geral, nestas escolas, os professores filiados ao SINPRO/JF e que possuíam um maior envolvimento com o sindicato eram mais preocupados com questões políticas e suas repercussões na educação e nas comunidades escolares. Estes docentes me chamavam a atenção por terem um discurso afinado com as questões postas pela entidade sindical aos educadores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora e por assumirem posições de liderança dentro das escolas, incentivando e motivando colegas, alunos e comunidades a compreenderem e participarem da luta pela valorização da educação pública e do magistério municipal. Esses professores se destacavam por sinalizarem conscientização política com vistas à possível mudança da sociedade através da educação e se relacionavam de maneira mais próxima com os integrantes da comunidade escolar. Em geral, os professores que não eram sindicalizados ficavam à margem deste tipo de ação, não esboçando posicionamentos definidos quanto a estas questões. Em muitos momentos eram cooptados pelas decisões da maioria, sem expressarem suas opiniões, antes de conhecerem a posição do grupo.

Estas diferenças foram se realçando e enquanto eu as percebia fui criando hipóteses a respeito da participação em um sindicato docente, passando a me questionar se esta influenciaria na criação ou no fortalecimento da identidade profissional do professor. As leituras feitas sobre o possível caráter pedagógico contido em processos participativos (GOHN, 1988), os resultados da dissertação de mestrado com dados sobre a atuação dos representantes do SINPRO no Conselho Municipal de Educação e a minha vivência

profissional em escolas da rede municipal foram responsáveis, portanto, para que decidisse continuar meus estudos acadêmicos a partir da seguinte questão central: a participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora tem oportunizado a criação ou o fortalecimento da identidade profissional dos membros da rede municipal de ensino? A partir do que foi exposto definimos essa questão como objetivo do estudo. Também buscamos analisar as atribuições e competências do SINPRO e verificar, segundo a percepção dos próprios profissionais, se a participação nesta associação sindical interfere em sua prática profissional.

Nesta pesquisa estão contempladas as ações do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora entre os anos de 2004 e 2010. Abordamos como panorama geral deste período as influências da perspectiva neoliberal na educação brasileira e na própria delimitação das ações dos sindicatos no país.

1.1- Opções metodológicas

Neste trabalho optamos pela investigação de cunho qualitativo, contando com análise documental e a realização de entrevistas com docentes filiados ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora - SINPRO/JF e membros de sua diretoria.

O trabalho de consulta e análise documental teve início no ano de 2014 após o pedido de autorização feito à Diretoria do Sindicato e continuou ao longo de toda a pesquisa. Comparecemos a dois encontros com diretores, no intuito de explicar os objetivos da pesquisa, como pretendíamos realizá-la e qual seria a contribuição necessária por parte do SINPRO. Vencida esta etapa, aguardamos durante cerca de um mês, até que nosso pedido fosse apresentado em reunião de diretoria, devendo ser aprovado por todos os presentes. Tendo obtido a autorização para iniciar a pesquisa documental fomos informados de que contaríamos com o auxílio da jornalista responsável pelo arquivo e pela divulgação midiática do sindicato.

Inicialmente solicitamos acesso aos livros de atas das assembleias, livros de Chamadas, correspondências e recortes de jornais relacionados ao período que seria estudado. Em contato com dois diretores, porém, fomos alertados para o fato de que nos livros de atas das assembleias realizadas encontraríamos apenas as assinaturas dos

presentes aos encontros, depois de já terem sido apresentados os temas de pauta a serem tratados pelo grupo naqueles momentos específicos. Estes temas teriam sido apresentados à categoria, anteriormente, através das “Chamadas” encaminhadas aos professores. Aceitamos, portanto, a sugestão de que trabalhássemos com estes documentos na fase da obtenção dos dados.

É necessário explicarmos o que tem sido nomeado pelo sindicato por Chamadas. As Chamadas são publicações que são encaminhadas às escolas, com os temas e discussões que estão sendo tratados no universo da educação municipal. Podemos citar como exemplos o início de períodos de campanha salarial, indicativos de greve, solicitações à Administração Municipal e divulgações de cursos, exposições e mostras culturais feitas aos professores da rede. Nelas também estão inseridas as convocações para assembleias, assim como os temas que serão discutidos nestes encontros. Nas “Chamadas” o SINPRO expressa posições e dá orientações a categoria.

Embora tivéssemos solicitado os documentos que contemplassem o período de 1996 a 2010, a responsável pelo arquivo nos forneceu apenas as caixas com os materiais referentes aos anos de 2004 a 2010, alegando que os documentos referentes aos anos anteriores não tinham sido localizados. Mais tarde fomos informados, por um dos diretores, que o arquivo estaria passando por uma reestruturação, o que justificaria a dificuldade de acesso aos documentos. Em mais uma tentativa, com o auxílio deste diretor, conseguimos localizar documentos relativos às campanhas salariais dos anos de 2002 a 2005, mas, após a separação cuidadosa deste material, não identificamos nenhuma “Chamada” ou outro documento que fosse relevante para o objeto da pesquisa. Faziam parte deste conjunto de materiais correspondências do SINPRO para com a Secretaria de Educação ou Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, comunicando a realização de paralisações e greve, assim como correspondências enviadas pelo Sindicato às escolas, com diferentes solicitações, como por exemplo, levantamento de vagas disponíveis, visando reivindicar concursos e contratações para as mesmas. Todo o material localizado nesta última incursão ao arquivo era de cunho administrativo. Após várias visitas ao SINPRO e, na impossibilidade de acessarmos os arquivos anteriores a este período, optamos por redefinir o recorte de tempo para a análise, passando a considerar os anos de 2004 a 2010 como o período a ser analisado. Outros documentos disponibilizados foram os “Clippings”, que são pastas de recortes de jornais, com temas que têm relação direta ou indireta com a educação e o panorama sociopolítico do Brasil e do mundo. São

separadas as notícias que de alguma maneira tratam de assuntos que podem trazer impactos para a vida do trabalhador.

De posse dos documentos iniciamos o processo de separação dos mesmos. O material foi dividido em três grupos: livros de Chamadas, Clippings e correspondências. Destacamos que foram considerados apenas os documentos referentes à rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

Após a inserção no campo encontramos, portanto, os seguintes documentos com os quais trabalhamos neste estudo: Estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora; livros com registros de “Chamadas” para reuniões e assembleias da entidade, com prévia definição das pautas a serem tratadas nestes encontros e livros de “Clippings”. Também foi disponibilizado pela diretoria do Sindicato o documentário “Somos a medida de nossa luta”, produzido no ano de 2004, por ocasião das comemorações pelos 70 anos da entidade.

Ludke e André (1986) se referem à análise documental como uma técnica que possibilita a complementação de informações e de dados obtidos a partir de outros procedimentos ou do desvelamento de novos aspectos de um problema. A análise documental pode se constituir numa importante técnica de coleta e interpretação de dados qualitativos: permitem inferir os contextos das discussões registradas em atas, da aprovação das leis e do encaminhamento dado a assuntos específicos.

Em projeto inicial desejávamos realizar um grupo focal com os professores, para discutir as questões referentes à pesquisa. Ao realizarmos os contatos com docentes sindicalizados, possíveis participantes do processo, não conseguimos conciliar um horário comum e um local acessível para que o grupo se reunisse com esta finalidade. Várias tentativas foram feitas. Tendo em vista essa impossibilidade reordenamos os procedimentos de pesquisa, optando pela realização de entrevistas semiestruturadas com os docentes. Outra dificuldade encontrada foi a localização dos professores sindicalizados. Diante da negativa do sindicato em nos fornecer sua lista de contato de filiados, nos direcionamos às escolas da Rede Municipal, apresentando a pesquisa e solicitando a adesão dos docentes que estivessem em condição de participar da investigação.

Para a realização das entrevistas definimos as quatro maiores regiões do município (Norte, Sul, Leste, Oeste) como áreas de coleta dos dados. Os professores foram selecionados de acordo com a localização das escolas em que desempenham suas funções

no município. Todos os entrevistados são servidores efetivos, filiados ao SINPRO, com lotação definida dentro do zoneamento urbano da cidade. Inicialmente encaminhamos e-mail para as escolas da rede municipal, apresentando a pesquisa com seus objetivos e solicitamos que nos encaminhassem os contatos dos professores que fossem efetivos, sindicalizados e que pudessem participar das entrevistas. De posse desta relação fizemos os contatos com os possíveis participantes da pesquisa e selecionamos aleatoriamente três docentes por região, tendo em vista o tempo restante para o desenvolvimento do estudo. Em uma das regiões foi incluído mais um participante que teve interesse em fazer parte da pesquisa. As primeiras entrevistas foram realizadas e transcritas entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, respeitados os prazos de férias escolares.

Também entrevistamos um dos diretores do SINPRO e uma ex-diretora, responsável pela Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação no período determinado neste estudo. Estas entrevistas, semiestruturadas, também foram realizadas e transcritas, entre os meses de junho e julho de 2015. Destacamos que os nomes verdadeiros de todos os entrevistados foram trocados por pseudônimos, a pedido dos mesmos, de modo a preservar suas identidades.

Nas pesquisas qualitativas as entrevistas funcionam como importante instrumento de coleta de dados. Bogdan e Biklen (1994) destacam que este procedimento, ainda que promova certo direcionamento das questões, favorece ao entrevistador uma ampla percepção do tema proposto, uma vez que nas entrevistas semiestruturadas o entrevistado sente-se à vontade para falar sobre as perguntas que lhe são feitas. Fraser e Gondim (2004) afirmam que este tipo de procedimento metodológico, comumente utilizado nas pesquisas qualitativas, privilegia a fala do outro a respeito de temas que são importantes para a pesquisa. De acordo com as autoras, “os participantes são vistos como pessoas que constroem seus discursos e baseiam suas ações nos significados derivados dos processos de comunicação com os outros, com quem compartilham opiniões, crenças e valores” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 145).

Para subsidiar esse estudo nos debruçamos sobre os seguintes temas: identidade e formação de professores; participação e movimento sindical. A interlocução teórica deste estudo se dá com pesquisadores que têm se dedicado à análise dos temas relacionados ao movimento sindical docente existente no país, assim como com autores que discutem a formação de professores, a participação e o movimento sindical brasileiro. Entre os

estudiosos destacamos Antonio Nóvoa, Dalila Oliveira, Maria da Glória Gohn e Armando Boito Jr., cujas discussões contribuem para a compreensão dos temas elencados nesta pesquisa.

Além da introdução, nosso trabalho se organiza através de cinco itens. No próximo, são apresentadas as pesquisas que foram produzidas na atualidade sobre o tema dos sindicatos docentes. Em seguida aparecem, no item 3, reflexões sobre o que significa “ser professor” e sobre a identidade docente, assim como um breve histórico da participação popular no Brasil. No item 4 tratamos do movimento sindical no Brasil, abordando com especificidade a história do movimento sindical docente brasileiro. No item 5 apresentamos os achados da pesquisa, mapeando a memória documental da entidade sindical, analisando as publicações temáticas e o documentário “Somos a medida de nossa luta”. Ainda no quinto item, trazemos a análise das entrevistas realizadas. Em seguida, no item 6, apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

2 – O QUE DEMONSTRAM AS PESQUISAS SOBRE SINDICATOS DOCENTES

Como parte inicial dos estudos sobre sindicatos docentes, realizamos um levantamento de pesquisas empreendidas nos últimos anos sobre o tema. Vale dizer que em nosso país a produção sobre esta temática é recente e que ainda existem poucos trabalhos relativos a este tipo de movimento.

Ferreira (2004; 2006; 2007; 2008; 2009) tem uma série de trabalhos publicados sobre as representações docentes a partir da ótica de líderes sindicais. Sua produção sobre o tema dos sindicatos docentes destaca principalmente aspectos relativos às questões de gênero dentro do movimento docente. Interessa-nos especificamente em suas pesquisas a ideia de que a sindicalização pode ser um dos aspectos constitutivos da identidade docente, havendo inclusive a possibilidade de que a mesma interfira nas representações que os professores fazem de si mesmos.

De acordo com Ferreira, (2009) na América Latina, as associações sindicais docentes se configuram e se fortalecem ao mesmo tempo em que ocorrem as lutas e os movimentos sociais em favor da democratização. De acordo com esta autora, a participação organizada de professores nestes movimentos contribuiu para a constituição de um perfil militante e grevista entre os profissionais da educação, sendo esta a “representação” identitária mais comumente percebida entre estes trabalhadores. Ela ressalta que tal fato não é mais unanimemente percebido entres as gerações atuais de educadores.

Para esta autora os sindicatos podem ser percebidos como tendo sido criados a partir da categoria de classe social e que por isso mesmo compreendem o sujeito como universal, desconhecendo que esse sujeito expresse interesses de grupo. Em seus trabalhos sobre sindicatos docentes, destaca a importância da ação sindical na vida profissional e pessoal dos sujeitos. Alguns de seus entrevistados justificam esta reflexão, argumentando que “o movimento sindical é uma pós-graduação de vida” (FERREIRA, 2008, p. 26). Declaram que através da atividade sindical encontram novos conhecimentos sobre a realidade social, o que possibilita uma nova visão de mundo e tem impactos em seus trabalhos nas escolas. Apesar desta visão mais “positiva” do movimento sindical, por parte de seus entrevistados, os estudos desta autora também demonstram que os aspectos

referentes à qualidade do trabalho docente são secundários no interior dos sindicatos. Ainda sobressaem as questões salariais e de carreira.

A discussão apresentada possibilita uma reflexão sobre a questão da identidade profissional docente, relacionada à participação sindical. Esta identidade é algo que já existe? Ela é criada a partir do exercício da função do professor? A participação em um sindicato docente interfere na criação desta identidade?

Para os educadores que fizeram parte das investigações empreendidas por Ferreira (2009), a formação docente se faz na escola. Na compreensão destes educadores esta formação deveria ser viabilizada pela entidade sindical, uma vez que o Estado não é neutro e tem interesses particulares que pendem para um tipo específico de formação de professores e para a consolidação de uma escola que nem sempre é democrática ou de qualidade.

A autora destaca que as políticas neoliberais muitas vezes agridem a educação pública. Parte do pressuposto de que apenas os trabalhadores em educação podem ser capazes de levar adiante projetos educativos, e por isso alguns sindicatos como o Confederación de Trabajadores de la Educación de La Republica Argentina - CTERA tem investido na educação docente, uma vez que “educação pública de qualidade e valorização do trabalho docente são duas faces da mesma moeda” (FERREIRA, 2009, p. 290).

Apresentando dados da UNESCO, a pesquisadora demonstra que a maior parte dos cinquenta milhões de professores do mundo é sindicalizada. Tal fato sugere que a filiação a sindicatos docentes é intensa, ainda que o movimento sindical esteja enfraquecido pelo mundo. Ressalta ainda que é difícil de se perceber entre outros segmentos profissionais o mesmo tipo de mobilização existente entre professores.

Em relação às identidades docentes, a autora julga pertinente analisar se os professores vêm sofrendo perda de autonomia em sua atuação profissional. Esta reflexão induziria a outros tipos de análises, voltadas para a “diminuição do status e o empobrecimento da categoria” (FERREIRA, 2007, p. 379). Tal fato seria responsável por aproximar os professores de diversos outros tipos de trabalhadores, que conscientes da exploração do capital reconheceriam aspectos de sua opressão e se organizariam em sindicatos.

Outra questão importante quando se discute identidade docente diz respeito à “nova” identidade do que se tem convencionado chamar trabalhadores em educação. Esta denominação se aplica a todos que atuam na escola, independentemente do exercício da docência. Novos sujeitos encontram-se, portanto, abrigados sob sindicatos que anteriormente eram constituídos apenas por professores.

Ferreira (2007) continua sua reflexão perguntando-se que tipo de identidade encontra-se em jogo quando professores agrupam-se em movimentos sindicais similares aqueles que são próprios de trabalhadores manuais. Estariam, portanto, identificando-se enquanto trabalhadores “comuns”, reconhecendo o aspecto “proletarizado” – atual – do exercício de sua função? A autora destaca que a gênese do magistério encontra-se situada na ligação do mesmo com o Estado e não com o movimento operário.

Em relação aos sindicatos brasileiros, a autora esclarece que os mesmos são muitas vezes analisados na perspectiva dos movimentos sociais, apresentando uma visão socialista de sociedade. Tal fato justificaria, por exemplo, que seus membros estejam posicionados à esquerda, politicamente falando, e inseridos em movimentos sociais com cunho solidário. Demonstra preocupação ao afirmar que não faz uma opção pela sindicalização como sendo o tipo “correto” de organização dos professores, mas que apenas evidencia particularidades deste tipo de estrutura.

Outro item que destacamos dos estudos de Ferreira (2009) diz respeito à interferência do Estado e de partidos políticos na constituição das organizações docentes. Reconhece-se que em alguns locais há continuidade entre dirigentes partidários e sindicais, em outros os sindicatos foram incorporados com alguma autonomia à estrutura de governo e, no caso brasileiro, os sindicatos docentes mantiveram-se mais afastados da tutela do Estado e de partidos políticos. Cada um destes quadros oportuniza o surgimento de identidades específicas, próprias de docentes inseridos neste tipo de estrutura. Ferreira (2007) aponta que é importante buscar compreender as identidades a partir de sua multiplicidade, considerando-se suas diversas e variadas fontes geradoras.

A identidade docente estaria “articulada aos processos de regulação do trabalho do professorado”(FERREIRA, 2007, p. 392) e a sindicalização se apresentaria como “uma das imagens da docência” (FERREIRA, 2007, p. 393) na atualidade, embora o professor tenha dificuldades em se enxergar como mero trabalhador.

Também achamos pertinente apontar algumas contribuições de Henrique Garcia Sobreira (2001) à discussão sobre sindicalismo docente. Ao analisar a prática sindical e política do magistério do Rio de Janeiro o autor buscou conhecer “as relações entre as práticas sindicais e as práticas teóricas no campo da educação e quem são os educadores do educador”(SOBREIRA, 2001, p. 133). Entendemos que o autor infere ser possível a existência de aspectos pedagógicos – educativos – a partir da participação de docentes em um sindicato que represente a classe. Ele aponta para a possível existência de uma relação entre a prática sindical e a atuação docente. Este é um ponto que encontra-se diretamente relacionado com o principal objetivo de nosso estudo, que é o de verificar se a participação do professorado no SINPRO/JF promove a formação ou o fortalecimento de uma identidade profissional dos membros do Magistério Municipal.

O estudo deste autor sugere que a importância do movimento esteja situada na conscientização do valor do debate sobre as organizações sindicais e “na construção de novas formas de se perceber a profissão docente” (SOBREIRA, 2001, p. 133). Afirma ainda, que, “embora preexistentes sindicatos e lideranças não se configuram a priori como aparelho de luta hegemônica e intelectuais orgânicos” (SOBREIRA, 2001, p. 153). Completa que “as lideranças daquele movimento pouco influíram na evolução política do magistério” (p. 154), mesmo que ao iniciar suas considerações ele tivesse percebido a possibilidade de que a participação em instância sindical pudesse ter aspectos formativos na identidade do professorado. Em seu estudo de caso, as particularidades locais definiram o modo de atuação destes profissionais e do próprio sindicato em questão.

Sua pesquisa demonstra que não basta que trabalhadores se organizem e lutem por questões econômicas, isso não leva necessária e conseqüentemente à consciência de classe e evolução política. “Os ensinamentos que os fatos aqui enunciados propiciam sugerem um aprisionamento da luta sindical docente às bandeiras econômicas corporativas” (SOBREIRA, 2001, p.155).

Outras considerações sobre a temática podem ser percebidas em pesquisa de Gindin (2009), quando este faz um balanço da bibliografia existente sobre sindicatos docentes na América Latina e no Brasil. O autor identifica dois blocos a partir dos quais se organizam os estudos sobre o tema: a) os movimentos grevistas mobilizatórios que reuniram educadores na década de 1980; b) o papel dos sindicatos docentes a partir da década de 1990, época das reformas neoliberais.

No primeiro deles, os estudos demonstram que os ajuntamentos com viés reivindicatórios iniciaram-se ainda na década de 1970, como é o caso, por exemplo, do movimento no México e no Brasil.

Gindin (2009) destaca que a ebulição do movimento sindical docente latino-americano, na década de 1980, foi decorrente de mudanças próprias da região, tais como: prolongada recessão econômica; contínua expansão do sistema educacional; inflação e iniciativas que visavam a democratização política. Todas essas questões, ainda que indiretamente, impactavam sobre o trabalho e a remuneração dos professores, sendo, portanto, consideradas na organização sindical destes profissionais.

A respeito do segundo motivo que influenciou pesquisas sobre o sindicalismo docente na região, o autor destaca a ideologia e a política neoliberais. Estas teriam sido fundamentais no estabelecimento de reformas nos sistemas educacionais latino-americanos.

O autor destaca que, em consonância com a agenda de reformas previstas, algumas agências internacionais passaram até mesmo a incentivar a realização de algumas pesquisas sobre sindicalismo docente, promovendo, para tanto, a internacionalização do debate. Nesta perspectiva, Gindin (2009) ressalta a importância de três projetos investigativos de âmbito internacional: “Sindicalismo docente y reforma educativa en América Latina” (Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e o Caribe da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Argentina); “Conflitividade Educacional na América Latina (Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais – OLPED/LPP) e o mais atual deles, promovido pela Fundação Konrad Adenauer, que contemplou estudos de caso desenvolvidos em diversos países da região³, dentre eles, no Brasil.

Gindin (2009) demonstra que os estudos sobre as especificidades do sindicalismo docente eram necessários, uma vez que as particularidades do movimento não podiam ser desconsideradas quando se tratava de questões relativas às relações de trabalho e sindicalismo de forma mais genérica. O movimento sindical próprio de professores passou a ser percebido como entrave à gestão de sistemas educacionais.

³Estudos de caso desenvolvidos na Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e México.

Quanto à produção brasileira sobre o tema, o autor destaca que existe certa riqueza de estudos, ainda que a mesma tenha pouca repercussão internacional no debate sobre o tema. Em grande parte das pesquisas desenvolvidas podemos perceber um caráter militante dos autores e que na maioria, os estudos foram realizados em Programas de Pós-Graduação, refletindo os resultados de estudos de casos, onde geralmente foram contemplados sindicatos em âmbitos estaduais.

Os principais temas abordados nestas investigações dizem respeito à existência ou inexistência de mobilização dos professores; identidade docente e o papel dos sindicatos frente a uma agenda de reformas para a educação. O autor reforça que não há uma perspectiva nacionalizada da produção sobre o tema, já que à época da realização desta pesquisa, ainda não estava totalmente consolidada uma comunidade de pesquisadores sobre o assunto. Tal dificuldade pôde ser superada ainda no ano de 2009, com a criação da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação⁴ - ASTE.

Como podemos verificar a discussão sobre sindicalismo docente tem substancialmente tomado forma nos últimos anos, colocando a temática em posição de destaque frente à realidade dos sistemas educacionais.

Prosseguindo com o levantamento de bibliografia referente ao tema estudado, destacamos o trabalho de Braga (2006) que, na perspectiva da historiografia, analisou o processo de formação dos professores do município mineiro de Juiz de Fora, entre os anos de 1934 a 1964. Para tanto, a autora debruçou-se sobre as origens do movimento sindical docente na cidade, com marco inicial na década de 1930 do século passado. É importante destacar que esta organização se deu a partir do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, SINPRO/JF, mesmo sindicato que nos propomos a estudar em outro período de sua existência.

Ao historiar o período de 1934 a 1964 e lançar luz sobre as particularidades do sindicalismo docente local, a autora nos permite visualizar o panorama sócio-político em que se deu a organização sindical de professores na cidade mineira. Destacou que:

⁴Fazem parte da ASTE grupos de pesquisa ligados a diferentes universidades brasileiras (UnB, IUPERJ, FIOCRUZ, UFPel, UFRJ, UFMG, UERJ, UFF) além de pesquisadores ligados a universidades estrangeiras (México, Portugal, Argentina, Paraguai, EUA, Colômbia, Peru, Equador, Chile, Uruguai).

A cultura, as tradições e os valores do professorado, moldaram sua atuação institucional, lembrando o que afirma Thompson a respeito da experiência de classe: a descoberta de uma identidade de interesses entre determinado grupo, composto por pessoas reais, que interagem em meio a circunstâncias diversas (BRAGA, 2006, p. 140).

A autora aponta que as estratégias de atuação do grupo alcançaram resultados satisfatórios no que se refere à questão socioeconômica e que as particularidades da categoria reforçaram a importância de ações em favor da manutenção do status profissional do grupo.

Ressalta ainda que, assim como os demais sindicatos já vislumbrados através do levantamento bibliográfico, o SINPRO/JF foi influenciado pelo contexto político e social de cada época. Isto se evidencia através de sua aproximação com o governo entre as décadas de 1930 e 1940 e a adoção de uma postura mais combativa e contestatória ao longo da década de 1950. Este último momento, de acordo com Braga, foi inclusive responsável por renovar o movimento, impulsionando “sentimentos de classe entre a categoria, uma forma de ensaio para o que viria a ser uma transformação real na linha de atuação do movimento”(BRAGA, 2006, p. 140), com destaque para as ações consequentes da greve de 1959.

Em seguida, a autora discorre sobre o surgimento de um sentimento anticomunista, típico do legalismo da época e que se fortaleceu ao longo dos anos 1960, em função da ditadura militar no país. Este sentimento foi responsável por “travar” a evolução do movimento, dificultando a consolidação do comportamento de classe entre o grupo na década de 60 do século passado. Conclui que as ações do SINPRO/JF indicam um amadurecimento político do professorado local. Ainda que a organização sindical tenha estado sujeita aos acontecimentos de seu tempo, sugere um desejo de organização antiga por parte dos docentes do município e que tal experiência participativa não pode ser desconsiderada ao se pensar a própria categoria na localidade.

É por isso que buscamos compreender se a participação de professores no SINPRO/JF tem possibilitado vivências que oportunizam a formação ou o fortalecimento de uma identidade profissional. Conforme já foi dito e em alguma medida referendado pelos estudos citados, tínhamos como pressuposto que esta participação poderia conter aspectos pedagógicos – formativos – de um novo atuar docente, mais consciente de si e dos outros. É neste sentido que nos perguntamos se a participação em um sindicato docente impactaria de alguma maneira na constituição da identidade profissional de um “sujeito político”.

A este respeito, Vianna (2001) conclui, com base em uma de suas pesquisas sobre o tema, que o engajamento coletivo educa e forma politicamente. Segundo a autora, em todo processo de atuação em movimentos – estudantis, na política partidária e sindical – a categoria docente conquista a consciência de seus interesses, adquire formação política e cria seus próprios intelectuais. Estes, por sua vez, acabam por assumir papéis de liderança em meio ao próprio movimento. De acordo com suas conclusões no estudo já citado “este processo contribui para a formação política do professorado” (VIANNA, 2001, p. 102).

Em mais uma de suas pesquisas⁵ a professora reforça esta ideia afirmando que “por meio da organização de caráter sindical, professores e professoras adquirem consciência política, postura crítica e, por vezes, consciência de classe” (VIANNA, 2001, p. 4). Notamos que esta discussão está estreitamente ligada com os temas que se fazem pertinentes ao nosso próprio estudo e sobre os temas sobre os quais nos debruçamos ao longo de nossa pesquisa.

Como podemos observar a partir dos trabalhos apresentados até o presente momento, questões como a valorização dos profissionais, direitos e deveres dos mesmos, posicionamento crítico frente aos sistemas educacionais e formação política de educadores estão presentes no contexto de entidades sindicais docentes existentes em nosso país. Identificamos que a questão da identidade profissional é um tema que perpassa os trabalhos elaborados sobre as instâncias sindicais docentes. Por este motivo julgamos pertinente apresentar algumas reflexões sobre quem é o professor de que falamos e o que caracterizaria sua identidade docente.

⁵VIANNA, Cláudia . Professores e professoras: identidade e ações coletivas em construção - Trabalho encomendado para a 24ª Reunião da ANPEd/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. In: 24ª Reunião da ANPEd/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambu. 24ª Reunião da ANPEd/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - CDroom, 2001.

3 – IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE E PARTICIPAÇÃO

Para dar prosseguimento às nossas reflexões achamos necessário esclarecer quem é este professor de que hoje falamos e de que forma ele se constituiu professor. Sua identidade profissional está atrelada a que aspectos de sua formação e atuação?

Buscando compreender como se dá a constituição do “ser professor” é que propomos que nos debrucemos inicialmente sobre alguns pontos da gênese do trabalho docente.

Para tratar da temática da formação de professores nos reportamos principalmente às discussões apresentadas pelos educadores Antonio Nóvoa e Dalila Oliveira. Nóvoa (1999) se destaca por resgatar a história do trabalho docente, apontando momentos importantes na profissionalização de professores.

O ato de ensinar está presente em toda a história da humanidade, uma vez que o homem deseja transmitir conhecimentos que perpetuem sua espécie, garantindo sua evolução.

Segundo histórico apresentado por Nóvoa (1999), os processos educativos modernos, situados a partir do século XVI, na Europa, se davam em meio aos ambientes familiares e posteriormente através da ação religiosa. Desta forma, a figura do professor esteve por muito tempo associada a vocação sacerdotal. As justificativas para a ação educativa estavam ancoradas nas questões familiares ou na doutrinação religiosa. Nesta época o magistério era uma ocupação secundária ou complementar, desempenhada por leigos ou religiosos que se dispunham a esta finalidade.

O autor aponta que somente na segunda metade do século XVIII a Europa assistiu à estatização do ensino, quando este deixou de ter um viés religioso, para assumir o aspecto laico. Esta mudança fez com que a própria maneira de se perceber o professor - na perspectiva do sacerdócio e da vocação - se transformasse. Este foi um momento importante na instituição da profissão docente.

É interessante ressaltar que esta mudança de mentalidade em relação à educação e ao trabalho docente, encontrava-se em concordância com os pressupostos da Revolução Francesa que marcou não somente o século XVIII, mas também toda a história subsequente da sociedade. Os ideais revolucionários deste movimento potencializaram o

discurso pedagógico pela universalização da educação, objetivando que as oportunidades educacionais fossem iguais para toda a população. Buscava-se a existência de uma escola pública e laica, para que se concretizassem os ideais da instrução popular. A escola que se formou, porém, acabou se configurando alinhada às necessidades do capital.

Diversos nomes, dentre os quais destacou-se Condorcet (1743-1794) discursaram em favor da educação pública. De caráter liberal, as reivindicações se traduziram em avanços para a educação pública nacional e conseqüentemente, para a profissionalização docente.

Estas questões contribuíram para a consolidação dos Sistemas Nacionais de Ensino, que surgiram paralelos aos Estados Nação, como forma de fortalecê-los. A criação destes Sistemas acabou por se tornar bandeira de luta de professores em vários lugares do mundo. No Brasil esta reivindicação aparece a partir dos anos 1930, junto às demandas apresentadas pelo movimento que culminou no Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, projeto de renovação educacional para o país.

Os estudos de Nóvoa (1999) destacam que o reconhecimento profissional da docência se deu a partir do momento em que a educação perdeu seu caráter religioso. Foi o momento em que o Estado assumiu os professores como funcionários estatais, ampliando o sistema educacional.

Ferreira (2009) corrobora com esta discussão quando afirma que o crescimento e a própria estruturação da função docente se dão a partir do processo de expansão da escola sob a égide do Estado, por volta de finais do século XVIII. A autora afirma que sob esta perspectiva “o professorado, como categoria, se constitui enquanto funcionalismo de Estado, e passa a exigir uma formação específica a ser fornecida e certificada pelo próprio Estado” (FERREIRA, 2009, p.283).

De acordo com Nóvoa (1999), coube ao Estado legalizar a profissionalização docente através da criação das permissões de atuação profissional concedidas aos professores.

A criação desta licença (ou autorização) é um momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente, uma vez que facilita a definição de um perfil de competências técnicas, que servirá de base ao recrutamento dos professores e ao delinear de uma carreira docente. Este documento funciona, também, como uma espécie de “aval” do Estado aos grupos docentes, que adquirem por esta via uma legitimação oficial da sua atividade. As dinâmicas de afirmação profissional e de reconhecimento social dos professores apoiam-se fortemente na consistência deste título, que ilustra o apoio do Estado ao desenvolvimento da profissão docente (e vice-versa) (NÓVOA, 1999, p. 17).

Desta forma, na mesma época ocorreu a institucionalização da formação específica e especializada do professor. Esta se daria nas Universidades e Escolas Normais, oportunizando maior controle de todo o processo, inclusive da certificação profissional, por parte do Estado. Nóvoa (1999) aponta que foi, portanto, a partir deste quadro que começaram a se delinear alguns aspectos constitutivos da profissionalização docente.

A segunda metade do século XIX trouxe uma série de inquietações no que se refere à profissionalização dos professores. Os próprios educadores, assim como a sociedade, não reconheciam “o lugar” dos mesmos. Estes não podiam ser considerados burgueses, mas também não eram percebidos como sendo “do povo”; não deveriam ser intelectuais, embora devessem ter instrução e relacionar-se com todos os grupos sociais. O estudo citado destaca que tais ambiguidades reforçaram o isolamento social dos professores e promoveram indefinições quanto à profissionalização docente.

As pesquisas de Oliveira (2010) a respeito da trajetória docente contribuem para nossa investigação, trazendo dados sobre o trabalho do professor. As discussões estabelecidas pela autora oportunizam reflexões quanto à natureza da profissão docente, incorporando elementos que possibilitam compreender a maneira como foi se constituindo a profissão e a organização destes trabalhadores enquanto categoria profissional.

Assim como Nóvoa (1999) a autora destaca que o ato de ensinar adquiriu sua formalidade/legalidade no espaço institucional do Estado, quando na Europa do século XVIII o Estado assumiu a responsabilidade pela educação, garantindo que esta tivesse aspecto laico e pudesse ser acessível ao maior número de pessoas. Neste contexto o magistério foi absorvido por este mesmo Estado, que garantiu a certificação da atuação do professor, delineando os primeiros passos para que a profissionalização docente viesse a ser desejada pelos professores enquanto profissionais. O âmbito da atuação docente não era

mais caseiro ou religioso e havia o desejo de que princípios norteadores da profissão pudessem ser considerados, para que, dentre outras questões, o profissional da educação fosse reconhecido e que sua atuação não fosse mais vinculada ao sacerdócio, ideia presente desde o início da atividade docente e que contribuiu para a desqualificação do magistério.

Em relação à questão da profissionalização, que perpassa a própria história desta categoria profissional, Oliveira (2010) chama atenção para o fato de que:

Compreende-se que o desenvolvimento da noção de profissionalização é resultado de uma forma específica de organização do Estado, a forma racional-burocrática de estruturação dos serviços públicos, que traz consigo a instituição de um corpo funcional (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Achamos importante destacar que neste trabalho adotamos a definição de profissionalização defendida por Oliveira (2010) quando sobre esta questão afirma que:

Talvez a profissionalização, compreendida como o ato de buscar transformar em profissional algo que se faz de maneira amadora, no caso do magistério, pudesse melhor designar o movimento de organização e busca de um lugar, no sentido do reconhecimento social e do valor econômico de um determinado grupo profissional que comporta no seu interior distinções e complexidades que não lhe permitem identificar-se como profissão no seu sentido mais estrito. Assim, a profissionalização do magistério pode ser compreendida como um processo de construção histórica que varia com o contexto socioeconômico a que está submetida, mas que, sobretudo, tem definido tipos de formação e especialização, de carreira e remuneração para um determinado grupo social que vem crescendo e consolidando-se (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Ao perseguirem a profissionalização da categoria os professores, incorporados à estrutura estatal como funcionários públicos, têm que conviver com certa perda de autonomia e autocontrole no exercício de suas funções. Ao mesmo tempo em que o Estado foi quem lhes certificou a profissão, foi também quem definiu de que maneira se organizariam as bases do trabalho docente.

Oliveira (2010) destaca que a trajetória dos educadores é marcada pelo desejo por reconhecimento profissional. Tal fato pode ser percebido inclusive nos discursos (sindicais ou não) sobre a necessidade da valorização dos professores através do estabelecimento de

políticas voltadas para a formação e melhor qualificação profissional, passando pela melhoria salarial e das condições de trabalho desta categoria. Faz parte do senso comum a ideia de que a docência é uma profissão menos importante e que isso justificaria a menor remuneração destes profissionais. Como podemos ver, o desprestígio do professor, de um modo geral, está na base das lutas pelo reconhecimento profissional da docência há bastante tempo. Estas questões podem surgir nas discussões a respeito da identidade profissional do professor, uma vez que se encontram relacionadas à natureza e às condições do trabalho docente.

Estudiosos da docência (FERREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2010; NÓVOA, 1999) incorporam em suas discussões sobre o tema as ideias de profissionalização e proletarização da categoria. Não nos deteremos mais profundamente sobre estes conceitos por não ser este o rumo que pretendemos dar ao estudo, mas não podemos perder de vista que são ideias que não podem ser desconsideradas dada sua importância para a compreensão do debate que hoje se trava sobre trajetórias profissionais dos professores. A este respeito Oliveira (2010) apresenta sua compreensão sobre os dois temas – profissionalização e proletarização – demonstrando que os dois conceitos podem direcionar a discussão sobre o trabalho docente, de modos diferentes.

Em relação à profissionalização, Oliveira (2010) destaca que esta seria:

condição de preservação e garantia de um estatuto profissional que levasse em conta a autoregulação, a competência específica, rendimentos, licença para atuação, vantagens e benefícios próprios, independência, (...). Autonomia e controle sobre o trabalho, nesta abordagem é o ponto essencial (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

A autora afirma que a proletarização da docência ocorreria quando o professor perdesse o controle sobre o seu processo de trabalho, diante das reformas educacionais. Esclarece que esta ideia encontra força nas análises que correlacionam as condições de trabalho dos professores à de trabalhadores em geral, ligados a fábricas e indústrias. Em relação às reformas educacionais é interessante esclarecer que visavam adequar os sistemas escolares à necessária expansão dos mesmos. Neste processo, iniciado no caso brasileiro, no final dos anos 1970 e início de 1980, estavam previstas novas formas de organização dos sistemas e a padronização de processos educativos, através da aplicação de projetos,

definição de um currículo centralizado, realização de avaliações externas, programa do livro didático. Neste sentido, as reformas propostas foram alvos de críticas, por representarem possíveis prejuízos nas condições de trabalho dos professores, podendo promover a desqualificação / desvalorização do corpo docente, além de sugerir a possível massificação da educação.

De acordo com estes estudos, a organização de professores em defesa da garantia de seus direitos enquanto categoria profissional não exclui sua condição de servidores públicos, sendo esta uma das ambiguidades típicas do professorado. A autora ainda esclarece que ao mesmo tempo em que professores se articulam contra a proletarização da docência, ela é explorada “na dimensão da luta de classes” (OLIVEIRA, 2010, p. 22) realçando as condições de trabalho e sugerindo, portanto, o fortalecimento do grupo enquanto categoria profissional com possibilidade de organização sindical. A este respeito declara que:

A positividade ideológica posta pela proletarização, no sentido de promover o reconhecimento do magistério como classe trabalhadora e de unir esforços a outras classes em uma dimensão político-transformadora, foi explorada pelas lideranças políticas e sindicais e por autores críticos (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

A noção de proletarização da docência aparece, portanto, em decorrência da expansão dos sistemas escolares, originada na própria ideia da democratização do ensino. A autora ressalta que à ideia de proletarização dos professores estaria atrelado um processo de desqualificação dos mesmos, uma vez que os docentes estariam perdendo a autonomia e o controle sobre seu trabalho.

A profissionalização da docência, por sua vez, poderia sinalizar um cenário oposto ao que foi apresentado a partir da tese da proletarização. A profissionalização seria um “instrumento de defesa”, “uma saída defensiva dos trabalhadores da educação aos processos de perda da autonomia no trabalho e de desqualificação (...)” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

O debate sobre profissionalização/proletarização da docência evidencia ambiguidades quanto à natureza do trabalho docente, o que impacta na própria identidade profissional do professor, já que, como esclarece Oliveira (2010), os educadores passam a

resistir à percepção de si mesmos como trabalhadores. As ideias de vocação e sacerdócio que tradicionalmente são atribuídas ao magistério contribuem para que ocorra esta percepção sobre a docência, inclusive entre os próprios educadores.

A identificação como trabalhadores os remetem à condição economicamente determinadas de que estão inseridos em relações objetivas e são contratados para executarem suas atividades ao longo de uma jornada, de forma subordinada, recebem um salário e do seu trabalho é retirado mais-valor. Esta identificação é objeto de fortes resistências, possivelmente por retirar esses trabalhadores do seu lugar tradicional (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

A profissionalização seria importante, para além do que já foi dito, para situar profissional e socialmente a atividade docente, inserindo-a no campo do trabalho reconhecido como tal. Os estudos apontam que nem mesmo a identidade profissional atenderia plenamente às necessidades de reconhecimento exigidas pelos professores. Estes profissionais, servidores públicos ou inseridos em escolas particulares, têm seu trabalho desenvolvido sob formas de controle cada vez maiores, o que de certa forma sugere a “desprofissionalização” dos mesmos.

A respeito da identidade docente Nóvoa esclarece que ela é “um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão” (NÓVOA, 1997, p. 34), estando relacionada às histórias de vida e à prática profissional dos professores. À medida em que ocorre a separação entre o “eu pessoal” e o “eu profissional” destes educadores, no próprio exercício da função, leva-se à desprofissionalização dos mesmos. Esta divisão seria decorrente da mudança e da intensificação do trabalho.

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências para as quais não se sente preparado (...). Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda da identidade, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. Tal situação contribui ainda para a desvalorização e suspeita por parte da população de que o mais importante na atividade educativa está por fazer ou não é realizado com a competência esperada (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

No Brasil a discussão a respeito da identidade docente se delineou a partir da década de 1980. Estudos produzidos sobre o tema (OLIVEIRA, 2010) destacam que a esta época, em consonância com o momento político vivido pelo país com o movimento em favor da redemocratização brasileira, a ação sindical obteve projeção, destacando seus integrantes como sujeitos políticos no contexto nacional. Merece destaque a mobilização docente neste período, em prol da abertura política nacional. Somada a esta questão encontrava-se a luta pela construção de uma educação de qualidade no país, assim como pela garantia de direitos e melhores condições de trabalho para os trabalhadores em educação.

Os termos “trabalhadores em educação” ou “profissionais da educação” estão associados ao desejo dos educadores em serem reconhecidos e participantes de um movimento mais geral, de trabalhadores de vários segmentos, constitutivos da sociedade democrática que se pretendia formar. Este preceito pode ser encontrado ainda hoje, previsto inclusive em estatutos de sindicatos docentes, como podemos confirmar mais adiante em relação ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora.

Os estudos considerados nesta pesquisa apontam que a partir de 1980 os sindicatos incorporaram a demanda pela construção de “uma identidade única que congregasse todos os trabalhadores da educação” (OLIVEIRA, 2010, p. 28). Isso porque, para além das questões já levantadas a respeito da identidade docente, observava-se uma diferenciação em relação ao trabalho desempenhado por professores e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

A Lei n. 12014 de 06/08/2009 veio alterar artigo da Lei no. 9394/96- LDBEN, especificando aqueles que poderiam ser considerados profissionais da educação, mas, mesmo com o esclarecimento legal, as separações continuaram a acontecer. A tradicional divisão do trabalho educativo entre professores e os chamados “especialistas” continuou gerando inquietações, sendo proposta, por parte dos sindicatos, a sua superação. A lei que acabamos de citar sugere a possibilidade de que a identidade profissional docente venha a se delinear a partir da aceitação de que os envolvidos nos processos educativos são, em primeiro lugar, docentes. Esta ideia esteve na base das diretrizes brasileiras dos anos 1990 para a regulamentação da formação dos pedagogos.

As críticas que tais diretrizes recebem no sentido de transformarem o pedagogo em professor expressam uma das faces corporativas da escola e isso demonstra que, ao contrário do que propugnavam os sindicatos nos finais dos anos 1970 e início dos 1980, e do que determina, na atualidade a Lei 12014, a construção de uma identidade profissional que implique na aceitação da condição de serem todos docentes e de poderem se organizar de forma horizontal nas escolas encontra vivas resistências por parte de setores do magistério (OLIVEIRA, 2010,p. 31).

A partir da década de 1990 percebe-se uma tendência à desmobilização do movimento sindical docente, sobre o qual falaremos mais adiante. Sua estabilização demonstra, segundo Oliveira (2010) um maior distanciamento entre a ação dos sindicatos e o dia a dia no cotidiano das escolas, o que acabou por impactar na subjetividade do trabalho e da identidade docente.

As reformas educativas implementadas a partir de 1990 privilegiam a flexibilidade curricular e avaliativa, sugerindo uma organização diferente do espaço e do trabalho nas escolas. Estas questões “podem estar forjando um novo perfil de trabalhadores docentes e uma nova identidade, o que incide sobre o movimento de profissionalização do magistério” (OLIVEIRA, 2010, p. 31). A autora afirma que as novas formas de organização do trabalho exigem maior “plurifuncionalidade” e “polivalência” dos trabalhadores, o que contribui para que as profissões percam a força e incidam sobre a identidade profissional dos mesmos.

Reforçamos que as ideias de profissionalização, desprofissionalização e proletarização apresentadas aqui não retratam o objetivo principal deste trabalho, mas precisam ser contextualizadas no debate que se faz sobre a formação da identidade profissional do professor, pois seus desdobramentos não podem ser desconsiderados nesta discussão. Oliveira (2010) destaca que:

(...) os trabalhadores da educação estariam sofrendo processos de desprofissionalização por diversos fatores que variam desde a padronização dos meios de trabalho e introdução de tecnologias educativas em larga escala nas escolas até a deslegitimação dos seus saberes específicos resultante dos efeitos produzidos pelas avaliações externas que dão publicidade aos resultados vinculando o baixo rendimento dos alunos com o desempenho profissional dos docentes (OLIVEIRA,2010, p.26).

A autora ainda sugere que muitas vezes os professores apresentam-se contrários às mudanças propostas em reformas educacionais e que isso refletiria o desejo de se autoprotegerem de possíveis efeitos decorrentes da desqualificação e da desprofissionalização a que estão sujeitos.

Resguardadas as devidas aproximações com a causa do operário, pode-se dizer que o professor “submetido à autoridade da burocracia, portanto, como tantos outros trabalhadores, alienados do seu trabalho, constituiria parte da classe trabalhadora e sujeita a se proletarizar” (RÊSES, 2015, p. 36).

Essa noção de pertencimento à causa trabalhadora aparece nas pesquisas que aqui citamos sobre trabalho docente. Atualmente os sindicatos docentes fazem menção aos seus filiados como sendo trabalhadores em educação, destacando o primeiro termo, que estabelece a característica principal: ser trabalhador. Outra justificativa para o uso deste termo é que sob ele se abrigariam os demais profissionais da escola, sem os quais ela não poderia funcionar com qualidade: diretores, supervisores, coordenadores, secretários escolares.

Como já foi dito, o professor tem sido pressionado a assumir novos papéis para os quais muitas vezes não está nem mesmo preparado a desempenhar. O aumento das cobranças e da própria jornada de trabalho levam à precarização do desempenho das funções e está em conformidade com princípios postos pela lógica do mercado, como eficiência, eficácia e produtividade. Rêses (2015) observa que ao mesmo tempo em que cresce a complexidade dos saberes necessários exigidos ao desempenho da atividade docente, os professores se percebem menos autônomos em relação ao seu próprio trabalho. Nesta “nova” ótica a decisão sobre a atividade pedagógica ficaria a cargo do que o autor chama de “cientistas da educação” e de administradores. Com isso, a maior profissionalização da docência aparece acompanhada da proletarização do professor, que perde sua autonomia nos processos de trabalho.

Os estudos realizados demonstram que as reformas educacionais da década de 1990 levaram a uma nova organização do trabalho escolar. No caso da América Latina, tanto as reformas, quanto a reestruturação do trabalho docente devem ser consideradas a partir das especificidades locais, “onde o mínimo não está assegurado para a maioria da população” (OLIVEIRA, 2007, p. 356).

Em pesquisa realizada em 2006, Oliveira analisou a política educacional de três

países latino-americanos, Argentina, Chile e Brasil, procurando conhecer os efeitos das reformas sobre o trabalho escolar. Para tanto contou com a participação de educadores das redes públicas, integrantes da educação básica, nestes países. Destacou que as reformas sugerem um novo modelo de regulação educativa, onde “demandas globais” e “respostas locais” possam estar articuladas e através das quais as escolas alcancem maiores flexibilidade e autonomia. Isso seria viabilizado pela descentralização administrativa, financeira e pedagógica da educação, previstas nas reformas.

Achamos importante apresentar estes dados já que estas questões estão relacionadas ao trabalho dos professores nas escolas. Este tipo de modelo regulatório educativo oportuniza a “intensificação e auto intensificação do trabalho” (OLIVEIRA, 2007, p. 357), criando um cenário onde os educadores passam a se auto responsabilizar por todo o processo educativo, desde sua própria formação e atualização profissional, prática educativa e desempenho de seus alunos. Entendemos que esta (auto) responsabilização impacta na própria maneira como o professor percebe sua profissão e o que se espera dele enquanto profissional em um mundo marcado por mudanças no campo do trabalho.

Oliveira (2007) ressalta que, na América Latina, as políticas educacionais que deram origem às reformas tiveram como objetivo ampliar o acesso à escolarização básica da população, em um contexto de reestruturação do capitalismo. Os princípios da equidade e da eficácia passaram a orientar as políticas públicas, resguardadas as diversidades regionais latino-americanas, sobre as quais não nos deteremos por se distanciarem do objetivo principal desta pesquisa que é o de compreender se a participação de educadores em sindicato docente promove a criação ou o fortalecimento de identidade profissional do grupo. Interessa-nos refletir a respeito dos desdobramentos das políticas e reformas educacionais dos anos 1990 no trabalho do professor. Entendemos que, a exemplo do que foi citado por Nóvoa (1997) a identidade do professor se constitui na multiplicidade de suas relações e que as condições onde e como desenvolve seu trabalho são importantes na análise da constituição de sua identidade profissional.

Os professores ressurgem nas reformas iniciadas nos anos 1990 como agentes centrais nos programas de mudança. Eles passam agora ao outro extremo: são considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema, tendo sobre suas costas a responsabilidade pelo êxito ou fracasso dos programas (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Como já foi dito, os estudos considerados sobre o tema (OLIVEIRA, 2007; 2010) reforçam que neste modelo enfatizam-se a responsabilização do professor e a maior participação da comunidade escolar, inclusive no que se refere ao controle do que se passa nas escolas.

Os trabalhadores docentes se veem então forçados a dominarem práticas e saberes que antes não eram exigidos deles para o exercício de suas funções e, muitas vezes, recebem tais exigências como resultados do avanço da autonomia e da democratização da escola e de seu trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 368).

A autora observa, ainda, que a busca dos professores pela autonomia em suas funções fez parte das reivindicações docentes dentro de seus sindicatos, sendo necessário para tanto que as escolas também fossem mais autônomas.

Assim a autonomia corporativa dependia necessariamente da autonomia institucional da escola, ainda que uma autonomia relativa, sabendo que a escola está inserida em um sistema e que os docentes referem-se a uma autonomia que lhes preserve a condição de funcionários públicos, estatutários, com direitos e garantias das quais não pretenderam jamais abrir mão (OLIVEIRA, 2007, p. 368).

A autonomia proposta às escolas na / pelas reformas possibilitou que novos sujeitos (pais e alunos) tivessem maior poder de decisão e pudessem exercer controle, se tornando participantes do processo de gestão, inclusive no que se refere à ação dos professores.

Ao tratar da realidade educacional no contexto latino-americano, ressalta que as reformas educativas se caracterizam, através de “políticas de caráter temporário, compensatórias, destinadas , portanto, aos grupos mais vulneráveis socialmente, em detrimento daquelas regulares, orientadas por princípios universais e de caráter estável” (OLIVEIRA, 2007, p. 370). De acordo com a autora, os governos latino-americanos da atualidade diferem dos governos autoritários que os precederam. Por terem sido eleitos por base social de trabalhadores têm depositadas sobre si mesmos as expectativas deste grupo social. Destaca, no entanto, que após os períodos que antecedem as eleições, os governos

chamados “progressistas” da América Latina acabaram mantendo o mesmo tipo de reformas e políticas propostas por seus antecessores, na perspectiva de certa continuidade destas ações.

Neste contexto, ressalta que os “os trabalhadores docentes estão pagando com a intensificação do trabalho o preço da sua autonomia” (OLIVEIRA, 2007, p. 372), decorrente, como já foi falado, da autonomia da escola e dos processos educativos. Para a autora,

o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Entendemos que esta discussão sobre como foi se estruturando o trabalho docente na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, a partir das reformas previstas para a educação nos anos 1990, refletem-se na configuração da identidade profissional do professor, pois passam a exigir um novo perfil do educador. As ideias de precarização, proletarização, profissionalismo e qualificação do trabalho docente, já apresentadas, reforçam a busca por apoio junto aos movimentos sindicais.

Gohn (2001) afirma que nesta conjuntura legitimadora da competitividade, a educação poderia contribuir para:

gerar um trabalhador que tenha habilidades e domínio de conhecimentos tecnológicos, habilidades de gestão e que saiba ser criativo, desenvolvendo relacionamentos estratégicos (saudáveis e produtivos) e com habilidade nos relacionamentos intergrupais, que saiba aprender a aprender (GOHN, 2001, p. 96).

Neste contexto espera-se do professor que seja capaz de atender às demandas postas por conhecimentos e informação. Para tanto, os cursos de formação e a prática profissional deveriam se organizar a partir da lógica das competências. Na perspectiva de uma publicação sindical, (SILVA et al., 2010) esta lógica é percebida permeando a realidade educacional e o mundo do trabalho, exigindo dos professores novos posicionamentos. De

acordo com o texto citado, o sistema educacional brasileiro passou e passa por várias mudanças em função dos processos transformadores vividos na sociedade a partir da globalização da economia e das novas tecnologias incorporadas ao processo produtivo e de informação.

A este respeito Gohn (2001) destaca que ao profissional desta época são exigidas novas habilidades e que se espera que a educação seja capaz de formar este trabalhador. O professor necessário a uma educação que se pautar pelos princípios do mercado, portanto, é um profissional que apresente um perfil polivalente: ele deve estar preparado para todo o tipo de situações que puder encontrar.

Na percepção sindical (SILVA et al., 2010) a exploração do trabalho docente pode ser verificada quando o professor é incentivado a participar mais ativamente da gestão escolar e dos sistemas educacionais, quando é motivado a aderir a novos projetos e até mesmo quando aceita fazer parte das diversas avaliações em larga escala propostas pelos governos nos últimos anos⁶. O serviço burocrático dos professores nas escolas pode ocupá-los com tantas novas demandas, que corre-se o risco de que os mesmos não tenham tempo e incentivos suficientes para exercerem a docência em si. Nas análises de Silva (2010), falta aos professores uma formação voltada para a emancipação ideológica, no sentido de capacitá-los para a superação da contradição existente entre o capital e o trabalho. A organização da educação brasileira estará a serviço do capitalismo e do Estado neoliberal enquanto não se modificar a ótica na formação dos educadores brasileiros.

Gohn (2001) aponta que as diretrizes políticas neoliberais têm direcionado os rumos do sistema educacional brasileiro como um todo, buscando modificar a gestão da educação em seus diversos níveis. Estas medidas impactam o trabalho docente e redefinem até mesmo a formação de professores.

Para Nóvoa (1999), os professores têm pela frente pelo menos três grandes desafios: melhorar a organização da profissão; buscar formação centrada nas práticas e na análise dessas práticas e lutar por uma maior credibilidade da profissão. Seria necessário estabelecer um novo contrato educativo com a sociedade para que se processasse uma verdadeira reforma na educação. Consequentemente, a crise da profissão docente se atenuaria e a identidade profissional do grupo se reafirmaria sobre novos princípios.

⁶PROALFA, PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL, ENEM, ENADE, etc.

Na discussão sobre identidades é bom considerarmos que estas se estruturam a partir do binômio “características pessoais” e “percursos profissionais” (NÓVOA, 1995), percebidas ao longo das histórias de vida individuais. As pesquisas consideradas no estudo que desenvolvemos, vem corroborar com esta ideia, demonstrando que as histórias de vida têm sido consideradas nas análises sobre a identidade docente.

Os estudos considerados em nossa revisão de literatura sugerem que toda identidade é construída socialmente, e que, portanto, ocorre o mesmo com a identidade profissional docente. Aliadas às histórias de vida de cada um, encontram-se as condições de trabalho, cultura, relações com a sociedade e com o poder público. Estas questões poderão ser verificadas mais a frente, através das falas dos professores entrevistados em nossa pesquisa. O que estaria representando a participação sindical na definição de sua identidade profissional.

Mockler (2011) afirma que três dinâmicas encontram-se envolvidas na construção da identidade docente, sendo estas: o ambiente externo da política, o contexto profissional e a experiência pessoal. Neste contexto, no estudo da identidade profissional docente podem ser consideradas a aprendizagem das práticas profissionais (em nível de formação inicial e em contexto), o ativismo docente (associativismo, militância e sindicalismo) e o desenvolvimento pessoal (ênfase nas histórias de vidas). Como se vê, estudiosos sobre o tema têm reforçado a importância destes elementos na reflexão sobre o que significa ser professor e quais são os elementos constitutivos de sua identidade profissional.

Vale dizer que a identidade profissional docente não é fixa. Ela é resultado de um complexo e dinâmico equilíbrio onde a própria imagem como profissional tem que se harmonizar com uma variedade de papéis que os professores sentem que devem desempenhar (Beijaard, Meijer, & Verloop, 2004).

Em pesquisa desenvolvida sobre a docência no Brasil⁷ notamos que aqueles que iniciam nos cursos de formação de professores ficam decepcionados com o que se deparam na prática escolar, sendo que os que possuem uma melhor formação acabam desistindo do magistério. Uma das justificativas é exatamente a variedade de papéis que os professores são obrigados a desempenhar, sem que haja condições e mesmo formação teórica a priori para isso.

⁷“Ser professor: uma pesquisa sobre o que pensa o docente das principais capitais brasileiras” – Instituto Paulo Montenegro –Pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) a pedido da Fundação Victor Civita (FVC). 2010.

Em pesquisa realizada junto a jovens egressos do Ensino Médio sobre quais seriam suas percepções a respeito de um possível ingresso na carreira docente Gatti (2010) afirma que:

O sentido que os jovens atribuem ao “ser professor” está incorporado ao contexto social, político e cultural mais amplo em que vivem e, também, ao próprio processo de sua socialização escolar. A sociedade brasileira constrói uma imagem contraditória da profissão: ao mesmo tempo em que ela é louvável, o professor é desvalorizado, social e profissionalmente, e, muitas vezes, culpabilizado pelo fracasso do sistema escolar (GATTI, Bernardete A. , 2010, p. 196).

Percebemos que ocorre um esvaziamento da importância da docência, fazendo com que cada vez menos jovens encontrem-se atraídos pela carreira docente. A este respeito Pimenta (1999) declara que é necessário que a formação inicial e continuada dos professores seja repensada. É desejável que os docentes possam estar instrumentalizados a se posicionar frente a uma sociedade que se encontra em constante mudança. Para Pimenta esta sociedade seria a principal responsável pela desvalorização e crise de identidade docente na atualidade.

De acordo com esta autora “(...) a identidade profissional do professor se constrói, entre outras formas, partindo da significação social da profissão e da revisão constante desse significado” (PIMENTA, 1999, p. 19).

Percebemos, portanto, que a questão da identidade docente permeia grande parte da discussão que se faz sobre a trajetória profissional de professores. A literatura sobre o tema aponta que esta identidade é constituída por diferentes aspectos das histórias de vida e da própria prática docente.

Em relação a esta identidade pode-se afirmar que a mesma é construída a partir do sentido que se dá à profissão. Sobre isto Pimenta (2002) afirma que:

(...) constrói-se também, pelo significado que cada professor, enquanto autor e ator, confere à atividade docente de situar-se no mundo, de suas histórias de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que têm em sua vida: o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA, 2002, p. 77).

O tema da identidade docente permanece atual e hoje em dia aparece relacionado a grande parte dos estudos sobre a formação e o trabalho docente, conforme podemos perceber nas pesquisas apresentadas em diversos Grupos de Trabalho – GTs - da ANPED.

Maria Luisa Santos Ribeiro, em seu livro “A formação política do professor de 1º e 2º graus” (1995), também relacionou os processos de desvalorização do professor, dentre outras questões, à exploração a que ficaram sujeitos os trabalhadores, de um modo geral, a partir dos indicativos de uma política econômica predominantemente neoliberal. A política educacional, por sua vez, também estaria associada a esta perspectiva e, através das já citadas reformas previstas para a educação nacional, representaria uma “política (..) que dificulta seriamente o conhecimento do conteúdo necessário ao exercício profissional do professor e, muito mais, o domínio crítico desse conteúdo” (RIBEIRO, 1995, p. 8).

Nesta pesquisa a autora procurou compreender de que maneira ocorre a formação política de educadores que ao longo de sua vida pessoal e de sua trajetória profissional descobrem a importância de se organizarem enquanto categoria profissional visando a garantia de seus direitos. A autora compreende que para que a formação política do professor se constitua ele deve ter consciência do que e como deve trabalhar para que “a maioria dominada da população brasileira” possa superar esta condição.

No processo de reconhecimento do que é necessário à maioria da população, e que é de sua responsabilidade profissional, o movimento de professores por melhores condições de vida e de trabalho ganhará (como vem ganhando) maior sustentação (RIBEIRO, 1995, p.9).

Entendemos que tais questões encontram-se relacionadas à construção da identidade profissional do professor e por isso julgamos pertinente trazer estas reflexões para este item em que discutimos a constituição do “Ser Professor” e sua “identidade”. Ribeiro (1995) esclarece que é importante para o professor compreender socialmente sua

prática, dentre outras questões, para o “desenvolvimento da unidade entre os professores, bem como da unidade destes com a população” (RIBEIRO, 1995, p.9). Sem o conhecimento a respeito dos objetivos e da qualidade de seu trabalho os educadores dariam forma a interesses puramente corporativistas. Achamos importante citar que quando Ribeiro (1995) se refere à escola a aos processos educativos que nela se dão, ela o faz referindo-se a uma educação popular, transformada “no bojo das lutas populares em desenvolvimento na sociedade brasileira” (RIBEIRO, 1995 p.7), dessas lutas fazendo parte o movimento docente.

Quando percebe a possibilidade de que o “novo educador” seja integrante do operariado e que trabalhe, portanto, na perspectiva da concretização da educação popular, Ribeiro (1995) considera ser possível que se alcance um novo tipo de sociedade. Segundo a autora:

Classe dominada que, através da sua prática de classe no interior da sociedade civil, apesar e na repressão da sociedade política, vai exercendo uma direção pela criação de novos organismos de representação e expressão e pela conquista e transformação de antigos organismos que passam, em conjunto, a viabilizar a criação e a disfunção de uma concepção de mundo segundo os seus interesses bem como a efetivação dessa concepção num novo tipo de sociedade. Prática esta que não só prepara a conquista da sociedade política como também a permanência de seus representantes nesse nível (RIBEIRO, 1995, p.31).

Para Ribeiro (1995), é neste processo que os membros da classe operária passam a se conscientizar politicamente sobre a realidade. Daí a importância do professor significar sua prática profissional.

Em relação ao trabalho docente a autora corrobora que os professores têm vivenciado processos de proletarização sobre os quais já tecemos alguma reflexões embasados nos estudos de Oliveira (2007, 2010). Para Ribeiro (1995), tal fato decorre da intensificação de relações capitalistas na sociedade, o que promove a ampliação do operariado, com o qual relaciona o educador de base. A autora compreende que a partir das consequências da intensificação do trabalho e do capital o professor assalariado se aproxime do operário, resguardadas as especificidades quanto à natureza do trabalho de ambos.

Segundo Ribeiro (1995):

(...) para que tal aproximação se efetive, na direção da vinculação de seu trabalho educacional aos interesses populares e da integração de sua luta sindical enquanto categoria, à dos operários, necessário se faz um trabalho de educação das consciências dos educadores. Em consequência, necessário se faz que este trabalho seja realizado junto à categoria por pessoas (desta mesma categoria e/ou de outras) que, nesse processo, vão atingindo mais aceleradamente um grau mais elevado de compreensão. Tais pessoas constituem as lideranças (RIBEIRO, 1995, p.36).

A autora reconhece a importância dos movimentos associativos sindicais dos professores referindo-se a estes como “novos mecanismos de representação direta” que se constituiriam enquanto “novos sujeitos coletivos” (RIBEIRO, 1995, p.36). Para ela, este é um momento importante na formação política do professor e de seus alunos e este tipo de vivência educa com vistas ao exercício da cidadania, mostrando ao educador que deve assumir atitudes políticas dentro e fora de sua sala de aula.

Em seus estudos, refere-se ao professor como sendo um trabalhador prioritariamente, mas não exclusivamente, intelectual, com característica de ser um difusor de conhecimento. Compreende que a estes profissionais cabe a socialização da cultura popular, sendo importante que tenham consciência disto. Ao admitir que o trabalho docente tem um caráter intelectual, não pretende dizer que seja um trabalho socialmente privilegiado, até mesmo porque o considera passível de proletarização. A autora destaca que “não há ação humana puramente manual ou vice-versa” (RIBEIRO, 1995, p. 47) e “(...) não existe, portanto, atividade humana puramente prático-manual, não existe atividade humana puramente teórico-intelectual” (RIBEIRO, 1995, p.48). O que diferencia um e outro não é a capacidade mental dos trabalhadores, mas a diferenciação nas condições onde se realizam, a partir da divisão do trabalho na perspectiva da produção capitalista (RIBEIRO, 1995).

Ao relacionar o trabalho docente ao trabalho intelectual, a pesquisadora refere-se ao processo de educação de consciência que se torna possível através da atuação do professor.

(...) consiste na transformação da visão de mundo, tanto do educador como do educando, pela mediação do novo conhecimento e das novas finalidades assimilados, o que, como foi visto, é de capital importância, já que sem tal assimilação não é possível concretizar as finalidades desejadas e proclamadas. Mas entendo também ser preciso assinalar que o trabalho do professor se tem o caráter intelectual, por outro lado, não se limita a ele (RIBEIRO, 1995, p.50).

Em relação a esta particularidade do trabalho docente a autora compreende que é exigido do professor uma ação em favor da transformação da organização escolar e da sociedade de um modo mais amplo, já que se desenvolve no âmbito da modificação de consciências. Para que estas mudanças ocorram Ribeiro (1995) relaciona sua concretização como estando relacionadas ao próprio contexto de luta por tais mudanças. Neste sentido a autora também percebe um caráter político dirigente no trabalho intelectual do professor, quando observa que a transformação da consciência política não se dá espontaneamente, sendo preciso que exista a função de intelectuais que a produzam e a difundam. Este aspecto é importante para nosso trabalho, uma vez que a participação em sindicato docente poderia ser analisada sobre este viés, resguardadas que fossem as particularidades do caso. Pode-se pensar se a participação em sindicato docente junto aos seus pares, podendo os mesmos agirem na perspectiva aqui descrita como sendo típica de intelectuais, possibilitaria a criação ou o fortalecimento da identidade profissional do professor. Os estudos aqui enunciados vão nos dando elementos para compor esta pesquisa, de modo a respondermos, adiante, a questão original deste trabalho.

Em relação às particularidades da atuação docente Ribeiro (1995) ainda destaca a importância da ação coletiva e organizativa destes profissionais, destacando que ao lutar por melhores condições de vida e de trabalho o intelectual precisa se organizar como categoria, o que fortalece o grupo e o situa no debate que se faz sobre o mundo do trabalho. Ressalta que:

(...) o intelectual predominante difusor (como é o caso do professor de 1º e 2º graus), como profissional e cidadão vá reconhecendo quais são as mediações que tornarão possível o estreitamento, cada vez maior, dos vínculos entre sua prática profissional e a prática social global em suas múltiplas formas de manifestação – realização de criação de uma nova realidade humanizada (RIBEIRO, 1995, p. 61).

Em consonância com os estudos e a literatura já apresentados, a autora corrobora com a tese de que a formação dos professores, inclusive a formação política dos mesmos se dá na prática, mediada pela teoria. Desta forma a autora julga ser importante que se faça uma avaliação da experiência associativa destes profissionais enquanto categoria, assim como uma contextualização destas práticas, passíveis de influências na atuação profissional dos professores.

Uma das particularidades percebidas ao longo da revisão de literatura no exercício do “ser professor” diz respeito justamente aos processos associativos dos quais os educadores de um modo geral lançam mão para se organizarem, através da filiação a sindicatos. Tendo em vista a importância desta mobilização é que refletiremos sobre alguns aspectos da participação, para que, em seguida, possamos nos deter com maior atenção na questão da participação em entidades sindicais.

Autores como Gohn (1988), que trabalham a temática da participação política, nos levam a refletir sobre a importância de se fortalecer os aspectos identitários relativos aos professores, criando laços organizativos que possam ser benéficos ao próprio exercício da função. É a partir deste viés que buscamos verificar se a participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora tem oportunizado a criação ou o fortalecimento de uma identidade profissional dos membros da rede municipal de ensino.

NÓVOA (1999) afirma que “a formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais, aqui produz-se uma profissão”(NÓVOA, 1991, p. 24). Tomamos emprestado do autor o destaque dado por ele a um novo tipo de formação docente enquanto um dos instrumentos possíveis na mudança da educação.

NÓVOA (1999) defende a ideia de que:

a reconfiguração da profissão docente e o desenvolvimento de comunidades escolares autônomas constituem condições necessárias ao aparecimento de um novo associativismo docente, agente coletivo de um poder profissional cuja legitimidade não reside apenas numa delegação de competências do Estado (NÓVOA, 1999, p. 27).

No Brasil, ainda há muito a se avançar no sentido de realmente criar uma cultura da participação, dos direitos, da associação e do exercício da cidadania, da transformação e da garantia de uma educação de maior qualidade.

A formação diferenciada dos educadores é apenas uma das instâncias onde estas questões podem começar a ser discutidas e modificadas, pois o educador é um importante elo entre os sistemas e a sociedade de um modo geral.

É importante dizer ainda, que todo tipo de participação envolve conflitos e a necessidade de resolução dos mesmos, através da busca de consenso, gerando

aprendizagens significativas. Gohn (1988) afirma que a participação envolve processos de negociação. Conviver com conflitos faz parte de uma sociedade que se deseja democrática.

De acordo com Bobbio (1995) não faltam incentivos à participação, embora a apatia política e uma cultura de subordinação e domínio vivenciada tanto pelo povo como pela elite, possa dificultar que a mesma se efetive. Podemos inferir, portanto, que a participação realmente possui um caráter pedagógico. Quanto mais o cidadão participar nas diversas instâncias, mais ele se torna capacitado a fazê-lo.

Entende-se que aquele que se esquivava de participar está contribuindo para que grupos de pessoas decidam por si. Este fato, além de causar prejuízos para o indivíduo isoladamente, contribui para a contaminação da coletividade e desarticula o processo democrático. Segundo Dallari, “a pessoa que não quer ter o trabalho ou assumir a responsabilidade de decidir, está, nesse momento, tomando uma decisão: a de permitir que outros decidam em seu lugar” (DALLARI, 1999, p. 24).

Gohn (2001) chama atenção para o fato de que, no caso dos profissionais em educação, existem alguns elementos motivadores da participação em sindicato docente (condições materiais, salários, planejamento técnico e aspectos sociais), mas merecem destaque, na opinião da autora justamente os elementos que atuam desestimulando os professores a participarem em suas entidades sindicais, como por exemplo a crescente desvalorização de seu trabalho em sociedade. Voltaremos a discutir esta questão no sexto item deste trabalho quando apresentaremos as entrevistas feitas com professores da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora e que corroboram com esta posição da autora.

Em relação aos diferentes tipos de participação Dallari (1999) destaca que “a participação política mais eficiente é a organizada, aquela que se desenvolve a partir de uma clara definição de objetivos e que procura tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada momento, assegurando a continuidade das ações” (DALLARI, 1999, p. 48).

Em sociedades democráticas a participação deve existir. No Brasil, observamos que nos últimos anos tem ocorrido uma ampliação lenta e gradual da participação em diversas instâncias que se pretendem democráticas, embora a possibilidade de participação não seja sinônimo de que a mesma esteja se efetivando.

Entendemos que a democracia como forma de governo pressupõe a participação. Esta, por sua vez, apresenta-se como condição necessária à democratização. Compreende-se que a organização ampliada da participação, em todas as suas formas de manifestação, possa ser geradora e, ao mesmo tempo, consequência de processos de democratização.

Os autores citados sugerem, portanto, que a partir da criação da cultura da participação a mesma se fortifica e pode ser assumida por um maior número de pessoas. Ao fazer parte de diferentes tipos de associações pessoas podem contribuir para o alargamento da consciência cívica e política, o que por si só já significa um ganho para a sociedade. Este seria, como já foi dito, o aspecto educativo contido na participação.

Reforçamos que existem diversos tipos de participação, sendo a participação política aquela com a qual trabalhamos nesta tese. Vale dizer que a participação política é um direito de todos os indivíduos, direito este garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. De acordo com seu artigo 21 “todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país e a vontade do povo será a base da autoridade do governo”. Defendemos a participação política como condição necessária à existência de um sistema democrático. Nesse sentido mencionamos Dallari, quando este afirma que:

Um sistema político só é democrático quando as decisões são tomadas com liberdade e se respeita a vontade da maioria. Ora, quando muitos se negam a participar das decisões é inevitável que a tarefa de decidir fique nas mãos da minoria, ou seja, a omissão de muitos impede que se tenha um sistema democrático (DALLARI, 1999, p. 24).

Quanto mais o cidadão participa nas diversas instâncias, mais ele se torna capacitado a fazê-lo. Existe, portanto, um aspecto educativo na participação. Podemos dizer que essa aprendizagem reforça a cidadania, capacitando o indivíduo para uma participação mais efetiva.

Em relação à participação em movimentos sociais Gohn (1994) verifica a existência de dimensões política, de cultura política e espaço temporal. Na dimensão política, incluem-se as noções sobre o que são os direitos e os deveres do sujeito na vida em sociedade e na construção da cidadania coletiva. Na dimensão da cultura política, encontra-se a prática e a inserção no movimento social que vai possibilitar acúmulo de experiências e mudança de mentalidade. É a dimensão que Gohn (1994) chama de dimensão educativa. Na dimensão espaço temporal, a autora afirma que a participação propicia o

reconhecimento de condições de vida, promovendo uma visão historicizada e, portanto, contextualizada, dos problemas.

De acordo com Gohn, “a consciência de diferenças e a vontade de apropriação de espaços públicos (...) constitui um aprendizado que contribui para o desenvolvimento da consciência de cidadania no sentido de uso da coisa pública” (GOHN, 1994, p. 21).

Podemos dizer que a prática social dos grupos visa, portanto, a garantia de seus direitos a partir de uma ação política. No Brasil, a cultura de direitos ainda é um processo em construção. Devemos dizer que o fenômeno educativo da participação situa-se no campo da educação política dos atores como resultado das práticas sociais nos processos de lutas, organização e participação pela conquista da cidadania. Esta amplia o espaço público e requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento.

No desenvolver das práticas sociais o aprendizado adquirido por estes sujeitos é constituído pelas múltiplas relações sociais geradas no processo de participação social e política. Esse processo forja identidade política, ampliando a compreensão de seus participantes.

A participação sedimenta teias de relações baseadas em noções de civismo e pode ser articulada entre governo e sociedade civil organizada, não apenas na participação em políticas e instituições sociais já dadas, mas naquela que possibilita a construção e a reconfiguração dos espaços e das políticas. De acordo com Gohn (1988), devemos “reinventar a composição, os modos e as formas de gestão da cidade. Recuperar os mecanismos de representação, criar formas de articulação da democracia direta com a democracia representativa” (GOHN, 1988, p. 31).

Desde os anos 70, a participação popular no Brasil tem sido vista como forma de democratizar as relações entre sociedade e Estado. Gohn (1988) aponta que na época da Ditadura Militar a participação surgiu a partir de duas frentes distintas: aquela surgida na classe média intelectualizada e na elite e aquela surgida nas classes populares, urbanas e rurais. Embora os objetivos destas duas frentes fossem diferentes, havia um ponto de luta em comum: a manifestação contra o autoritarismo governamental da época. A autora mostra que professores universitários, profissionais liberais e setores da Igreja contribuíram para o desenvolvimento de diversos movimentos populares.

Com o aumento da participação da oposição nas eleições de 1978 o processo de abertura política começou a ganhar força. No ano de 1979 iniciou-se com João Baptista Figueiredo a transição do regime ditatorial para a democracia. Com a abertura foi aprovada

a Lei da Anistia, que dava aos exilados políticos a possibilidade de voltar ao país. Este foi um importante momento na história do sindicalismo brasileiro, que ganhou novo fôlego, fortalecendo-se para a década seguinte, através do fortalecimento das associações de trabalhadores.

Embora muitos sindicatos oficiais tenham estado a serviço da Ditadura, o final dos anos 1970 criou condições para o surgimento de um novo sindicalismo reivindicativo e político. É de 1980 o registro do início das atividades do Partido dos Trabalhadores /PT, liderado pelo então metalúrgico e ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que desde 1978 liderava as mais importantes greves na região do ABC Paulista. O PT reuniu grande parte do movimento sindical rural e urbano, intelectuais, comunidades eclesiais de base, setores da esquerda e trabalhadores paulistas por um projeto de contestação do Estado e a favor da ampliação da participação popular.

Essa foi a tônica que se deu aos sindicatos que se (re) organizaram e fortaleceram nesta época, geralmente sob os auspícios da Central Única dos Trabalhadores - CUT que se estruturou também neste período, mais especificamente no ano de 1981, na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, como veremos a seguir, quando discutirmos mais pontualmente o movimento sindical brasileiro. Naturalmente, muitos sindicatos se alinharam às propostas políticas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, sendo o caso, por exemplo, do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora que até os dias atuais tem em sua diretoria uma maioria petista, sendo o Sindicato ligado à CUT.

Como podemos perceber, existe no Brasil desde há algum tempo, uma tendência à ampliação e diversificação das formas de participação em movimentos sociais, ainda que estas práticas avancem ou recuem em razão de determinantes políticos.

Ao discorrer sobre a década de 1990 e sua conseqüente crise para os movimentos populares, Maria da Glória Gohn (1994) percebeu que esta crise sempre foi parcial, não fazendo sentido, portanto, falar da mesma como sendo o fim dos movimentos participativos gestados nas décadas de 1970 e 1980.

Usando a expressão “saldo de ordem moral” utilizada por Gohn (1994) para designar os avanços obtidos a partir da participação popular na década de 1980, consideramos que os movimentos populares foram auxiliares na idealização de uma nova sociedade civil brasileira. O avanço no sentido da democracia veio a se cristalizar nos

preceitos da Constituição de 1988, sendo a própria legislação fruto do embate entre diferentes setores sociais e políticos.

De acordo com a autora,

A ampliação de espaços participativos levou, por exemplo, à construção de canais junto a setores até então não organizados, como o dos funcionários públicos. Se, de um lado, estes setores representaram alguns dos movimentos mais combativos e mobilizados ao longo dos anos 80, por outro, a falta de tradição e a novidade da organização fizeram com que eles copiassem os modelos já existentes, a nível sindical. O sindicalismo de empresas foi a referência para o sindicalismo público estatal. Todos os vícios da estrutura existente, principalmente o corporativismo, foram transplantados, sem considerar nenhuma das especificidades (GOHN,1994, pág. 100).

Gohn (1994) destaca que era comum se perceber que o fato dos grupos terem se organizado já configurava um avanço, com possibilidades de transformação. Apesar do que foi dito, esta organização era frágil, devido aos vícios existentes na cultura política que orientava as relações sociais. A autora destaca que ainda não havia um projeto político que contemplasse os sujeitos em suas relações sociais e, não havendo meio para a construção do mesmo, não foi possível modificar substancialmente a estrutura social, mesmo com as mobilizações que tiveram início nas décadas citadas.

Segundo a pesquisadora, a crise dos movimentos sociais, percebida a partir de 1990 e caracterizada por certa apatia social, descrença nas organizações populares e consequente desmobilização atingiu certos setores dos movimentos, não sendo determinante, porém, para o fim das mobilizações. Tal fato se confirma quando no atual contexto assistimos a uma série de setores sociais se (re) articulando em prol da defesa de direitos.

Gohn (1994) chama atenção para o fato de que os movimentos sociais são decorrentes de ideias e práticas que se renovam na sociedade, “agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos” (GOHN, 1994, p. 101). De acordo com sua tese, a historicidade contida nos movimentos expressa-se até mesmo na definição de suas ações e demandas. É por isso que faz sentido refletirmos sobre o papel da participação popular em movimentos sociais a partir da década de 1990, quando o panorama sócio-político brasileiro reordena-se em função de políticas de cunho neoliberal. Esta reorganização impactaria de forma contundente nos movimentos sociais,

pontualmente no sindicalismo nacional, objeto mais próximo de nosso campo de interesse. Percebe-se uma descrença crescente nas organizações partidárias e representações políticas nas décadas iniciais dos anos 2000.

Ainda devemos dizer que o tipo de participação defendida neste trabalho é a participação real, sendo necessário diferenciar a participação real da participação formal, a partir da tese elaborada por Gohn (1988). A participação real é aquela que está presente nas práticas coletivas da sociedade civil e que pode levar a rupturas e/ou transformações da ordem social. “A participação real leva à identidade social de espaços diferenciados” (GOHN, 1988, p. 27). Já a participação formal não almeja ao novo, não opera transformações; ela reafirma o *status quo*. É o tipo de participação que é meramente concedida pelo Estado aos cidadãos e não conquistada. Nesta forma de participação o objetivo último é dar à sociedade um grau mínimo de participação nos núcleos decisórios, sempre com fins de controle político e ideológico. “As estruturas de poder dominante tentam circunscrever os espaços possíveis – ou reivindicados pela população – a questões menores e, de preferência, usando esta população como material-instrumento redutor de custos” (GOHN, 1988, p. 31).

Entendemos que o principal fator de diferenciação entre as duas formas de participação aqui enunciadas seja o comportamento dos agentes envolvidos nos processos participativos. A verdadeira integração de representantes da sociedade em instâncias públicas pode se traduzir em uma “ameaça” ao poder constituído, na medida em que a participação se dê na forma real. Conforme disse Dallari (1999), ao longo da história da humanidade percebemos uma luta constante para que o maior número possível de pessoas participe das decisões políticas. Este é um desafio que ainda não conseguimos vencer, embora já possamos vislumbrar a ampliação dos debates sobre a importância da participação.

Em alguns dos estudos aqui apresentados sobre as particularidades do movimento sindical visualizamos que as práticas decorrentes da inserção neste tipo de entidade podem possibilitar mudança de mentalidade, no sentido do alargamento da consciência política. Compreendendo que este fato está relacionado com o objetivo de nosso estudo é que nos propomos a, no próximo item, conhecer um pouco mais da história do sindicalismo brasileiro, com ênfase no sindicalismo docente.

4 – MOVIMENTO SINDICAL E OS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL

A palavra sindicato tem suas raízes no grego “sindicus” – caracterizando aquele que era escolhido para defender os direitos de um grupo ou corporação - e no latim “syn-dicos” – designando aquele que defende a justiça. De acordo com o dicionário, significa “associação de pessoas de uma mesma categoria profissional” (FERREIRA, 2004).

Segundo Antunes (2008), os primeiros registros sobre sindicalismo aparecem ainda no século XVIII, durante o período da Revolução Industrial, quando trabalhadores afetados pelo novo contexto do trabalho reuniam-se em grupos de socorro e ajuda uns aos outros.

No Brasil os registros de ação sindical começam a se dar a partir da vinda de imigrantes europeus para o trabalho em indústrias recém-criadas. O país se industrializou tardiamente, em relação à realidade europeia, dando sinais do esgotamento do modelo escravocrata que era predominante no país até o século XIX. Estes imigrantes que aqui desembarcavam já possuíam experiências com trabalho assalariado, inclusive com a garantia de alguns direitos trabalhistas, já conquistados na pátria materna. Tais vivências, por certo orientaram a organização do movimento sindical brasileiro, que veio a se estruturar mais formalmente no século XX.

É importante dizer que, paralela à organização dos trabalhadores locais em sindicatos, o governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no ano de 1930. Antunes (2008) destaca que este Ministério nasceu nomeado como Ministério da Revolução, vindo o mesmo a regulamentar a sindicalização das classes patronais e operárias no país, o que pode ser observado através da leitura do Decreto nº 19.770, que ficou conhecido nacionalmente como Lei da Sindicalização. Este Decreto estabelecia “as primeiras prerrogativas para o controle das atividades sindicais pelo Estado” (ANTUNES, 2008, p. 47), estabelecendo, inclusive, os parâmetros para a atuação de trabalhadores estrangeiros no país.

Dentre as medidas que foram sendo efetivadas na década de 1930, a partir da criação da legislação trabalhista, destaca-se:

Alteração na Lei de Férias; regulamentação do horário de trabalho, iniciando a sua implantação no comércio e, depois, na indústria; criação e instituição da Carteira de Trabalho; implementação da Convenção Coletiva do Trabalho, pelo Decreto nº 21.761, de 28.08.1932; regulamentação do trabalho da mulher (ANTUNES, 2008, p. 47).

À mesma época, no ano de 1932, também foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento, com finalidade de solucionar possíveis conflitos entre empregadores e empregados, colocando em prática as prerrogativas da nova legislação trabalhista brasileira. Destacamos aqui a regulamentação da atividade sindical no setor privado por parte do Estado.

Apesar de desempenhar estas funções, as Juntas de Conciliação e Julgamento não faziam parte da estrutura do Poder Judiciário do País, estando ligadas ao Ministério do Trabalho. As deliberações que porventura se dessem através destas Juntas serviriam como base para processos que viriam a ser protocolados na Justiça comum. O Ministério do Trabalho, por sua vez, poderia, a qualquer momento, subtrair um processo da Junta para que este fosse julgado no âmbito do próprio Ministério.

Além de promover a regulamentação trabalhista, no governo Vargas, ainda foram criados os institutos de previdência social. Sobre isso Antunes (2008) ressalta que tanto a criação da legislação trabalhista e da previdência social, quanto a regulamentação da estrutura sindical tinham como objetivo o controle do movimento operário brasileiro por parte do governo federal.

No ano de 1939, ainda foi promulgado o Decreto-Lei nº 1402 (Lei de Enquadramento Sindical), definindo critérios para que a Comissão de Enquadramento Sindical, ligada ao próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, reconhecesse os sindicatos que representavam as diversas categorias profissionais. Na mesma época foi instituído o Imposto Sindical (a partir do qual é descontado dos proventos do trabalhador um dia de trabalho por ano), cuja arrecadação total destina-se a subsidiar a manutenção da estrutura sindical.

Ao mesmo tempo em que era criada a legislação trabalhista e regulamentada a existência dos sindicatos, as greves de trabalhadores tornaram-se proibidas. Também foi durante este período que as organizações sindicais adquiriram caráter paraestatal, tendo sua atuação limitada pela própria legislação que garantia sua existência. Quanto a isso Antunes

(2008) afirma que os sindicatos “tornaram-se, então, totalmente controlados e atrelados à política e determinações do governo provisório, mas sustentados pelo imposto sindical” (ANTUNES, 2008, p. 48).

Rêses (2015) destaca que nesta época não era permitida a existência de sindicatos cujos membros fossem servidores públicos. As demandas e reivindicações destes eram apresentadas e, se possível, sanadas dentro das entidades associativas existentes, cuja finalidade era de fato o assistencialismo aos seus pares. O autor aponta que, mesmo havendo um impedimento jurídico, estas associações foram responsáveis pela realização de greves e negociações com o Estado.

Segundo Rêses (2015), os servidores públicos não podiam se organizar em sindicatos, pois a compreensão que se tinha era que este tipo de organização não fazia sentido para aqueles que não fossem trabalhadores do setor privado. Compreendia-se que “o princípio que inspira o sindicalismo é a luta contra a exploração pelo capital e a discussão com os empregadores sobre as condições de trabalho. Uma vez que no serviço público essas condições são fixadas em lei, o sindicato não tinha razão de ser” (RÊSES, 2015, p. 153).

Com o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, o país viu concretizar-se toda uma política voltada para a regulamentação do trabalho em território nacional, esforço que vinha sendo empreendido tanto por parte do governo, quanto por parte dos próprios trabalhadores. Embora os princípios contemplados na legislação significassem algumas conquistas para os trabalhadores, refletiam, principalmente, o controle dos mesmos por parte do governo. É interessante destacar que a CLT brasileira baseou-se na Carta de Lavoro⁸ e até os dias de hoje estabelece como deve ser o relacionamento entre empresários e trabalhadores, definindo direitos e deveres de cada um, além da organização da própria estrutura do trabalho.

Não nos aprofundaremos no relato dos fatos compreendidos entre os anos de 1940 e final de 1960, embora achemos importante citar alguns pontos relativos ao movimento de trabalhadores brasileiros nestas quase três décadas. Destacamos os anos de 1945 e 1946, marcados pela mobilização operária e concretização de greves no país, estruturadas a partir do Movimento de Unificação dos Trabalhadores – MUT. É desta mesma época o Decreto

⁸Documento italiano de 1927, gestado no interior do Partido Nacional Fascista de Mussolini, cuja função era regulamentar as relações de trabalho existentes entre patronato-trabalhadores-Estado.

nº 9070, chamado popularmente de Lei Antigreve, cujo objetivo era estabelecer “restrições à prática e organização de greves e também para manifestações ou medidas em solidariedade aos grevistas” (ANTUNES, 2008, p. 51). Apesar desse fato, que poderia desestimular a associação dos trabalhadores, na década de 1950 o movimento operário brasileiro demonstrava organização suficiente para criação do Movimento Nacional Popular Trabalhista – MNPT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Este último tinha como objetivo promover estudos que estivessem diretamente voltados a questões relativas à vida dos trabalhadores brasileiros. Os dados produzidos pelo DIEESE são ainda hoje utilizados pelos sindicatos.

Em relação a década de 1960 destacamos a criação do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT e do Pacto de Unidade e Ação - PUA, embora a tomada do poder por parte dos militares brasileiros tenha sinalizado um novo retrocesso nas atividades sindicais. Antunes (2008) afirma que nesta época os militares e/ou funcionários do Ministério do Trabalho passaram a ser os responsáveis pelo comando de sindicatos em geral, uma vez que o movimento operário passou a ser percebido como uma questão de segurança nacional. A partir de 1968 começaram a eclodir greves de grande envergadura ao redor do país; visando reprimir e desarticular este movimento o governo militar proibiu as atividades políticas de estudantes, professores e funcionários de quaisquer instituições de ensino, através do Decreto nº 447, do Ato Institucional nº 5.

Destacamos na década de 1970 o fortalecimento de iniciativas contestatórias do movimento sindical brasileiro, especialmente no ramo da metalurgia, responsável por grande parte do desenvolvimento nacional naquele momento. Foi quando surgiram novas lideranças sindicais, a exemplo do grupo que se levantou no ABC Paulista para coordenar o movimento de trabalhadores na região, com grande visibilidade de suas ações perante todo o país. No ano de 1979, por exemplo, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, conduziram a ocupação do Estádio da Vila Euclides, no ABC. Trabalhadores da região, em greve, chamaram a atenção de seus patrões a partir deste episódio, quando inúmeras greves (re) começaram por todo o país.

A despeito das atividades de resistência que se efetivavam em meio aos trabalhadores, ainda houve nesta década a tentativa de se intensificar as interferências governamentais nas atividades dos sindicatos, em função da forte repressão militar que determinava a governabilidade brasileira.

A década de oitenta, por sua vez, veio sinalizar um amadurecimento do movimento sindical brasileiro, que, em consonância com os princípios da redemocratização – visando direitos para todos – alinhou-se a movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra - MST, sob a direção de alguns partidos de esquerda e da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Trabalhadores rurais das regiões Nordeste e Sudeste reuniram-se a grupos de trabalhadores que se encontravam desempregados, para promover ações que dessem visibilidade ao movimento sindical.

Em consonância com os princípios da redemocratização e buscando intensificar as ações dos grupos de trabalhadores brasileiros em prol de sua causa, foi realizado no ano de 1981, em Praia Grande, São Paulo, a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Este evento teve grande visibilidade nacional e contou com a presença de mais de cinco mil delegados sindicais (representativos de cerca de mil e novecentas entidades), envolvendo sindicatos rurais e urbanos, além de associações representativas do funcionalismo público do país. Antunes (2008) destaca a importância deste congresso, afirmando que:

esse encontro representou a possibilidade dos trabalhadores oferecerem resistência, em nível nacional, ao desemprego e à miséria que assolava a classe operária, em decorrência dos drásticos efeitos da política recessiva adotada pelo governo nos anos anteriores (ANTUNES, 2008, p. 57).

A Central Única dos Trabalhadores - CUT teve papel de destaque na história do sindicalismo brasileiro dos últimos 30 anos. Foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante a realização do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e sempre esteve ligada à ideologia professada pelo Partido dos Trabalhadores - PT.

Dentre os fundamentos da CUT encontram-se listados:

Compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora; a busca por melhores condições de vida e trabalho e o envolvimento direto no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo (ANTUNES, 2008, p. 59).

Embora não atinja todas as organizações de trabalhadores do país, a Central Única dos Trabalhadores apresenta uma perspectiva classista e busca organizar, representar e dirigir o movimento sindical no país. Suas ações contemplam grupos de trabalhadores urbanos, rurais, integrantes do funcionalismo público e do setor privado. Contempla aqueles que se encontram ativos e também os que já estão inativos do ponto de vista do trabalho formal.

Seu relacionamento com o Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que favoreceu suas ações, também foi o motivo alegado para que, a partir do ano de 2003, alguns grupos desistissem de integrar seus quadros de associados. Grupos políticos posicionados mais à esquerda romperam seus relacionamentos com a Central Única dos Trabalhadores devido ao tipo de relacionamento da mesma com o governo federal, personificado na figura de Luís Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical ligado à CUT e presidente do país naquele momento.

Os grupos que se encontravam insatisfeitos com o posicionamento político da CUT, organizaram-se basicamente ao redor de outras associações de trabalhadores, tais como: CONLUTAS - Central Sindical e Popular Coordenação Nacional de Lutas, ligada ao PSTU e a setores do PSOL; Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, ligada a setores do PSOL e do PCB e a CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, ligada à Corrente Sindical Classista - CSC do PCB e terceira maior central sindical do país. Ainda havia aqueles que se aproximaram da Força Sindical, existente desde 1991 e criada já a esta época com o objetivo de fazer frente à CUT, cujos princípios não eram aprovados por seus integrantes. Uma possível crítica à CUT talvez seja decorrente de suas relações explícitas com o Partido dos Trabalhadores - PT.

Apesar das resistências que hoje podem ser verificadas em relação à Central Única dos Trabalhadores, ela ainda é hoje a maior central sindical da América Latina, sendo também a quinta maior organização deste tipo em todo o mundo. Achamos pertinente abordar questões relativas à formação da Central Única dos Trabalhadores / CUT em razão do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora – SINPRO/JF ser filiado a mesma. A ideia era ter elementos para compreender os motivos que poderiam ter levado à relação entre as duas entidades e os motivos pelos quais hoje existem algumas críticas quanto a esta mesma relação continuar existindo. Sobre tais questões nos deteremos mais adiante, em momento

oportuno, quando iremos discorrer especificamente sobre o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora e nas análises das entrevistas realizadas com integrantes do mesmo.

A década de 1980 foi marcada, portanto, pelo renascimento do movimento sindical, estando sinalizadas, desde o final da década de 1970, as bases de um novo sindicalismo, quando foram criadas, inclusive, as Centrais Sindicais. Estas, por sua vez, foram responsáveis por garantir as primeiras negociações coletivas diretas, envolvendo patrões e empregados.

Gohn (2001) destaca o papel desempenhado pelas organizações de professores neste contexto, apontando que elas se constituíram “entre 1979 a 1986, juntamente com outras entidades e organizações da sociedade civil, uma força política impulsionadora de mudanças sociais” (GOHN, 2001, p. 112). A autora aponta que as mobilizações muitas vezes resultavam em greves que reivindicavam mais do que as questões trabalhistas, mas refletiam o desejo pelo retorno ao governo democrático e forjavam a “construção da própria identidade da categoria dos professores” (GOHN, 2001, p. 113).

Rêses (2015) também faz esta reflexão, embasando-se, para tanto, em Gindin, ao destacar os “momentos não corporativos das práticas sindicais” (RÊSES, 2015, p. 157) como sendo significativos e fortalecedores do movimento sindical docente. De acordo com o autor, ao participar das diferentes lutas sociais o professor ultrapassa questões corporativas da categoria dos trabalhadores em educação, criando unidade com as causas de outros segmentos sociais. Para ele, este processo contribui para que a identidade profissional seja construída, uma vez que ocorre a identificação com a classe trabalhadora.

Nas muitas ações que foram empreendidas à esta época, em prol da redemocratização nacional, percebe-se uma participação forte do movimento sindical do país, com destaque para as já referidas Centrais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, consagrou alguns avanços democráticos, inclusive no que se refere à existência e atuação do movimento sindical pelo país, determinando, por exemplo, o fim das intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos.

A partir da década de noventa, o movimento sindical foi mais uma vez posto à prova, havendo a necessidade de que o mesmo se readequasse às novas demandas de um mundo globalizado e direcionado pela perspectiva política e econômica do neoliberalismo. Com a crescente flexibilização das relações de trabalho puderam ser percebidos os

primeiros sinais da nova crise do sindicalismo brasileiro, em consonância com o que ocorria com o movimento ao redor de todo o mundo.

A descentralização e a desconcentração da produção, pressupostos de uma economia globalizada, assinalam algumas das transformações ocorridas a partir da década de 1990, contribuindo para o enfraquecimento dos sindicatos.

A este respeito Gohn (2001) afirma que as propostas políticas dos anos 1990 exigiram dos sindicatos a resolução de problemas tais como continuar a atuar na linha da formação sindical (com ações educativas com conteúdo e forma políticos) ou se readequar às novas demandas do mercado, atuando na linha da formação profissional de seus membros, demanda posta pela linha neoliberal de valorização da empresa e do mercado.

Destacamos a contribuição de Armando Boito Jr (1999) para a temática do sindicalismo brasileiro em tempos de política neoliberal, em seu livro “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, quando ele aborda as características do neoliberalismo nos anos 1990, refletindo sobre seus impactos na vida dos trabalhadores e de que maneira o movimento sindical se posicionou frente as orientações decorrentes desta política.

O autor considerou os períodos compreendidos entre os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, pois encerrou sua pesquisa no ano de 1997.

Ao citar o tipo de neoliberalismo que se instalou em nosso país, o autor afirma que o mesmo se deu tardiamente em terras brasileiras, se o compararmos aos demais países latino americanos. Segundo ele o processo de implantação do programa neoliberal no Brasil foi lento, com características próprias. Chama a atenção para o fato de que muitas vezes os partidos políticos, os sindicatos e até mesmo as organizações populares aprenderam a se conciliar com a perspectiva neoliberal.

Ao exaltar o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial a perspectiva neoliberal trouxe ao cenário brasileiro uma série de medidas tais como privatizações, abertura comercial, desregulamentação das relações de trabalho, ênfase na necessidade de se fortalecer a Previdência Privada e redução do papel do Estado na economia. Com isso proliferaram o desemprego, a economia informal e a desregulamentação trabalhista.

Boito Jr chama atenção para o fato de que “a desregulamentação das relações de

trabalho no Brasil, vale-se, fundamentalmente, da prática ilegal do emprego sem carteira assinada, e, portanto, sem normas legais protetoras” (BOITO JR, 1999, p. 13). De acordo com o autor, nos países chamados de periferia, nomenclatura aplicada também ao Brasil, o sistema de proteção social é menos desenvolvido, favorecendo os “avanços” da política neoliberal. O que esta faz é “fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional” (BOITO JR, 1999, p. 125).

Ao analisar de que maneira o movimento sindical foi afetado pela política neoliberal no Brasil e de que modo reagiu a ela, Boito Jr destaca que percebe o movimento sindical urbano como uma força social integrante do processo político brasileiro (BOITO JR, 1999).

Neste estudo o autor pautou sua análise nas centrais sindicais, principalmente na CUT. Sobre a Central Única dos Trabalhadores ele afirma que esta fez opção por se inserir na estrutura sindical corporativa de Estado. Somente no setor público os sindicatos ligados à CUT se organizaram fora desta estrutura sindical, pois até 1988 esta era uma prerrogativa aos funcionários públicos, que eles não poderiam se organizar em sindicatos integrados a estrutura corporativa.

Confirmando o que se percebe através da observação da realidade e da literatura sobre o tema, Boito Jr (2009) ressalta que a década de 1990 foi uma década de investidas contra o movimento sindical brasileiro, a exemplo do que ocorreu pelo mundo.

Os sindicatos vinham fortalecidos da década de 1970, com a afirmação de um tipo de sindicalismo combativo, impulsionado pelo movimento dos metalúrgicos do ABC paulista, que remodelou a luta dos trabalhadores brasileiros, dando força no embate contra a ditadura militar. No entanto, passado o período da redemocratização, momento em que os sindicatos se mobilizaram com destaque na sociedade, o movimento sindical se viu acuado pela política neoliberal que passou a vigorar a partir do governo Collor de Melo. Boito Jr destaca sobre o movimento que “ele não deixou de ser um movimento social importante, mas sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu” (BOITO JR, 1999, p. 127).

O autor relaciona o movimento sindical das décadas de 1970 e 1980 a um sindicalismo de oposição e o que se iniciou com a década de 1990 a um sindicalismo

propositivo, pendendo mais para a conciliação com as propostas neoliberais. A este respeito Boito Jr destaca que “nas palavras dos dirigentes da CUT tratava-se de abandonar a postura de “apenas se opor e ser contra”, para passar a apresentar “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política nacional” (BOITO JR, 2009, p. 142). Este tipo de sindicalismo desejava promover o apaziguamento entre patrões, trabalhadores e política neoliberal. Diante do que foi exposto, a partir de 1990, portanto, a maior parte dos sindicatos assistiu à diminuição do número de filiados, com menor aceitação da atividade grevista por parte de seus associados e uma maior tendência à moderação nas negociações com os patrões. Esta seria uma tendência percebida mundialmente em relação a postura do movimento sindical dos anos 1990.

Ao longo dos anos 2000, as alterações se davam cotidianamente nos locais de trabalho. Por não estarem apercebidos destas mudanças os sindicalistas viram-se surpreendidos “ficando suas lutas e organização descompassadas no tempo e deslocadas no espaço” (ANTUNES, 2008, p. 86).

Gouveia (2013) ressalta que apesar das limitações impostas aos sindicatos, a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, oriundo do sindicalismo e com suas bases políticas firmadas nas causas dos trabalhadores, trouxe ares de esperança ao movimento sindical que vivenciava momentos de mudança em função de sua necessária adequação ao momento político vivido pelo país. A autora destaca que os sindicatos docentes, através da CNTE, puderam ampliar o debate com as categorias a que representavam, levantando discussões sobre temas de valor para a educação nacional.

Os sindicatos de professores, através da representação da CNTE, fortalecem sua posição nos embates pela definição da pauta política nacional. É nessa nova conjuntura que se desenvolvem as disputas ao redor da Lei do FUNDEB, em 2007; da Lei do PESP – Piso Salarial Profissional Nacional –, em 2008; da CONAE – Conferência Nacional de Educação –, em 2010; e do Plano Nacional da Educação ao longo dos anos de 2011 e 2012, com a questão do investimento de 10% do PIB em educação (GOUVEIA, 2013, p. 125).

Diante deste quadro os índices de novas adesões ao movimento sindical caem, inclusive com a desfiliação de antigos membros que viram seus sindicatos de repente esvaziados de sentido. Enquanto nos primeiros anos de 1990 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE tenha registrado um aumento no número de filiados aos diferentes sindicatos nacionais, em meados dos anos 2000 percebe-se uma queda no

quantitativo de membros do movimento sindical brasileiro. Como já foi dito, o descrédito dado a atuação dos sindicatos na atualidade, se refletiu também na queda das taxas de adesão a greves.

Antunes (2008) destaca que os sindicatos passaram a assumir ações muitas vezes assistencialistas e corporativistas, incapazes de se adaptar à nova realidade econômica, com a abertura dos mercados e a redução dos postos de trabalho. A este mesmo respeito Rêses (2015) diz perceber que os sindicatos têm sofrido os efeitos da lógica corporativa que geralmente os direciona, mostrando-se acomodados à legislação sindical. Como consequência ocorre, no geral, a “ausência de sentimento de categoria que se alia à baixa capacidade de mobilização dos sindicatos” (RÊSES, 2015, p. 10).

Neste novo contexto até mesmo os acordos trabalhistas tornaram-se mais flexíveis, o que contribuiu para fragmentar ainda mais as categorias profissionais. Diante das demissões que ocorriam os trabalhadores estavam mais preocupados em manter seus empregos do que reivindicar melhores condições de trabalho. Com isso os sindicatos tiveram que mudar seu discurso, afinal, já tinham visto ser reduzido seu poder de negociação junto às empresas. A luta por melhoria salarial não podia mais ser a principal bandeira do movimento, outras tiveram que ser levantadas, a exemplo da implantação de Participação nos Lucros e Resultados (PLR); fundos de pensão; assistência médica; clubes para lazer da categoria e fazer frente à possibilidade do desemprego, sendo este o maior de todos os fantasmas que assombra os trabalhadores na nova realidade do capitalismo globalizado.

Pode-se dizer que a mudança no mundo do trabalho, advinda da reestruturação do capital, promoveu uma crise no encaminhamento do movimento sindical: enquanto gerava desemprego, criava subempregos, reforçando a informalidade e intensificando os níveis de exploração. Neste novo contexto os trabalhadores necessários são, conforme disse Antunes (2008), polivalentes e multifuncionais, devendo agir de modo cada vez mais internacionalizado, tal como hoje é o capital. Todos estes fatores impactaram no enfraquecimento dos sindicatos, ocasionando, inclusive a fragmentação da classe operária.

Como pôde ser verificado ao longo de sua existência o movimento sindical brasileiro promoveu avanços e sofreu recuos em sua busca pela garantia de direitos da classe trabalhadora. Muitas vezes sua atuação foi limitada pelo Estado, via interesse das entidades patronais e em alguns momentos ele conseguiu avançar coordenando as ações de trabalhadores, conduzindo-os na busca por melhores condições de trabalho.

Achamos importante destacar que as influências do contexto político, social e econômico de cada época não devem ser desconsideradas na análise sobre o papel dos sindicatos, pois elas contribuem para formar o tipo de sindicato de trabalhadores que hoje temos.

Destacamos que o breve histórico apresentado a respeito do início da trajetória sindical no Brasil tem como objetivo introduzir as reflexões que pretendemos realizar sobre os sindicatos docentes.

Ao situar a origem do movimento sindical em nosso país, pretendemos demarcar as condições a partir das quais o mesmo foi criado, citando alguns momentos que julgamos terem sido importantes para o início da história dos trabalhadores brasileiros. Não era nosso objetivo nos aprofundarmos nesta história, uma vez que nos interessa mais especificamente a discussão a respeito dos sindicatos docentes. Entendemos que estes têm particularidades, dentro do movimento organizado dos trabalhadores; especificidades decorrentes das próprias particularidades já citadas anteriormente em relação ao trabalho dos professores.

Gostaríamos de ressaltar as peculiaridades do movimento sindical docente, enquanto apresentamos algumas reflexões a respeito de sua formação. Destacamos que no processo de reconstrução da trajetória deste movimento nos embasamos nos estudos de Gindin (2011), Oliveira (2007; 2010) e Ribeiro (1995). Ainda aproveitamos para reiterar que nesta pesquisa investigamos um sindicato docente representativo dos educadores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, e que, julgamos pertinente promover algumas considerações a respeito da relação existente entre o Estado (enquanto poder institucional) e o magistério que exerce suas funções sob sua égide e sobre a organização de servidores públicos em movimento sindical próprio.

Assim como já mostramos através dos estudos de Nóvoa (1999) e retomado por Gindin (2011) existe uma relação muito próxima entre o Estado e seus professores, servidores públicos no campo da educação. Esta relação tem suas bases firmadas desde o século XIX, quando o Estado tornou-se o principal empregador de professores, assumindo a responsabilidade para com a formação e a certificação da profissão docente. Gindin (2011) chama atenção para o fato de que esta ligação se deu, permitindo que o Estado pudesse “controlar e mobilizar politicamente a categoria” (GINDIN, 2001, p.10) justamente por ser o principal responsável pela empregabilidade docente.

Vimos que ao longo do século XX, com a ampliação das redes e dos sistemas educacionais, cresceu o número de reivindicações trabalhistas dos professores. Neste sentido,

Para os professores, o parlamento e o poder executivo foram, desde sempre, um espaço de negociação sobre as características que assume o sistema educacional e particularmente sobre a sua situação trabalhista. Isto possibilita a politização das reivindicações econômicas porque os professores podem responsabilizar aos governos pela sua situação trabalhista de uma maneira muito mais direta do que os assalariados do setor privado (GINDIN, 2011, p. 11).

A partir desta perspectiva, o autor demonstra que, a exemplo dos demais trabalhadores, os professores também vendem a sua força de trabalho ao Estado que é seu empregador, embora esta relação tenha uma particularidade, conforme já foi dito por serem os educadores “servidores públicos”. Tendo se tornado assalariados estatais os professores aproximaram-se das demandas trabalhistas apresentadas pelos demais trabalhadores manuais, embora também tenham preservado sua aproximação com profissionais liberais em função do caráter intelectual de suas funções. O autor afirma que:

Embora possa ser discutido se a divisão entre trabalho manual e intelectual na nossa contemporaneidade é menos nítida e/ou menos relevante do que um século atrás, ela foi e ainda é um princípio de organização hierárquica do trabalho (GINDIN, 2011, p. 14).

De acordo com a literatura analisada (GINDIN, 2011; OLIVEIRA, 2010), as demandas apresentadas pelas organizações docentes ao longo do século XX são principalmente trabalhistas. Estudos apontam que a categoria docente passou a ser reconhecida como “sujeito de reivindicações econômicas e consolidou-se a posição dos docentes como trabalhadores de base de sistemas burocratizados dirigidos por especialistas” (GINDIN, 2011, p.21), o que acabou definindo um perfil trabalhista para estas organizações.

Segundo dados apresentados pelo autor a organização de professores no Brasil teve início em 1860, com a criação de diferentes associações de professores no Rio de Janeiro,

capital do Brasil à esta época. As entidades criadas nas duas primeiras décadas do século XX não se solidificaram. O autor destaca como exemplos de organizações deste período a Associação dos Professores do Brasil (1909) e a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1901), sendo esta a maior experiência de organização docente da época, com a crescente filiação de professores.

Como indicador de ação sindical mais combativa, ainda no início do século XX, Gindin (2011) destaca em seu histórico a greve dos professores de Salvador, na Bahia. Este movimento culminou no lançamento do “Manifesto do Professorado Público Municipal do Estado da Bahia ao Povo Brasileiro”, no ano de 1918, resultando no pagamento escalonado da dívida aos professores, o que demonstrou a força da organização sindical desses profissionais enquanto categoria.

Segundo o autor o movimento organizado de professores no Brasil se estruturou mais enfaticamente a partir da década de 1930, embora ainda não houvesse grande adesão aos quadros do sindicalismo docente. Devido a este fato a categoria ainda não possuía muito poder de negociação. De acordo com esses estudos sobre o tema, a esta época as entidades organizativas eram paraestatais ou ativistas. Nas primeiras destacavam-se lideranças ligadas ao sistema educacional e que possuíam um relacionamento com os poderes governamentais. Nas associações de ativistas já havia a preocupação para com a autonomia do grupo em relação aos governos.

Gindin (2011) afirma que o período compreendido entre os anos de 1937 e 1945 foi desfavorável ao desenvolvimento da atividade sindical docente, devido ao autoritarismo que marcou o Governo Vargas. De 1945 até 1964 o movimento sindical dos professores se fortaleceu, ampliando sua relação com a base. Relacionando o contexto com nossa pesquisa, destacamos que em Juiz de Fora, o Sindicato dos Professores, SINPRO/JF, objeto deste estudo, criado no ano de 1934, também foi se fortalecendo conforme demonstra a história da entidade, sobre a qual nos deteremos no próximo item.

As intervenções da Era Vargas no mundo do trabalho resultaram, como já foi dito na regulamentação dos sindicatos e na elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, sem considerar a realidade do trabalho relativo aos servidores públicos.

As organizações docentes não tiveram que se moldar à rigidez da legislação sindical, podendo coexistir associações que representaram a mesma categoria (enquanto a estrutura sindical se caracterizou pela existência de sindicatos únicos) e que não contavam com os recursos do imposto sindical obrigatório nem com mecanismos de negociação coletiva estabelecidos legalmente (GINDIN, 2011, p. 144).

É interessante observar que a partir da década de 1950 muitas lideranças do movimento docente integraram as disputas eleitorais, legitimados a partir de sua posição enquanto representantes do professorado. Os estudos citados apontam que o discurso das lideranças era, neste contexto, em favor da neutralidade política a partir da qual assuntos relativos a educação fossem considerados por professores técnicos e não por políticos.

A partir da segunda metade dos anos de 1950 começou a se expressar um descontentamento por parte dos professores com a legislação trabalhista, o que estava em consonância com o que ocorria em meio aos demais sindicatos, no governo de João Goulart. Em relação à regulamentação do trabalho docente, no Brasil, isso se deu, inicialmente, com base na legislação que regulamentava o setor privado, ainda que no magistério os docentes já fossem servidores públicos. Neste movimento os planos de carreiras dos professores foram sendo estruturados principalmente a partir das especificidades das redes estaduais e municipais de ensino, enquanto que as leis nacionais contemplavam as questões mais gerais, relativas à formação e contratação do professor, como por exemplo, definição de critérios para o ingresso à carreira e determinantes da estabilidade trabalhista.

No Brasil o movimento associativo de professores se destacou no final da década de 1970, mais especificamente no ano de 1978, quando se identificou com o “novo sindicalismo” expresso a partir do fortalecimento dos grupos sindicais que gestaram a retomada das greves e mobilizações após o auge do período ditatorial que precedeu a redemocratização brasileira da década de 1980. Na perspectiva de parte dos estudos produzidos sobre o tema, a mudança de postura demonstrada pelo movimento sindical docente era consonante com um novo tipo de compreensão a respeito da própria identidade do grupo, que passava a se identificar com a classe trabalhadora como um todo. Existe, também, a perspectiva de que esta identificação se deu em função das crescentes

mobilizações da categoria. A respeito destas possibilidades de identificação com a classe trabalhadora, “importa conhecer como os professores, em contextos específicos, usaram uma imagem da classe operária como parâmetro da sua ação reivindicativa” (GINDIN, 2011, p.22).

Oliveira (2010) observa que a partir da década de 1980 ampliam-se as discussões políticas e acadêmicas a respeito da identidade docente, confirmando a contribuição dada pelo movimento de professores, enquanto trabalhadores, no período de lutas pela abertura política nacional. A autora destaca que neste período os trabalhadores da educação pública se mobilizaram em vários estados do país, associando reivindicações políticas mais amplas às específicas da categoria, desde a redemocratização brasileira até a organização sindical livre e autônoma. Observa que “a luta, naquele momento, foi pelo reconhecimento de uma categoria mais ampla de trabalhadores na educação pública, que contemplasse não só os professores, mas os demais funcionários das escolas e do sistema” (OLIVEIRA, 2007, p. 10). Também aponta como fazendo parte das solicitações do movimento organizado de professores um “novo projeto educativo, tendo o trabalho como princípio de formação humana” (OLIVEIRA, 2007, p. 10). Estas demandas estariam vinculadas, inclusive, a implementação de melhorias nas condições de trabalho dos professores.

A autora pontua que neste movimento percebe-se a organização e fortalecimento dos sindicatos docentes, fomentando questões de um debate relativo à identidade e o profissionalismo da categoria docente, o que foi positivo para a organização de professores.

A insistência na constituição de uma identidade de trabalhadores em educação por parte dos sindicatos docentes tinha como referência não o estatuto profissional, de acordo com o que se define como uma profissão, mas com a orientação classista trazida pelo “novo sindicalismo” pressupondo a organização horizontal dos trabalhadores por ramos e categorias econômicas (OLIVEIRA, 2010 p. 28).

Nesta época, os sindicatos docentes eram compostos também por professores de escolas públicas, sem que houvesse a regulamentação da participação destes profissionais em movimento sindical, uma vez que a legislação nacional impedia a organização dos mesmos em sindicatos. Tal fato foi revertido através da Constituição Federal de 1988, que regulamentou este tipo de participação política, prevendo as atividades de professores atuantes nas escolas públicas do país. A década de 1980 foi marcada pelo fortalecimento

das ações sindicais docentes, reforçando o ativismo da categoria no que se refere à questão dos direitos do grupo, possibilidade de organização, democratização da sociedade e da educação.

O protagonismo deste movimento não é percebido, no entanto, a partir dos anos 1990, marco de reestruturação das entidades sindicais, em função de novas orientações da política neoliberal. Às explicações já trabalhadas sobre este contexto, acrescentamos que os quadros de precarização das condições do trabalho a que ficaram expostos os integrantes do magistério a partir desta década, direcionaram as reivindicações e as manifestações dos professores à defesa de direitos profissionais e salariais, sendo estes os temas mais recorrentes entre os sindicatos docentes, conforme aponta Oliveira (2004). A autora reforça em reflexão posterior que “a confrontação reivindicatória por melhores salários e condições de trabalho foi, e ainda tem sido a linha de continuidade na ação dos sindicatos na América Latina” (OLIVEIRA, 2007, p. 365). Percebe-se que esta perspectiva é a que tem orientado ainda hoje os sindicatos docentes brasileiros.

É importante retomarmos que nesta pesquisa estudamos um tipo específico de sindicato, constituído por funcionários públicos, sendo estes profissionais da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. O SINPRO/JF reflete em sua história os movimentos descritos anteriormente no país. No próximo item poderemos verificar que sua criação, na década de 1930, demonstra as mobilizações dos educadores, ainda reunidos apenas em grupo de professores de escolas particulares do município e o coloca como um dos sindicatos docentes mais antigos do país.

5 – IDENTIDADE PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO NO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA

O Sindicato dos Professores de Juiz de Fora – SINPRO/JF, tem uma história antiga em sua representação da categoria de professores no município: foi fundado em 17 de Setembro de 1934, ano de efervescência cultural e política no âmbito da vida nacional.

Devido ao seu surgimento ainda na década de 1930, o então Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora aparece como uma das instâncias sindicais docentes mais antigas no país. Na época de sua criação representava apenas os professores que lecionavam nas escolas particulares da cidade, uma vez que ainda não era permitido que os servidores públicos se organizassem em sindicatos.

De acordo com Braga (2005), poucos foram os sindicatos criados entre os anos de 1930 e 1940, o que posiciona o SINPRO/JF em destaque na região. De acordo com a autora, o movimento sindical docente juiz-forano foi moldado a partir de noções como honra profissional, denotando o status dos professores; qualificação intelectual e responsabilidade pelo trabalho.

No histórico que produziu sobre o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, a autora cita um relacionamento articulado entre os membros do sindicato e os donos de escolas até meados de 1950, destacando que compartilhavam dos mesmos ideais a respeito da educação de qualidade. Como prova disto, destaca que, muitos dos professores sindicalizados eram diretores ou até mesmo dono de escolas na cidade, o que, na visão da pesquisadora, foi importante para atenuar os possíveis conflitos existentes entre o patronato e os professores locais. “Esta situação peculiar reforçava a noção de que os diretores ou donos de escolas (...) e os professores, formavam um grupo único, com interesses comuns” (BRAGA, 2005, p.35).

O SINPRO/JF contou com a participação de vários intelectuais da cidade, geralmente ligados ao movimento católico e que contribuíram, inclusive, para a formação das escolas de ensino superior no município. Estas ações estão na base da criação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Estes professores faziam parte da vida intelectual da cidade, constituíram um grupo seletivo, que propagava a cultura dentro e fora das salas de aula. A filiação ao sindicato estava incluída entre as muitas atividades por eles desenvolvidas demonstrando sua inserção política e cultural em Juiz de Fora (BRAGA, 2005, p.36).

Os estudos empreendidos por Braga (2005) sinalizam que até meados de 1940 o SINPRO/JF tinha uma postura de menos combatividade, até porque devido ao relacionamento com o patronato local, as tensões eram minimizadas entre os dois lados. A autora atribui a aproximação do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora com o Sindicato de Professores do Rio de Janeiro como sendo um dos elementos que modificou a perspectiva de atuação da entidade local. Os desdobramentos desta aproximação também são citados no documentário “Somos a Medida de Nossa Luta” (2004), cujas informações trataremos mais à frente quando o mesmo for considerado, como parte da análise documental desta pesquisa. Aliadas à aproximação das duas entidades sindicais, Braga (2005) cita as seguintes questões como fatores que favoreceram o surgimento de uma postura mais combativa ao SINPRO/JF: “mudança na composição do professorado, a nacionalização crescente do movimento sindical e a presença de conjunturas inflacionárias, aliadas a um período de fortalecimento da experiência democrática” (BRAGA, 2005, p.37). Este panorama também teria sido responsável pelo surgimento da perspectiva classista dentro do sindicato, embora ainda não tivesse modificado as relações de proximidade entre os educadores e diretores de escolas da cidade.

De acordo com registros de pesquisa (BRAGA 2005) até a década de 1940 existiam treze escolas particulares em Juiz de Fora, dentre as quais sete eram confessionais, com maioria católica. Os dados obtidos demonstram que de 1934 até 1964 todos os diretores do SINPRO/JF eram professores ligados a estas escolas, especificamente ao Instituto Granbery da Igreja Metodista, Colégio Santa Catarina e Academia de Comércio, os dois últimos católicos. Este fato reforça o caráter conservador e cristão, já enunciado, do sindicato docente de Juiz de Fora.

Mesmo que os princípios de gestão e funcionamento das escolas religiosas de Juiz de Fora não fossem exatamente iguais, os valores cristãos faziam parte do cotidiano destas instituições. Dos primeiros anos do século XX até a criação do sindicato dos professores em Juiz de Fora, a exaltação da educação cristã, da lei e da moral, ia de encontro às formulações que motivavam o espírito associativo dos professores, que incorporaram e transformaram estes valores durante o processo de constituição do movimento docente na cidade (BRAGA, 2005, p.47).

Esta particularidade do movimento docente com “base intelectual, jurídica e cristã” era responsável pela visão que os docentes possuíam a respeito do próprio sindicato: um espaço institucionalizado da organização docente. Com dados obtidos em análise documental sobre o movimento local, afirma-se que a atividade sindical dos educadores que compunham o SINPRO/JF até meados de 1940 era complementar a outras atividades por eles desenvolvidas. “Ali se reuniam para trocar ideias, congregar-se com seus pares e proferir palestras” (BRAGA, 2005, p.50). Através do exercício da participação, das negociações, dos conflitos e da própria experiência associativa, é que o SINPRO/JF foi desenvolvendo uma postura mais combativa, em favor da concretização de direitos da categoria.

Embora tenha sido determinante para a organização docente em Juiz de Fora, o sindicalismo corporativo não conseguiu de imediato estimular o desenvolvimento de ações mais específicas do movimento sindical de professores na cidade, devido ao tradicionalismo dos intelectuais juiz-foranos. O caráter conservador do SINPRO/JF justificava as ações “legalistas” do sindicato em detrimento de ações mais “combativas” (BRAGA 2005).

A atuação legalista da associação fazia com que ela estivesse, quase sempre, alinhada às determinações do Estado com relação ao procedimento colaboracionista e harmônico que deveriam apresentar as entidades de trabalhadores do país (BRAGA, 2005, p.71).

Conforme assinalamos, a partir da década de 1940 e em especial em 1950, a aproximação com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, mais combativo, favoreceu a dinamização das ações do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, o que se traduziu na ampliação do número de filiações à entidade e reorganização de suas

atividades. A questão salarial passou a se destacar, havendo a preocupação em se garantir melhores condições profissionais à categoria.

Um ponto ressaltado em relação à dinamização do movimento local na década de 1950 diz respeito à renovação do quadro de filiados ao SINPRO/JF, com a adesão de professores mais jovens, na faixa etária de 20 a 30 anos. Estes educadores apresentariam “fôlego” em iniciativas do movimento para as quais a “velha guarda” já não teria disposição. A partir deste momento começaram os enfrentamentos com os donos e diretores de escolas. Reivindicações salariais e trabalhistas passaram a orientar o discurso destes sindicalistas, recrudescendo o relacionamento até então tranquilo que havia com o patronato, inclusive com a deflagração da greve de 1959, devido a uma série de acordos não cumpridos com a categoria, por parte do patronato local.

No momento político de deflagração desta greve a categoria docente apresentou uma mudança de postura, revelando, pelo menos durante aquela mobilização específica, um posicionamento classista. Esta greve foi votada como sendo necessária, pela unanimidade dos presente à assembleia que a deflagrou e sua maior reivindicação dizia a respeito à questão salarial. A este respeito Braga (2005) afirma que:

O papel principal desta greve foi o de agregar a categoria trazendo ao cotidiano da entidade uma postura mais combativa. Durante toda a história do movimento, no período aqui estudado, este foi o único momento em que os professores deixaram aflorar seus sentimentos de classe externados em um posicionamento forte e resolutivo, com disposição para superar as dificuldades de atuação (...) (BRAGA, 2005, p.121).

De acordo com o histórico citado, a década de 1960 marcou a desmobilização do SINPRO/JF, inclusive com seu afastamento do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. Braga (2005) relaciona este fato a um temor político de “ameaça comunista” em relação à linha de ação mais combativa que caracterizava a entidade sindical carioca. Em relação à postura mais tradicional e legalista do sindicato docente local a autora afirma que havia a preocupação política de que o SINPRO/JF se mantivesse afastado de ideologias, possivelmente subversivas e comunistas.

O documentário “Somos a medida de nossa luta”⁹ lançado pelo Sindicato dos Professores de Juiz de Fora em comemoração pelos 70 anos de criação da entidade sindical, em 2004, demonstra que, após o período de ditadura militar, o SINPRO/JF teve papel ativo no momento de retomada das mobilizações populares no Brasil. A produção do documentário em questão foi coordenada pela Comissão de Cultura e pela Comissão Pedagógica do próprio sindicato.

A reconstrução histórica que originou o roteiro do filme foi baseada nas atas de assembleias e em documentos do sindicato, tendo como responsável pela parte de pesquisa documental e argumentação a professora Virna Lígia F. Braga, que também dirigiu o documentário e, como pode ser observado no início deste item, também tem direcionado seus estudos para a compreensão do movimento sindical docente em Juiz de Fora, na perspectiva da historiografia.

A produção deste documento, audiovisual, como já se disse, foi levada a efeito em função das comemorações pelos 70 anos do SINPRO/JF em 2004, quando o filme foi lançado pelo sindicato. Este material nos ajudou a compor a pesquisa sendo parte da análise documental que possibilitou nosso estudo. Consideramos que o documentário complementa dados obtidos através de outros documentos e pesquisas referentes ao SINPRO/JF. O filme tem como objetivo relatar a história da entidade através de depoimentos daqueles que compuseram/compõem o movimento em Juiz de Fora. Com esta finalidade, inicia a recomposição histórica do sindicato contextualizando a década de 1930 quando a entidade foi criada.

O documentário apresenta o depoimento de professores que fizeram parte do movimento e que vivenciaram a primeira greve do magistério em Juiz de Fora, como por exemplo, o professor Ivan Fornazier Cavalieri, que à época de produção do documentário pôde auxiliar o SINPRO/JF a recontar esta história. Não nos deteremos aos relatos de 1930 a 1960 por entendermos que estes dados já foram apresentados no corpo do texto, com base nas pesquisas de Braga (2005), que também é responsável, como já dissemos, pela direção deste documentário.

Em relação ao período que antecedeu a redemocratização do país, o documentário

⁹ Documentário lançado pelo Sindicato, através da Comissão de Cultura Pedagógica – Secretaria de Cultura da entidade. Pesquisa, contextualização, argumento e direção de Virna Lígia F. Braga, com produção da Studio Films.

cita alguns posicionamentos do SINPRO/JF, para que o sindicato se fortalecesse e em favor da abertura política nacional. Os depoimentos dos sindicalistas sinalizam que no ano de 1977 não haviam muitos associados ao SINPRO/JF devido à impossibilidade de que os professores da rede pública se organizassem sindicalmente. O professor Eribaldo Lyra afirmou no documentário que este fato dificultava até mesmo a realização das assembleias dos professores, que ficavam esvaziadas.

Em outro depoimento confirma-se que as dificuldades vivenciadas devido ao momento político levaram, em certa medida, à desmobilização da categoria. Em relação à repressão aos movimentos dos trabalhadores, o professor Ivan Fornazier Cavalieri, sobre o qual já falamos e que vivenciou a primeira greve do SINPRO/JF, em 1959, relatou que os sindicatos foram “amordaçados”, inclusive com a prisão de professores que foram encaminhados até a Polícia Federal de Belo Horizonte para prestar contas de suas atividades “subversivas”. Ele cita os nomes dos professores Tomas Bernardino, Raimundo Nonato e Irineu Guimarães como tendo vivido estas perseguições políticas.

Na retomada das mobilizações, já no processo de lutas pela abertura política no país, o depoimento dos educadores que fizeram parte do documentário revelam a dificuldade que encontravam para entrarem nas escolas enquanto dirigentes sindicais. Relatam que alguns diretores acionavam a Polícia Militar, tentando impedir a ação sindical. Estes educadores demonstram que o enfrentamento com autoridades locais fez parte do momento de fortalecimento do SINPRO/JF, através da retomada das mobilizações dos professores. Este grupo lançou as bases para o avivamento das associações de trabalhadores. Segundo o depoimento deste diretor o SINPRO/JF encontrava-se integrado a uma luta que era nacional. Este período foi marcado pela eclosão de várias greves no território nacional. Para este diretor, este foi o momento em que as direções sindicais “pelegas” (termo utilizado no depoimento) começaram a ser mais questionadas, pois os trabalhadores passaram a perceber a necessidade de um protagonismo político de suas lideranças.

De acordo com o documentário, o fato do grupo que (ainda hoje) dirige o SINPRO/JF ter vencido as eleições para a composição da diretoria do sindicato em Juiz de Fora foi muito positivo e fator de destaque no movimento de trabalhadores da Zona Mata Mineira. A fala de um dos diretores demonstra essa percepção:

Fomos a primeira direção sindical, oposição sindical a ganhar um sindicato e isso significou muito para a cidade, para o movimento todo, para outros sindicatos. Várias outras oposições cresceram. O nascimento de um sindicalismo combativo, classista e com preocupação muito grande com a base (BRAGA, 2004).

No documentário aparecem cenas ilustrativas do momento de retomada das mobilizações e da composição do grupo que em 1983 assumiu a direção da entidade. Este grupo em sua composição majoritária, constituía-se de dirigentes vinculados ao Partido dos Trabalhadores – PT. Também são relatadas as atividades que levaram, em 1989, à realização de uma greve na rede particular, em consonância com o movimento nacional que mobilizou os educadores por 37 dias.

Outros dois pontos interessantes tratados no documentário, dizem respeito ao reconhecimento na justiça de que o professor teria direito a atividade extraclasse e a solicitação por parte do Sindicato Único dos Trabalhadores Estaduais - SIND-UTE, de que houvesse uma representação da rede municipal. A este respeito os dirigentes entenderam que a sua relação era com a prefeitura local, sendo importante que existissem os sindicatos municipais e não percebiam a necessidade de vinculação a outra entidade.

A greve da rede municipal em 1988, com duração de seis meses, foi citada no documento, como sendo determinante para a vinculação e organização dos professores da rede pública ao SINPRO/JF. Ainda é destacado neste material que o número de filiados continuava crescendo, mesmo quando ocorre uma estabilização destes índices nos demais sindicatos do país. Segundo os diretores que dão seus depoimentos no vídeo, a representatividade cresceu em razão da luta e do novo tipo de relação com a base, o que passou a existir a partir desta composição de diretoria.

Ainda em relação à década de 1980 os depoimentos no vídeo afirmam que foi determinante para o fortalecimento do SINPRO/JF nesta época, a presença de diferentes correntes políticas na organização da classe operária, com foco no trabalhador. Isso contribuiria para o amadurecimento e fortalecimento do sindicato. De acordo com um dos dirigentes a pluralidade era respeitada na diretoria, não prevalecendo uma perspectiva política, ligada ou não a governos, o que faz com que o SINPRO/JF seja respeitado pela categoria.

Destacamos que do ponto de vista dos dirigentes, conforme consta no

documentário, o SINPRO/JF tem a perspectiva de formar politicamente o educador, apresentando uma “visão de mundo que corresponda à realidade”, ressaltando os aspectos da dominação, da exploração da mulher, do individualismo, do consumismo e a necessidade de uma atuação mais ampla, articulada aos movimentos sociais. Reconhecem, no entanto, que as ações da entidade têm priorizado a luta econômica.

Também estão destacadas no documentário algumas das ações da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Formação, através de suas Comissões. São elas que desenvolvem os movimentos culturais, tais como “Arraiá do Magistério”, “Bloco do Mestre” e “Festa do Giz”, cujos objetivos são preservar e valorizar a cultura do país como forma de resistência e, através de palestras, encontros e estudos, incentivar a discussão pedagógica e análise das reformas educacionais a partir dos anos 1990, com o avanço da globalização. São discutidas também as mudanças propostas pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Na fala da diretora responsável pela Secretaria de Formação, é papel do professor educar e não apenas instruir, sendo importante que o sindicato estimule a cultura da participação e da luta pelos direitos.

Assim como outras associações que lutavam pelo fim do autoritarismo político, podemos dizer que o Sindicato procurou se envolver no fortalecimento da participação popular na luta pela democracia, igualdade social, qualidade da educação e valorização do educador brasileiro.

Os documentos a que tivemos acesso no campo demonstram que em alguns momentos as discussões da entidade giraram em torno de temas que iam se mostrando importantes para a estruturação dos rumos da educação no município. Como exemplo disso podemos citar a participação de representantes do sindicato no Conselho Municipal de Educação (ALVES, 2006), na discussão e criação do Sistema Municipal de Ensino¹⁰ em 1999, nas reflexões sobre a construção do Plano Decenal Municipal de Educação¹¹ ao longo do ano de 2005 (PAIVA, 2009), na elaboração do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos da categoria além de outros momentos marcantes para o magistério local.

¹⁰ O Sistema Municipal de Ensino de Juiz de Fora foi criado em 1999 e regulamentado pela Lei Municipal nº 9569/99

¹¹ PAIVA, Josiane de Souza. **Plano Decenal Municipal de Educação: Uma análise sobre a participação da sociedade civil no processo de elaboração.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF. Juiz de Fora: 2009.

Atualmente o sindicato possui mais de 4500 filiados, mostrando-se fortalecido nos diálogos que foram e são travados com o poder público e a sociedade civil. Possui um site na internet possibilitando maior agilidade no contato com o educador e oferecendo alguns serviços digitais básicos que podem ser úteis, tais como, links de legislação trabalhista e educacional; atalhos para as páginas da CONTEE e da CUT e apresentação de um novo canal de diálogo através do Twitter da entidade sindical.

Desde sua mais remota formação, em setembro de 1934, o SINPRO tem procurado ampliar os canais de participação e de diálogo com os educadores da cidade. Entendemos que a partir da ampliação dos diferentes espaços de decisão pode-se criar uma cultura da participação em sociedade, a exemplo do que disse Gohn (1994) sobre o fenômeno educativo da participação. Como já se disse este tipo de cultura seria resultado de práticas sociais, onde sujeitos reivindiquem seus direitos, ampliando a compreensão de seus participantes e criando a noção de pertencimento entre seus pares. Esse é um ponto a ser verificado em nossa pesquisa, se os professores entrevistados reforçam a questão do pertencimento a uma classe profissional quando falam da importância do sindicato em suas vidas.

Vislumbramos que o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora poderia se configurar como mais um destes espaços onde os docentes poderiam educar-se para uma vida política plena de sentido, com uma crescente conscientização, inclusive, sobre sua atuação política e profissional. Desta forma, fomos ao campo, buscando responder nossas perguntas e verificar nossas hipóteses sobre o tema.

Na atualidade o SINPRO/JF representa os educadores da rede municipal de ensino, da rede particular e das escolas de idiomas, tendo se fortalecido ao longo de sua trajetória.

5.1 - O Estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora

Considerando que o Estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora é um de seus principais documentos, constituinte do perfil desta instância sindical, nos propusemos a nos debruçar sobre os dados que estão ali registrados, no intuito de conhecer um pouco mais da história do SINPRO/JF.

Destacamos que para a análise documental do Estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, foram selecionados apenas os tópicos considerados pertinentes ao estudo. Podemos visualizar através dos trechos destacados, que o documento incorpora uma perspectiva do debate que se trava em torno dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores de um modo geral, para além da questão própria do magistério.

A síntese apresentada permite perceber que há uma correlação das reivindicações desta entidade com aquelas apresentadas por outros segmentos do movimento sindical, denotando uma perspectiva mais abrangente, como já foi dito, em relação à luta dos trabalhadores em nosso país.

Este tipo de postura sugere a promoção de uma consciência mais coletiva, com possibilidade de se concretizar na medida em que configurem novas formas de leitura da realidade vivida. Para tanto, a já anunciada identidade profissional pode consubstanciar-se em nova lente através da qual vislumbra-se o cotidiano. De acordo com Vieira:

A relação sindicato/profissão docente é construída na dimensão coletiva da profissionalização, considerando que o sindicato é um dos principais atores sociais coletivos a contribuir com a construção de identidades sócio profissionais dos professores (VIEIRA, 2009, p. 10).

De acordo com este documento, o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora é uma Entidade Autônoma, desvinculada do Estado e sem fins lucrativos. Sua existência justifica-se a partir da representação do conjunto dos trabalhadores da categoria docente no município, “independente das suas convicções políticas, partidárias e religiosas”.

Conforme já foi dito, este sindicato representa profissionalmente professores vinculados a estabelecimentos particulares de ensino (que atuem no segmento da Educação Básica, Cursos Livres, Supletivos, Pré-Vestibulares, Ensino Superior e Pós-Graduação); professores de Fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal; docentes que compõem o Quadro do Magistério da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e até mesmo professores autônomos, desde que seja comprovada sua atuação docente através de contribuição junto ao INSS.

Importa dizer que está registrada, em seu Estatuto, como finalidade do SINPRO/ JF a iniciativa de reunir os trabalhadores em educação ao redor da bandeira de defesa de seus

interesses “imediatos e futuros”, dentre os quais observamos a luta por uma educação de qualidade e a valorização do professorado. Esta valorização passa por questões políticas, econômicas e profissionais.

Consta ainda deste documento que o sindicato procura desenvolver atividades que auxiliem na busca de soluções para os problemas da categoria, “tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e de trabalho”. Busca-se compreender a realidade vivida pelos trabalhadores em educação frente às experiências vivenciadas pelos demais trabalhadores, relacionando a questão do trabalho ao quadro mais amplo do mesmo, seja através da percepção deste no país e no mundo.

Desta forma, procura-se promover a percepção e a sensibilização para com as atividades desenvolvidas pelas demais categorias de assalariados, “procurando elevar a unidade dos trabalhadores, tanto a nível Nacional como Internacional; e prestar apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem”. Prioriza-se o apoio a todas as iniciativas populares que busquem dar visibilidade às ações dos trabalhadores brasileiros, no intuito de promover melhores condições de vida à população do país.

Destacamos que neste documento está registrado que o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora busca “incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional do conjunto dos trabalhadores da base”, promovendo eventos, tais como congressos, seminários e assembleias. Estes tipos de iniciativas seriam responsáveis por criar uma articulação entre os membros do órgão, de modo a fortalecer o nível de organização e conscientização política da categoria profissional. Sendo assim, enfatizava-se a participação em diversos eventos intersindicais e outros fóruns afins.

A partir destas ações procura-se também fomentar o surgimento de novas lideranças, pessoas envolvidas com as questões da categoria e que tenham a vivência política na experiência sindical. Esta formação deve se dar, como já foi dito, a partir das experiências no próprio movimento.

Em relação à Diretoria o estatuto explicita que esta é o órgão executivo do sindicato. Dela fazem parte 24 membros, que são fiscalizados por três outros membros, integrantes do Conselho Fiscal. Todos são eleitos por voto - direto e secreto - de todos os associados que estejam em dia com seus direitos.

A composição da Diretoria organiza-se através da seguinte estrutura: Coordenação Geral, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças e Administração, Secretaria de Legislação e Assuntos Jurídicos, Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação, Secretaria de Imprensa e Comunicação, Secretaria de Cultura e Secretaria de Organização. Chamamos atenção para a existência da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação e para a Secretaria de Cultura desta Diretoria, sobre as quais passamos a falar em seguida.

Encontra-se registrado no estatuto do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora que a Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação deve operar em assessoramento à Diretoria, elaborando e apresentando sistematicamente uma análise da conjuntura sindical e profissional da categoria; criar, programar e avaliar atividades de cunho educativo da ação sindical, através da realização de cursos, seminários, congressos e encontros com esta tônica. Também deve promover cursos de atualização geral específicos para professores das mais diversas áreas.

A esta Secretaria também é conferida a responsabilidade pela elaboração de documentos pertinentes à sua área de atuação, propondo e executando atividades de formação que vislumbrem as necessidades dos diversos segmentos da categoria. Para tanto pode inclusive apresentar projetos que tenham como objetivo oportunizar programas de aperfeiçoamento profissional; encaminhar estudos e pesquisas que tratem da situação profissional da categoria, abordando a realidade vivenciada – podendo ser incorporadas reflexões sobre os problemas e as necessidades dos trabalhadores em educação.

A Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação também é responsável por acompanhar o andamento de anteprojetos e Projetos de Leis que digam respeito à Educação e às condições de trabalho da categoria e produzir – semestralmente - periódico da entidade sobre assuntos educacionais que tenham relevância à categoria a que representa.

Em acordo com a Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação encontra-se a Secretaria de Cultura, cujas atribuições resumem-se a organizar atividades de lazer, eventos culturais e desportivos que promovam a integração da categoria; oportunizar a valorização de elementos da cultura popular; estabelecer convênios que favoreçam aos membros da entidade desfrutar de programas e ações que possibilitem a vivência cultural; produzir uma revista de cultura e criar grupos de produção cultural que valorizem talentos

dos profissionais, criando um clima de incentivo à produção artística e valorização da autoestima do trabalhador em educação.

Não conseguimos localizar nos documentos analisados citações que comprovassem que estas ações, acima citadas, estivessem sendo efetivamente cumpridas no cotidiano do sindicato. O documentário “Somos a medida de nossa luta” mostra algumas das ações gestadas por estas Secretarias, através da Comissão Pedagógica e da Comissão de Cultura das mesmas, sendo o que apresentamos a seguir.

De acordo com o relato da coordenadora da Comissão Pedagógica, a Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação do sindicato, promove no interior da entidade debates sobre as propostas pedagógicas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, propostas que nem sempre contam com a concordância dos sindicalistas sobre as mesmas e que são citadas por uma das diretoras do SINPRO no documentário como sendo “ingerências na educação municipal”. Como exemplo foi citado o debate que se travou sobre a adoção nas escolas do município, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, da organização do Ensino Fundamental em regime seriado, e /ou de ciclo, com destaque ao que se refere à promoção de alunos a etapas seguintes no processo de escolarização. O documentário também relata que a Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação oportuniza debates sobre as influências das agências internacionais, como Banco Mundial, FMI, entre outras, na educação brasileira, sempre chamando atenção para a relação da questão macro para com a situação do município. Também são atribuídos a esta Secretaria, através da Comissão Pedagógica, o estabelecimento de reflexões coletivas sobre a aplicação da legislação educacional do país, privatização da educação e questões que tenham impactos na rede municipal de ensino e conseqüentemente no trabalho do professor. Observa-se que, do ponto de vista dos dirigentes, há ações voltadas para cumprir os objetivos de formação. Não foi possível verificar com que frequência elas são realizadas e o número de profissionais envolvidos nos debates e discussões.

À Comissão de Cultura, parte da Secretaria de mesmo nome, são atribuídas ações que valorizem e promovam a manutenção da cultura popular. O documentário cita como exemplos do que acabamos de dizer a realização de duas Mostras Culturais, a primeira sobre os “Povos Latinos” e a segunda sobre “Os Povos Oprimidos do Mundo”, no ano de 2004.

Espera-se que as ações destas Secretarias priorizem a capacitação e a formação do trabalhador em educação para além do espaço formal das universidades, seja instrumentalizando-o formalmente, como o sensibilizando artisticamente. No entanto, isto não foi citado pelos professores com os quais trabalhamos nesta pesquisa, sendo este um dado que merece atenção, uma vez que as questões aparecem na análise documental do Estatuto e também na percepção das responsáveis pelas Secretarias, como pode ser constatado através do documentário.

No documentário produzido pelo SINPRO/JF, ainda destacamos a fala de um de seus diretores, quando este situa o sindicato como sendo um espaço de resistência e de valorização do professor. Ele afirma que a entidade tem muito a oferecer no que se refere à formação política do professor, destacando que a participação é uma necessidade da categoria. Segundo ele a participação política em sindicato, no caso, no SINPRO, é uma forma de se contrapor a cultura hegemônica vigente no país.

Nesse mesmo sentido, destacamos ainda a afirmação de Vieira (2009) quando este afirma que:

Como sindicatos ou associações, a organização coletiva dos professores tem sido responsável por desencadear lutas históricas em defesa de um projeto de sociedade que leve em conta a democratização da educação e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nesse processo, as ações coletivas de professores se mostram espaços fecundos da formação e da profissionalização da docência, contribuindo com o avanço da consciência política dos educadores e com a produção de uma imagem do professor que busca reconhecimento, valorização e constrói sua identidade profissional (VIEIRA, 2009,p. 11).

O resgate desta história possibilita verificar os percursos efetuados pelo SINPRO em defesa dos direitos dos educadores no município de Juiz de Fora, embora também tenham sido destacadas no documentário ações voltadas para a formação política e pedagógica do professor. A temática dos direitos, no entanto, foi recorrente nas análises e consulta documental. A seguir nos propomos a apresentar e analisar as publicações localizadas nos arquivos do sindicato. Lembramos que as “Chamadas” são análogas a boletins, constituídas por assuntos encaminhados às escolas para conhecimento, discussão e tomada de decisão da categoria, quando for o caso, nas reuniões e assembleias realizadas. A perspectiva é procurar identificar e compreender como o estabelecido nos documentos

analisados é concretizado, no intuito de promover a participação dos sindicalizados e a relação desse processo na identidade profissional.

5.2 - Publicações temáticas: As “Chamadas” feitas aos professores da Rede Municipal de Ensino

As publicações analisadas são identificadas como “Chamadas”, conforme explicitado no item que tratou dos aspectos metodológicos da pesquisa. De modo a tornar este relato mais compreensível agrupamos os temas que surgiram em quatro blocos, sendo estes: “Questões Trabalhistas”, “Ações Administrativas”, “Ações Culturais e Educacionais” e “Demandas Sindicais”. No bloco “Questões Trabalhistas” apontamos os temas que são demandas dos trabalhadores em educação e os que tratam do cumprimento da legislação que regulamenta o plano de carreira dos mesmos. O bloco “Ações Administrativas” traz os temas que são próprios da dinâmica de funcionamento do sindicato. Já no bloco “Ações Culturais e Educacionais” estão agrupados os temas que se referem à capacitação, formação, vivências culturais e lazer dos trabalhadores em educação. E por fim, no bloco “Demandas Sindicais” encontram-se agrupados os temas referentes aquilo que compete ao sindicato buscar, coletivamente, quando os direitos dos educadores da cidade não estiverem sendo garantidos ou para que os mesmos venham a ser.

Achamos relevante dizer que há uma aproximação entre os temas dos blocos “Questões Trabalhistas” e “Demandas Sindicais” e que, por isso, algumas vezes nesta análise foi difícil a localização dos assuntos em um bloco ou outro. Reforçamos que, neste trabalho, a diferenciação feita entre eles existe apenas para facilitar a visualização dos mesmos. Em “Questões Trabalhistas” buscamos colocar os assuntos que dizem respeito ao que já é garantido pela lei que regulamenta a carreira dos educadores da rede e em “Demandas Sindicais” incluímos o que tem sido desconsiderado por esta legislação, no sentido de fazer valer os direitos adquiridos, assim como aquilo que ainda não é garantia, mas a categoria busca alcançar através do sindicato docente.

Destacamos que relacionamos os assuntos, por ano, a partir dos blocos temáticos que já citamos. À medida que os temas aparecem, buscamos explicar sobre o que tratam,

uma vez que nem todos os leitores fazem parte do contexto municipal.

Conforme anunciamos em momento anterior, o acesso aos arquivos foi mediado pela responsável pelos mesmos. A cada visita feita por nós ao sindicato, a jornalista responsável nos disponibilizava o material, organizado em caixas, que eram identificadas pelos anos a que se referiam. A primeira caixa que nos foi entregue continha 17 chamadas do ano de 2004. A partir do agrupamento de seus assuntos nos referidos blocos temáticos, enumeramos os temas conforme os blocos definidos. Em “Questões Trabalhistas” apareceram: a) solicitação de reajuste da Ajuda de Custo e Valorização do Magistério – ACVM, verba anual recebida pelos profissionais efetivos e contratados da Rede Municipal, como incentivo ao aprimoramento profissional e cultural, regulamentada pelo decreto nº 7750 de 18 de fevereiro de 2003; b) concessão de férias-prêmio; c) discussão sobre a definição da jornada de 15 horas semanais para os professores, com 5 horas de atividade extraclasse para planejamento de atividades e aperfeiçoamento, em um contrato de 20 horas semanais; d) definição da jornada de trabalho das coordenadoras pedagógicas; e) pagamento de precatórios trabalhistas; f) discussão sobre o pagamento do adicional de 20% ao salário por trabalho com aluno portador de necessidades especiais. Este adicional de 20% sobre a remuneração de professor que exerça suas funções em classe com aluno portador de necessidades especiais é previsto na Lei Orgânica do Município, em seu artigo 142, parágrafo único. Também é garantido através da Lei Municipal, nº 8710/95, em seu artigo 61, VIII, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Juiz de Fora. Aparece ainda, g) inscrição para bolsa de estudo, pois anualmente o SINPRO abre edital para concessão de bolsa de estudo, com descontos, nas escolas particulares da cidade, para os dependentes diretos de seus associados.

Nas “Ações Administrativas” contabilizamos neste ano apenas eleições para a Diretoria e para o Conselho Fiscal do SINPRO/JF.

No bloco “Ações Culturais e Educacionais” apareceram: a) realização do IV Congresso de Professores – CONSINPRO, organizado pelo Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, com apresentação de pesquisas e relatos de experiências realizados por professores inscritos no evento; b) comunicação de Mostra Cultural, com a apresentação de trabalhos artísticos realizados pelos professores e c) Festa do Giz, evento realizado anualmente, com baile de comemoração pelo Dia do Professor.

Observa-se que no ano de 2004 as ações culturais e educacionais previstas no

Estatuto foram tratadas pelo sindicato, conforme apontam as chamadas analisadas.

Por último, no bloco “Demandas Sindicais” encontramos: a) solicitação de pagamento de triênios atrasados; b) necessidade de efetivações de professores que passaram no último concurso; c) definição de critérios de contratação de professores por parte da Prefeitura; d) denúncia de atraso na entrega de vales transporte; e) solicitação de pagamento de horas extras dos professores; f) comunicação de salários atrasados dos contratados e g) pleito por recomposição de perdas salariais.

No material analisado, referente ao ano de 2004, ainda estão computadas algumas paralisações das atividades docentes para a realização de assembleias da categoria. Nestes encontros foram sugeridos indicativos de greve, o que foi aceito pelo coletivo de educadores presentes. Observa-se que, em meio aos temas tratados, aparecem tanto ações relacionadas à busca e garantia de direitos quanto ações de incentivo à cultura e à formação, embora predominem os primeiros.

Em seguida recebemos o material referente ao ano de 2005, em que foram localizadas onze chamadas. Destacamos que este foi um ano em que o sindicato realizou uma discussão mais ampla sobre o que se passou no país. É importante contextualizar que foi no ano de 2005 que veio à tona o esquema de corrupção que envolveu o Partido dos Trabalhadores – PT, denominado Mensalão¹². Algumas discussões sobre este fato tiveram início nas chamadas / boletins enviados pelo SINPRO aos professores da rede.

Dando início a apresentação dos temas tratados neste ano, encontramos em “Questões Trabalhistas” a solicitação de redefinição de critérios para concessão e aumento de valores para o Fundo Municipal de Apoio à Pesquisa na Educação Básica - FAPEB. Este Fundo foi regulamentado pelo Decreto nº 7750 de 18 de fevereiro de 2003, podendo concorrer a ele os integrantes efetivos do magistério municipal, que possuam experiências educacionais e artísticas para serem compartilhadas, tais como edição de obras literárias, desenvolvimento de experiências didático-pedagógicas, realização de pesquisa na área educacional, visitas a experiências inovadoras e outras atividades pedagógicas educacionais consideradas de relevante interesse pela Comissão de Avaliação de Projetos – CAP. Neste ano os projetos recebiam verbas no valor de até R\$10.000,00. Também fez

12 - No Mensalão estavam envolvidos parlamentares da base aliada, assim como dirigentes da cúpula governamental, que recebiam altas quantias em dinheiro, através da compra de votos e favores políticos. Os valores seriam pagos por empreiteiras e empresários de diferentes ramos a políticos que favoreciam seus interesses em propostas, acordos e votações.

parte deste bloco a definição de critérios e prazos quanto ao benefício das bolsas de estudo para o ano de 2006. O tema cuja característica é a do incentivo à qualificação e formação do profissional, assim como da produção e divulgação de seu trabalho, foi incluído em “Questões Trabalhistas” porque o que estava sendo discutido neste ano era a adequação dos critérios e valores das verbas a serem concedidas.

Nas “Ações Administrativas” localizamos apenas a apresentação da nova diretoria do sindicato.

Neste ano, a maior parte das ações registradas nas chamadas está localizada no bloco “Questões Culturais e Educacionais”. Além de ter sido um ano de efervescência na política brasileira, conforme já citamos, o ano de 2005 também foi aquele em que repercutiram as ações desenvolvidas pelo Sindicato dos Professores de Juiz de Fora referentes às comemorações dos 70 anos da entidade, iniciadas no ano anterior. Agrupados neste bloco temático estão, portanto, os seguintes assuntos: a) inauguração do Arquivo Histórico do sindicato; b) lançamento do documentário “Somos a medida de nossa luta” com a história do SINPRO, apresentado anteriormente; c) divulgação das atividades referentes ao “Bloco do Mestre”, bloco carnavalesco composto por profissionais do magistério local e d) “Arraiá do Magistério”, festa junina do SINPRO, com dança de quadrilha dos professores da cidade. Também foi localizado, e) comunicado sobre a realização do IV CONSINPRO.

É interessante pontuar ainda, que, segundo dados obtidos através do documentário “Somos a medida de nossa luta”, tanto o “Bloco do Mestre” quanto o “Arraiá do Magistério” foram criados pelo SINPRO, através da Comissão de Cultura Pedagógica - Secretaria de Cultura, como proposta de preservação da cultura popular local, do carnaval de rua e das quadrilhas e danças juninas.

Também agrupamos neste bloco o início do debate sobre o que se deveria esperar do Plano Decenal Municipal de Educação e os riscos de que uma concepção neoliberal de educação prevalecesse na construção do mesmo. O Plano Nacional de Educação, aprovado pela lei número 10172 de janeiro de 2011, determinou que os Estados e os Municípios deveriam elaborar, em regime de colaboração, seus respectivos Planos de Educação para o período de dez anos. Após orientações do Estado de Minas Gerais, em Juiz de Fora, a Gerência de Educação Básica organizou o processo de construção do Plano local, com ampla divulgação e mobilização dos setores sociais e sindicais. O SINPRO/JF foi convidado a participar da elaboração do documento e mobilizou a

categoria para tanto. O Plano Decenal Municipal de Educação do município de Juiz de Fora foi regulamentado pela Lei nº 11145/ 06 de 31 de maio de 2006. É explicitado através das publicações que o Plano Decenal da Educação e o Plano Municipal Decenal da Educação estavam sendo gestados ao longo do ano de 2005, como exigência do Plano Nacional de Educação (2001-2011) e que o sindicato fez um debate com a categoria sobre os diferentes projetos do governo e dos educadores presentes nas discussões. O sindicato registra que, em Juiz de Fora, o Plano Municipal Decenal da Educação contou com a participação expressiva da categoria, deixando clara a defesa do Ensino Público enquanto dever do Estado.

Conforme sinalizamos acima, ainda apareceram em “Questões Culturais e Educacionais” discussões e críticas sobre a crise política instaurada dentro do governo federal e o esquema de corrupção ligado ao Partido dos Trabalhadores – PT. O sindicato também fez uso das chamadas/boletins deste ano para fazer algumas considerações sobre a relação entre neoliberalismo, Estado Mínimo e Poder do Capital, além de comentar e criticar políticas financiadas pelo FMI e o Banco Mundial, com impactos sobre a educação brasileira.

Foi registrado em chamada deste ano que em nome da governabilidade a presidência da República fez alianças com partidos ligados a burguesia, mantendo a política econômica gestada durante o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC. Em razão do que foi dito, o SINPRO pontuou a necessidade de mobilização da classe trabalhadora e da reorganização dos movimentos sociais. Em chamada deste ano o sindicato ainda comunicou aos educadores sobre os seguintes eventos: a) organização local do Fórum por um Governo Democrático Popular; b) realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo e da Cidade em São Paulo; c) Grito dos Excluídos e d) Assembleia Popular Nacional: Mutirão por um Novo Brasil. Também apareceu neste bloco: e) comunicado sobre o debate que seria realizado com João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem Terra – MST, sobre a situação brasileira.

Percebemos que estes assuntos revelam uma posição política do sindicato e surgem nas publicações com o intuito de instruir e conscientizar os educadores sobre o momento vivido pelo país e por isso os agrupamos neste bloco.

Em “Demandas Sindicais” localizamos solicitações pelas efetivações de novos professores; início da Campanha Salarial do ano de 2005; comentários a respeito da nova

Administração Municipal após as eleições para Prefeito e apresentação da nova estrutura da Secretaria de Educação que deixava mais uma vez de ser Gerência de Educação Básica, GEB. A este respeito é importante esclarecer que, no ano de 2001, em consequência da modificação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a Secretaria Municipal de Ensino foi extinta, após reforma administrativa implementada nos órgãos da Prefeitura. Em seu lugar foi criada a Gerência de Educação Básica – GEB, que ficava submetida à Diretoria de Política Social. Em 2005, com a mudança no governo municipal a GEB deixou de existir, retornando a estrutura de Secretaria de Educação. Tal medida deu maior autonomia à Secretaria, pois os recursos financeiros voltaram a ser da própria pasta da Educação, não mais subjugada à Política Social. Dando continuidade aos temas encontrados neste bloco, ainda citamos denúncias sobre dificuldades na entrega da merenda escolar; irregularidades no pagamento de adicional de 20% para professores que trabalham com alunos portadores de necessidades especiais. Também foram tratados: fechamento de acordo com a Prefeitura sobre perdas salariais; reajuste do ACVM e comunicado sobre os pisos salariais atualizados.

Apareceram como “Demandas Sindicais”, neste ano: a) discussões sobre assédio moral nas escolas e na Secretaria de Educação; b) comunicado sobre o início do funcionamento do Ministério Público do Trabalho - MPT em Juiz de Fora; c) discussão sobre compromissos firmados com a categoria e não atendidos pela Prefeitura; d) modificação de funcionamento dos cursos semipresenciais de Educação de Jovens e Adultos - EJA; e) denúncias de abuso e desrespeito aos profissionais que atuam nas creches municipais, incluindo a situação trabalhista das coordenadoras de creches que não pertenciam ao Quadro de Carreira do magistério municipal. Também localizamos nas chamadas deste ano: f) denúncia sobre critérios de contratação de professores sem respeitar publicação antecipada de edital.

Percebemos que vai se delineando outra postura, com discussões envolvendo temas políticos de âmbito nacional e internacional e que se refletem nas políticas educacionais. A preocupação com a perda de direitos e suas consequências nas condições de trabalho do profissional da educação local são mais enfatizadas a partir deste momento.

Dando continuidade ao que foi tratado neste ano, em “Demandas Sindicais”, encontramos: a) alerta para o início antecipado da campanha salarial do ano de 2006; b) aviso sobre o início de pagamentos atrasados de adicionais por formação; c) comunicado

sobre as novas normatizações da PJJ quanto a entrega de atestados médicos e d) prazos para prestação de contas do ACVM.

Ainda apareceram denúncias sobre o levantamento de vagas disponíveis nas escolas municipais, apresentado pela Secretaria de Educação, que o sindicato considerava diferente de outro a que teve acesso, através de levantamento feitos pelos diretores de escolas, a pedido da entidade. Outro assunto abordado foi o de que a Prefeitura não garante vencimento proporcional à jornada trabalhada pelas coordenadoras pedagógicas, e que seria necessário novo concurso para sanar o problema da carga horária das mesmas. As publicações também citam algumas polêmicas criadas pelas transferências de profissionais entre as escolas e mudança na Previdência do Servidor. Comunicaram ainda os resultados da eleição de diretores das escolas da rede municipal.

No ano de 2006 localizamos cinco boletins destinados à rede municipal. Os temas tratados dentro do bloco “Questões Trabalhistas” foram: definição de critérios e prazos para concessão de bolsas de estudo para o ano de 2007; renovação de convênio do SINPRO com determinado plano de saúde; comunicado de portaria baixada pela Prefeitura suspendendo liberação de férias prêmio por tempo indeterminado; solicitação de regularização do adicional por reuniões pedagógicas, pois na rede municipal de ensino as reuniões pedagógicas mensais são remuneradas. A esta época o adicional era de 6% sobre o salário do profissional. Hoje este percentual está em 10%. Também localizamos como integrantes deste bloco os seguintes temas: definição de critérios para reabilitação de profissionais que não possam mais atuar em sala de aula; adequação da Lei Orgânica ao Plano Decenal Municipal de Educação (2006-2015); aumento do valor pago como gratificação aos diretores e vices. Estes adicionais, de 40% e 25%, respectivamente, são acrescidos aos salários dos professores quando assumem estas funções, em decorrência do aumento da jornada de trabalho e desempenho de atividade. Ainda foi discutido a situação dos profissionais aposentados, critérios para a aposentadoria e a solicitação de permissão para que o plano de saúde da Prefeitura – Saúde Servidor incorpore pais e irmãos dos titulares.

Em “Questões Culturais e Educacionais” localizamos os debates promovidos no mês do professor nas escolas, assim como a promoção de atividades artísticas e culturais. Os debates trataram da carreira do professor. Percebe-se que até mesmo em relação às atividades formativas o foco estava nas questões corporativas.

No bloco “Demandas Sindicais” localizamos o comunicado de que os acordos de greve não estariam sendo cumpridos por parte da Prefeitura Municipal. Esclarecem que tal fato faz com que o Plano de Carreira do magistério seja comprometido, fazendo com que os direitos da categoria retrocedam. Também foi pontuado nas publicações que os secretários escolares devem receber adicional por formação em seus salários, quando possuir ou adquirir formação em nível superior ou de pós-graduação, que vá além do mínimo exigido para o desempenho de suas funções. O SINPRO defende que se aperfeiçoe o Plano de Carreira destes profissionais, com progressão, para os mesmos, nos padrões do que existe para o magistério. Também apareceram nas publicações: necessidade de efetivações de profissionais e denúncias de atrasos nos pagamentos dos adicionais por formação.

Os seguintes pontos também apareceram agrupados em “Demandas Sindicais: isonomia para diretores e vices; abertura de edital para concurso de professor PRB, aqueles com formação em nível superior, para atuar nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, assim como concurso para Coordenador Pedagógico; campanha salarial 2007 e paralisação nacional com Assembleia em defesa de um piso nacional. Também localizamos críticas ao atendimento na Secretaria de Educação, que estaria desorganizado e que os professores estariam sendo vítimas de assédio moral.

Ainda estão pontuados nas chamadas deste ano os seguintes assuntos: necessidade de pagamento imediato de dívidas trabalhistas e verbas retidas pela Prefeitura; liberação de aulas e outras atividades para os delegados do CONSINPRO; liberação para participação em Assembleias; aumento da oferta de vagas para contratação de professores do 6º ao 9º ano no turno da tarde; regularização das transferências; construção e adaptação das salas de artes e educação física. Constava ainda: necessidade de estudos para a construção de um plano de assistência social e segurança nas escolas e ampliação do número de licenças remuneradas. A respeito do último ponto é importante destacar que a Prefeitura Municipal concede todos os anos o licenciamento remunerado de professores para aperfeiçoamento profissional em pós-graduação. Os critérios para a concessão do benefício saem em edital específico a este fim. Também foi citada neste bloco: necessidade de manutenção do Laboratório de Informática do Centro de Formação do Professor - CFP, parte integrante da Secretaria Municipal de Educação, com estrutura e ações voltadas para a capacitação dos educadores da rede municipal de ensino e atualização do acervo da biblioteca deste mesmo Centro. Finalizando os assuntos tratados nas chamadas deste ano, agrupadas neste

bloco, aparece o chamado para o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação - Paralisação Nacional “Pague o Piso ou Pague o Preço”, com ações do sindicato local. Mais uma vez observa-se que entrelaçam-se as questões trabalhistas em sua maioria, com as questões de formação.

Notamos que prevalecem as questões de cunho trabalhista e demandas sindicais, em um contexto em que as conquistas aparecem junto a resistências do professorado a ameaças da perda de direitos.

No ano de 2007 localizamos apenas duas chamadas destinadas a rede municipal de ensino. Em “Questões Trabalhistas” houve a discussão sobre a Lei Federal nº 11301/ 06, que regulamenta a redução na contagem de tempo para a aposentadoria de profissionais do magistério, que podem se aposentar com vinte e cinco anos de serviço. Vale dizer que inicialmente a lei não contemplava os diretores, vices diretores e coordenadores como tendo direito ao benefício da redução de tempo, por não exercerem suas funções na docência. Para regularizar este direito foi acrescentado ao artigo 67 da LDB nº 9394/96 o § 2º, que redefine as funções de magistério, incorporando ao quadro as funções já citadas, independentemente de realizarem suas atividades educativas para além das salas de aula. Também localizamos neste bloco edital de abertura de inscrições para bolsas de estudo.

Nas “Ações Culturais e Educacionais” aparece a divulgação da Festa do Giz, chamando os professores a participarem do já tradicional evento.

Em “Demandas Sindicais” está agrupada a maior parte dos assuntos deste ano, sendo estes: início da campanha salarial do ano de 2007; chamada para Assembleia onde se definiria pauta de reivindicações e o índice de reajuste negociado com a Prefeitura; manifestação de repúdio ao aumento das passagens de ônibus na cidade e comunicado sobre o atraso no pagamento de direitos e gratificações como triênios, adicionais por formação, gratificações de diretores e vices, concessão de férias prêmio.

Houve o questionamento sobre a “Parada Pedagógica”, proposta pela Secretaria de Educação, buscando-se compreender se esta traria algum benefício ao trabalho docente. Este evento foi marcado por um dia de reflexões sobre a educação e métodos de ensino nas escolas da rede municipal. Os trabalhos foram realizados nas próprias unidades escolares, com suspensão das aulas no dia 30 de agosto de 2007. Ainda foram pontuados:

plebiscito nas escolas sobre a privatização da Vale do Rio Doce e mobilizações ocorridas na greve da rede municipal.

O SINPRO exigiu da Prefeitura um posicionamento quanto aos acordos feitos em relação ao pagamento de ACVM; adicional de formação também para secretários; reajuste de remuneração para reuniões pedagógicas mensais e necessidade de efetivações de professores de todos os níveis.

No ano de 2008 encontramos apenas uma chamada destinada a rede municipal de ensino. Este foi um ano polêmico no contexto municipal, pois o prefeito da cidade renunciou ao cargo, devido a sua prisão pela Polícia Federal, na operação “Pasárgada”. Esta iniciativa, coordenada pela Polícia Federal investigou um esquema de desvio de verbas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. O prefeito Alberto Bejani foi preso, nesta operação, com porte ilegal de armas e mais de um milhão de reais em sua casa. Esta única chamada tratou de modo contundente deste momento, mostrando à categoria os motivos da detenção do prefeito e as implicações dessa situação no município. Para os efeitos desta análise este assunto foi abrigado no bloco temático “Questões Culturais e Educacionais”. Além desta discussão, o sindicato tratou ainda em “Demandas Sindicais” da campanha salarial da categoria.

Em 2009 também encontramos apenas uma chamada para a rede municipal, no bloco “Questões Trabalhistas” em que aparece mais uma vez a abertura das inscrições para bolsas de estudo em escolas particulares da cidade. Os outros assuntos abrigam-se em “Demandas Sindicais”, são eles: início de campanha salarial do ano seguinte; convocação de Assembleia com paralisação das atividades e indicativo de greve, devido ao não cumprimento de acordos feitos pela Prefeitura com o sindicato. Comunicam também a necessidade dos educadores do município aderirem à greve nacional cujo slogan, “O piso é lei, faça valer” visa a imediata implantação do piso salarial nacional.

Em 2010 encontramos cinco chamadas destinadas a rede municipal de ensino. Nas “Questões Trabalhistas” localizamos: campanha salarial; regulamentação de afastamento da sala de aula por tempo de serviço; reajuste do ACVM e critérios para concessão de bolsas de estudo para o ano de 2011.

Em “Ações Administrativas” aparece apenas a abertura do processo eleitoral para a diretoria do SINPRO. A redução do número de “chamadas” destinadas à rede municipal, a

partir de 2008, pode indicar que as pautas se tornaram menos diversificadas, com maior direcionamento para as “questões trabalhistas” e “demandas sindicais”. Tal fato reforça o que também é mencionado na fala de um dos diretores entrevistados, como veremos a seguir, quando o mesmo analisa a conjuntura política e econômica que tem exigido do sindicato uma ação com ênfase na pauta reivindicatória dos direitos da categoria.

No ano de 2010, encontramos em “Demandas Sindicais” os seguintes assuntos: apresentação das reivindicações feitas pelo magistério em Assembleia da categoria e comunicado de vitórias da campanha salarial de 2010. Ainda foram apresentadas algumas propostas feitas à Prefeitura, tais como: que os secretários escolares tenham plano de carreira que regulamente sua promoção mediante formação em nível superior e de pós-graduação; que os profissionais contratados com formação superior tenham vencimentos iguais aos efetivos nesta condição; nova proposta de remuneração para coordenadores pedagógicos, diretores e vices e que seja realizado concurso para professores. Também encontramos a solicitação de incorporação no salário do adicional por participação em reunião pedagógica.

Além do material identificado como “Chamadas” outros documentos também foram localizados no arquivo do sindicato. Foram identificados: a) correspondências entre o SINPRO e Diretores de Administração e Recursos Humanos da PJJ solicitando participação em mesas de negociação para discutir reposição das campanhas salariais (2002 a 2005); b) pareceres de consultas de professores quanto a pagamento de benefícios e tempo de serviço; c) abaixo assinados sobre causas específicas de trabalhadores em educação e de trabalhadores em geral; d) levantamento de vagas por parte das escolas a pedido do SINPRO para subsidiar contratações e efetivações e e) levantamentos de greves indicando quantos professores estavam trabalhando por turno em cada escola da rede e percentuais de adesão a greve.

Nas pastas dos documentos identificados como “Clipping”, conforme explicado anteriormente, encontramos recortes de jornais da região e de circulação nacional, como Tribuna de Minas, Diário Regional e Folha de São Paulo sobre diversos temas, como já dissemos, relacionados ao universo do trabalhador de um modo geral e do trabalhador em educação de maneira mais específica.

Após realizar a coleta de documentos no arquivo do sindicato e analisá-los, percebemos que dentre o período estudado, o ano de 2005 foi o que trouxe uma discussão

mais ampla, para além daquilo que na maior parte das vezes apareceu nos blocos temáticos “Questões Trabalhistas e “Demandas Sindicais”. Como já foi dito sob estes abrigaram-se, em sua maior parte, os assuntos voltados para os interesses diretos do trabalhador em educação, demandas muitas vezes pessoais, já consideradas ou com o objetivo de que viessem a ser consideradas no plano de carreira dos professores. Em 2005, em consonância com fatos que eclodiram na história do Brasil, o sindicato buscou levantar discussões sobre a política nacional e de que maneira essas questões poderiam impactar a educação e a carreira do professor. Este foi, também, como já dissemos, um ano de comemorações pelo Sindicato, tendo em vista os setenta anos de existência da entidade. Estas questões apareceram ao longo do ano, como pudemos observar através dos documentos analisados. Nos outros anos percebe-se ao lado das questões trabalhistas, as questões voltadas para a formação política e pedagógica da categoria e questões culturais. Os anos posteriores a 2007 apresentam um número menor de “Chamadas”, com temas voltados, como já se disse, principalmente para as questões trabalhistas e demandas sindicais.

Notamos que, em alguns momentos houve a preocupação em trazer a discussão política sobre o contexto nacional e seu reflexo na educação, com a perspectiva de conscientizar a categoria. Veremos no próximo item, através das entrevistas, como essas questões encaminhadas pelo sindicato às escolas e discutidas em reuniões são percebidas por dirigentes e pelos professores que participam do SINPRO/JF.

5.3 – O que apontam as entrevistas

O item que a partir de agora apresentamos tem como objetivo destacar os dados obtidos com as entrevistas semiestruturadas, realizadas com diretores e professores filiados ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora. Os pontos abordados na investigação referem-se aos eixos definidos, os quais apresentaremos a seguir. Destacamos que as entrevistas foram realizadas individualmente, ainda que, para efeito de análise, neste texto em alguns momentos tenhamos agrupado as respostas para melhor encaminhar as questões trabalhadas.

Entrevistamos um integrante da diretoria atual, nas dependências do próprio

sindicato e uma ex-diretora responsável pela Secretaria de Formação e Comissão Pedagógica durante o período delimitado em nossa investigação. Esta entrevista foi realizada nas dependências de uma das escolas da rede municipal, após agendamento feito com a ex-diretora sindical, que é professora na instituição. As questões direcionadas aos diretores foram agrupadas em quatro eixos: caracterização pessoal; caracterização do SINPRO/JF; participação sindical e política e identidade profissional do professor. Destacamos que o relato e análise dos dados obtidos através das entrevistas com os diretores favorecem a compreensão dos temas elencados neste estudo, na perspectiva da diretoria, o que sinalizou diferenças em relação à percepção de maior parte do grupo de professores que entrevistamos para esta pesquisa. Isto ficará claro mais a frente, quando analisarmos as entrevistas do grupo de professores.

5.3.1 – A percepção dos dirigentes sindicais

Passamos a tratar dos dados obtidos através das entrevistas com os diretores, destacando que suas respostas serão apresentadas a partir dos temas abrigados sob os, já citados, eixos temáticos.

No primeiro destes eixos, “caracterização pessoal”, abrigamos questões relativas ao próprio diretor, como por exemplo: tempo de filiação ao SINPRO/JF; tempo na direção do sindicato; o que o levou a se sindicalizar e posicionamento político pessoal. No segundo eixo, “caracterização do SINPRO/JF” elencamos temas relativos ao próprio sindicato, na perspectiva do diretor: quais seriam as teses político-educativas da entidade; se existe uma política de formação profissional do professor; se o sindicato possui projeto político-pedagógico definido; qual o papel das Secretarias de Formação e de Cultura e da Comissão Pedagógica. Em relação ao terceiro eixo, “participação sindical e política” procuramos identificar, a partir do ponto de vista da diretoria, se a participação no sindicato interferiria na constituição da identidade profissional do professor e no posicionamento dos educadores frente às políticas propostas pelo MEC e Secretaria de Educação e quais seriam os desafios à ampliação desta participação. No quarto e último eixo temático, “identidade profissional do professor” encontram-se as questões específicas sobre a identidade: o que a caracterizaria e quais seriam os desdobramentos de sua constituição.

Após ter sido exposto como se estruturaram estas entrevistas, passemos às respostas obtidas, com os significados atribuídos pela diretoria aos temas apresentados nesta reflexão. Chamaremos os diretores entrevistados de Inácio e Carla, para que não sejam citados seus verdadeiros nomes. Adotamos este tipo de procedimento em relação às entrevistas feitas a pedido dos mesmos. Desta forma, os nomes de todos os integrantes da pesquisa foram alterados.

Sobre a identificação pessoal dos diretores podemos dizer que Inácio é filiado ao SINPRO/JF desde 1985, atuando de 1992 a 1993 e de 1998 até o momento atual na diretoria desta entidade. Carla é filiada ao sindicato desde o momento em que foi aprovada em concurso público para a Prefeitura de Juiz de Fora, ainda na década de 1980, estando na diretoria do final de 1990 até meados de 2010, quando teve que se afastar por motivos de saúde.

As razões que levaram ambos a se sindicalizarem estão relacionadas à militância política anterior à entrada no magistério municipal, confirmando o que alguns autores (FERREIRA, 2006; NOVOA, 1999; OLIVEIRA, 2010) apontam sobre a importância das histórias de vida na constituição da identidade do professor e de sua inserção no movimento organizado dos trabalhadores em educação. Inácio destaca que:

A militância mais ampla me permitiu compreender que o sindicato, ele é um instrumento muito importante para a classe trabalhadora na sua organização. Nas suas lutas de resistência de enfrentamento, de possibilidades de avanços e de contribuição para a emancipação da classe trabalhadora como tal (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

Segundo este diretor a militância foi fundamental para definir o tipo de participação que teria dentro do SINPRO/JF, servindo como motivação de suas ações a fim de alcançar a organização da categoria docente, o que enxergava como sendo importante para a classe. Carla também relata que já possuía uma orientação para a participação política e que coerente com sua formação a partir desta perspectiva, tão logo integrou o quadro docente da Prefeitura de Juiz de Fora, buscou articular-se ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora.

Em relação aos seus posicionamentos políticos os dois professores tiveram uma

aproximação com os ideais do Partido dos Trabalhadores – PT, embora Carla tenha afirmado que, na atualidade, se desfilou deste partido, definindo a si mesma como sendo hoje uma “observadora da esquerda”, enquanto que o professor Inácio permanece filiado ao PT, mesmo que se declare “surpreso e triste” com os rumos do partido na última década. Ele declara: “defendo todas as bandeiras que fizeram o PT nascer, coisa que está muito longe do PT de hoje. Digo isso como muita tristeza (...) e estou observando qual cenário vai se vislumbrar, para ver que posição eu tomo em relação ao PT” (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015). Inácio afirma que, independentemente da posição política ou da vinculação partidária de um diretor ou da própria diretoria do sindicato como um todo, as ações da entidade não são afetadas ou determinadas politicamente pela posição específica de seus membros, havendo liberdade política. Ressalta que mesmo tendo muitos diretores filiados ao PT e o SINPRO/JF sendo ligado à CUT, existe espaço nas assembleias para que eles mesmos façam críticas ao referido partido, naquilo em que ele não concretizou como proposta política. Segundo o diretor “temos total independência de todo tipo de governo e todo patrão”(Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

Em relação à caracterização da entidade sindical, segundo eixo de análise das entrevistas dos diretores, abordamos temas relativos às propostas políticas e pedagógicas do SINPRO/JF. Sobre o sindicato ter ou não um projeto político definido, Inácio disse que o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora possui uma proposta política que reflete sua visão de educação e de sociedade, embora não esteja registrada, sob a forma de documento. A perspectiva educacional do SINPRO/JF seria a de “uma educação plural, superadora, emancipadora”, percepção compartilhada pela professora Carla. Buscando ser coerente com esta perspectiva as teses político-educativas defendidas pela entidade seriam discussões sobre: modelo de sociedade e de educação plural, sem espaço para a exclusão e a segregação; superação do modelo econômico atual; sistema político; qualificação e valorização do professor. Inácio ressalta que apesar da natureza corporativa de um sindicato, ele não deve restringir sua discussão à questão dos direitos. Ele esclarece que, em Juiz de Fora, muitas vezes o SINPRO/JF assume posições, tomando a frente de atividades que deveriam ser desempenhadas pelos partidos políticos, que não se posicionam.

Em Juiz de Fora os partidos que nós entendemos ser de esquerda não ocupam o papel que deveriam ocupar e não fazem aquilo que deveriam fazer. E o sindicato nas suas ações, acaba fazendo esse papel. Quando denuncia uma política pública feita de modo errado ou quando ele faz qualquer tipo de crítica, que o partido tinha que fazer, e não faz, ele arrola para si esse direito. Eu acho que tem que fazer mesmo, porque é educativo (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

Ao falar deste trabalho político-educativo os diretores Inácio e Carla chamam a atenção para o processo de conscientização não só da categoria, mas também da sociedade local, que se beneficiaria das ações da entidade.

A respeito da existência de uma política de formação profissional do professor Carla esclarece que esta era uma preocupação do SINPRO/JF na época em que esteve à frente da Comissão Pedagógica do sindicato nos anos 2000. Através das lutas sindicais, a licença para a capacitação dos professores já era uma realidade e houve uma tendência que os professores locais buscassem formação em nível de pós-graduação na Universidade Federal Fluminense – UFF, principalmente entre os professores de Educação Física. Formou-se um grupo de diálogo entre estes professores ligados ao SINPRO/JF, e professores da Universidade Fluminense, o que rendeu frutos na perspectiva da formação do professorado. Carla relata que foi nesta época, visando a formação docente, que o SINPRO/JF realizou Círculos de Estudo e noites culturais, com a participação de intelectuais renomados nacionalmente, que vinham a Juiz de Fora para palestrar sobre temas relevantes aos professores da cidade. Muitos destes educadores aceitavam vir pela sua militância política, nomes como Nicholas Davies, Ricardo Antunes, Jamil Cury. Os temas giravam ao redor do financiamento da educação; participação política; violência; adoecimento do professor; educação como transformação social; construção de uma nova agenda educacional voltada para os interesses dos trabalhadores. Segundo os diretores estes encontros eram marcados pela presença/participação de uma parcela expressiva de professores. Estes eventos ocorreram até meados de 2008, não sendo mais realizados. Este ponto merece ser destacado, pois confirma o que foi percebido no momento de análise das “Chamadas”, quando notamos que a partir do ano citado, as pautas dos boletins ficaram menos diversificadas, não sendo mais mencionadas ações educativas do tipo das que acabaram de ser citadas.

Ainda na perspectiva da formação dos professores a Comissão Pedagógica produziu cartilhas e informes nas “Chamadas” para tratar de questões, já tematizadas, para a

categoria. Propunha-se que estes materiais fossem compartilhados e divulgados nas reuniões pedagógicas mensais nas escolas.

Através das ações da Comissão Pedagógica acontecia também o acompanhamento de anteprojetos e projetos de lei que diziam respeito à educação municipal e às condições de trabalho da categoria. De acordo com os diretores os estudos sobre os temas e a legislação eram feitos por membros da Comissão e levados para as assembleias e para as escolas para o conhecimento de todos sobre a realidade e a posição do sindicato. Estas discussões também eram levadas ao CONSINPRO, Congresso Pedagógico do Sindicato, previsto no Estatuto, mas que, segundo o diretor Inácio não tem sido realizado nos últimos anos, em função do SINPRO/JF estar sendo “atropelado pela conjuntura política atual”.

Em relação aos trabalhos da Secretaria de Formação, através das ações da Comissão Pedagógica, a professora Carla destaca que o tema mais importante que foi tratado, no período em que esteve à frente da Comissão, diz respeito à ideia da não privatização da escola pública. A partir daí discutiu-se a não interferência do empresariado na escola, o que em Juiz de Fora esteve presente, inclusive, com ações de empresas junto a escolas municipais.

A respeito da participação sindical, terceiro eixo, os diretores declararam percebê-la como sendo importante na determinação da identidade profissional do professor, inclusive podendo interferir no posicionamento dos educadores frente às políticas e projetos apresentados pelos governos. Na opinião dos diretores a participação sindical é participação política quando possibilita a formação política do sujeito. Sobre os desdobramentos positivos deste tipo de participação a diretora Carla afirma que “o sentimento de pertencimento de classe, ele brota, e se, ele brota, você leva para seu aluno de escola pública a importância dele ser sujeito”. Ambos os diretores percebem a participação como importante na formação do professor, na constituição de sua identidade e para a (re) definição da prática pedagógica nas escolas, “contribuindo, inclusive, para que o sindicato possa estar sintonizado com sua vida profissional”, como diz Inácio.

Sobre a participação interferir no posicionamento do magistério frente às políticas e projetos do governo, os diretores entendem que ocorre uma espécie de instrumentalização ou capacitação dos professores que, ao participarem efetivamente no sindicato, se qualificam para avaliarem as propostas educacionais. Relatam que, através dos trabalhos da Comissão Pedagógica, principalmente durante a primeira década dos anos 2000, isso

ocorreu de forma intensa, com ações demarcadas. Como exemplo do que foi dito, abordaram os estudos produzidos pelos membros desta comissão a respeito dos temas nacionais e locais que impactariam no trabalho do professor. Estes temas eram estudados, com suas bases legais, para que a discussão pudesse ser ampliada e levada até a categoria, municiando os educadores que participavam ativamente no SINPRO/JF, para disseminarem estes conhecimentos nas escolas, posicionando-se em relação às propostas. Como exemplo deste tipo de ação, citam discussões a respeito da possível mudança na Previdência em 2002, que alteraria a aposentadoria especial do professor, demarcada por menor tempo de contribuição; as discussões com a categoria pela ocasião da elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação e Lei do Piso Salarial, Lei número 11.738, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 2008 pela Presidência da República e ainda em discussão no município.

Segundo Inácio a participação sindical é reflexo das lutas travadas pelo sindicato e que embora estas lutas tenham, no geral, um caráter corporativo, não tem que se restringir apenas a uma pauta reivindicativa salarial.

Nós temos uma discussão muito mais ampla de educação e precisamos que o professor, incorpore esta discussão para que possa ser introduzido na escola e para que ele reproduza na comunidade, com os pais e com os alunos (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

Ambos os diretores julgam ser importante que os professores participem ativamente no sindicato e nas escolas e que esta participação tenha compromisso com a superação de um modelo de sociedade pautado pelas diretrizes do capital e que tem um projeto de educação baseado nestes princípios. O discurso sindical encontra-se alicerçado em ideais políticos e sociais da transformação. Segundo Inácio “nós precisamos dar possibilidades aos pais, para que eles conjuntamente com os educadores e os alunos, possam ter condições de discutir educação”.

Como desafio à participação Inácio cita a conscientização política do grupo mais jovem que se integrou ao sindicato nos últimos cinco anos. Esses professores tiveram seu ingresso ao quadro do magistério municipal com os direitos já conquistados e, muitas vezes, desconhecendo os percursos e as lutas para que as demandas dos educadores viessem a ser regulamentadas num plano de carreira.

O que se vê, é que tem uma parcela da categoria que está num patamar de envelhecimento e essa parcela, você pode constatar que tem muita clareza da conjuntura. Ela tem uma leitura política de quadro, de momento, de estratégias. E a nossa categoria, uma boa parte dela está se renovando. Então, do passado para cá, nós temos que nos empenhar em reiniciar um trabalho que a gente fez alguns anos atrás com esse pessoal que está quase se aposentando (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

A professora Carla também evoca os trabalhos de conscientização política da categoria, feitos pelo SINPRO/JF, quando esteve à frente da Comissão Pedagógica e os relaciona a ampliação da participação sindical e política. Percebe que estes tipos de ações podem ser retomadas para cumprirem este papel junto aos mais jovens. Ambos destacam que o sindicato fez e faz isto nas assembleias e nos momentos de visitação às escolas, embora isto precise ser reforçado.

Sobre o quarto e último eixo considerado nas respostas dos diretores entrevistados, referente à “identidade profissional do professor” pode-se dizer que os diretores Inácio e Carla consideram a participação no SINPRO/JF como sendo favorável à constituição da identidade dos educadores. Carla enfatiza que a participação sindical é complementar às perspectivas teóricas que os professores adquirem nas universidades. De acordo com esta diretora é o sindicato quem vai trabalhar junto com o professor, auxiliando em sua leitura de mundo e (re) organizando sua prática. Tais questões teriam peso na constituição da identidade profissional do professor. Para esta diretora o professor pode confiar no sindicato enquanto promotor de uma agenda que não desconheça as necessidades dos professores, pois a Secretaria de Educação ou a Superintendência, mesmo sendo integrantes da rede pública, têm o “entendimento patronal”.

Para estes diretores, da identidade docente não pode prescindir a consciência política. Carla afirma que o professor “não pode ser alienado, se esse professor se aliena que tipo de construção fará? Ele é imbuído de que? Que leitura ele faz de mundo”? De acordo com a diretora, o aluno se espelha no professor, por isso se faz necessário que sua prática se pautem pela perspectiva dos trabalhadores, criando elementos para a superação do modelo de sociedade que está posto. Segundo Carla “se o professor se omitir dentro da própria escola, ele é massacrado. Ele tem que ser ator, protagonista”, o que, para a diretora, favorece a politização das pessoas que estão dentro da escola. Estas reflexões nos remetem a Nóvoa (1999), quando o autor relaciona a construção da identidade à existência de ações políticas.

A respeito do tema proposto, o diretor Inácio também destacou o caráter político da atuação profissional do professor como estando relacionado à expressão da identidade docente. Para ele a discussão a respeito da identidade do professor está relacionada a questões relativas à conscientização política do próprio professor e de seus alunos; participação, com vistas à garantia de direitos e superação dos modelos de educação e de sociedade; histórias pessoais e prática profissional voltada para a difusão do conhecimento e superação de contradições.

Nessa construção do conhecimento, precisamos discutir com o professor qual o significado que tem aquilo que ele se propõe a construir com o aluno. Porque se ele não souber, ele vai ter dificuldades. Acho que a identidade do professor é de ser um instrumento ativo na construção de um projeto sócio político diferente do que existe aqui (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

A fala de Inácio nos remete às reflexões de Ribeiro (1995), quando a autora destaca que compreender e reconhecer a importância social do que faz é um fator “indispensável ao desenvolvimento da unidade entre os professores, bem como da unidade destes com a população” (RIBEIRO, 1995, p. 9), possibilitando o desenvolvimento de uma prática que reconhece o que é importante para a população.

Para Inácio, o governo tem se preocupado, através das políticas educacionais propostas pelo MEC, em definir o que é a identidade do professor, mas em sua visão isso não pode ser feito a partir da legitimidade de políticas, mas da própria compreensão que o professor venha a ter a respeito de sua atuação. Nesse sentido a participação em sindicato, no caso no SINPRO/JF, pode contribuir para a constituição da identidade.

Para Inácio,

A organização dos educadores, seja da rede pública, seja da rede privada, é uma organização que não pode ser feita com base só na questão da educação. Ela tem que extrapolar a educação formal que é desenvolvida em sala de aula, para se estender a educar o povo, educar a classe trabalhadora, para que ela possa entender o “bê a bá” da resistência e o libertar da luta (Informação verbal, fala do diretor Inácio, 2015).

Mais uma vez nos remetemos às reflexões empreendidas por Ribeiro (1995), quando a autora destaca a possibilidade de que a ação pedagógica do professor promova conscientização política, “um trabalho prático de transformação estrutural da organização escolar, que se integra à transformação estrutural mais ampla da sociedade da qual ele participa” (RIBEIRO, 1995, p. 51). Essa é a visão dos dirigentes sindicais e que entendem ser função do sindicato envolver os professores em atividades que levem à organização da categoria para fortalecê-la na participação social com vistas à transformação da escola e da sociedade, além da luta pela garantia dos direitos. Observa-se, também, que o contexto político e social interfere na conduta sindical. Neste sentido a participação sindical também sofre mudanças.

5.3.2 – A visão dos professores

A partir de agora abordaremos os dados relativos às entrevistas com os o grupo de professores selecionados para a pesquisa. Reforçamos que, conforme explicitado no item relativo às opções metodológicas deste trabalho, os nomes dos entrevistados foram trocados por pseudônimos, a pedido dos mesmos, como forma de preservar suas identidades. Conforme apontado anteriormente foram entrevistados treze profissionais, selecionados conforme disponibilidade apresentada pelos mesmos em participar desta pesquisa. Localizamos os professores a partir da lista de escolas integrantes da rede municipal de ensino, considerando na localização das mesmas apenas as quatro maiores regiões: Norte, Sul, Leste e Oeste.

Destacamos que os professores têm suas vozes ouvidas aqui foram os que aceitaram participar da pesquisa, numa proporção de três professores para as regiões Norte, Sul e Oeste e quatro professores para a região Leste. Esta última contou com a participação de uma professora a mais. Relembramos que a ideia inicial era realizar um grupo focal, mas dada a impossibilidade de definir um horário possível para todos houve a opção pela entrevista. Foram ouvidos individualmente, portanto, treze professores, de treze escolas diferentes da cidade de Juiz de Fora, conforme agendamento feito com os mesmos. Dez professores foram ouvidos em suas casas e três deles nas escolas em que exercem suas atividades docentes.

Nas entrevistas com os professores foram contemplados três eixos temáticos, sendo estes: quem é este professor; de que forma ele compreende / percebe a questão da identidade docente e se / ou como a participação em sindicato docente interfere na criação e/ou fortalecimento desta identidade.

Passaremos à nomeação e caracterização destes profissionais que foram designados como: Ivone, Dalva, Nádia, Gláucia, Liana, Rebeca, Quênia, Yasmin, Bianca, Maria, Alice, Tiago e Kaio. Ressaltamos que todos possuem formação em nível superior.

Sobre o tempo de filiação ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, a maior parte dos professores com os quais trabalhamos nesta pesquisa, possui até dez anos de pertencimento à entidade sindical. Os quadros abaixo apresentam sínteses referentes à formação inicial e etapa do Ensino Fundamental onde desenvolvem suas atividades em escolas da rede municipal de ensino (Quadro 1) e do tempo de filiação ao SINPRO/JF (Quadro 2).

Quadro 1: Formação inicial e etapa do Ensino Fundamental onde desenvolvem suas atividades

PROFESSOR	FORMAÇÃO INICIAL	ETAPA
Alice	Pedagogia	Séries Iniciais
Bianca	Pedagogia/Letras	Séries Iniciais
Dalva	Pedagogia	Séries Iniciais
Gláucia	Educação Física	Séries Iniciais/Séries Finais
Ivone	Pedagogia	Séries Iniciais
Kaio	Geografia	Séries Finais
Liana	Letras	Séries Finais
Maria	Pedagogia	Séries Iniciais
Nádia	Pedagogia	Séries Iniciais
Quênia	Educação Física	Séries Iniciais/Séries Finais
Rebeca	Pedagogia	Séries Iniciais
Tiago	História	Séries Finais
Yasmin	Letras	Séries Finais

Quadro 2: Tempo de filiação ao SINPRO/JF

TEMPO DE FILIAÇÃO	PROFESSORES
Até 5 anos	- Alice - Bianca - Ivone - Nádía - Yasmin
De 6 a 10 anos	- Kaio - Maria - Rebeca
De 11 a 15 anos	-
De 16 a 20 anos	- Gláucia - Liana - Tiago
Acima de 21 anos	- Dalva - Quênia

Destacamos que os quadros apresentados têm o objetivo de caracterizar os entrevistados, facilitando a visualização dos mesmos quando citarmos seus posicionamentos a partir das respostas dadas em suas entrevistas.

Em relação ao posicionamento político, cinco dos professores disseram não estarem vinculados a nenhum partido político (Professores: Gláucia, Liana, Nádía, Rebeca e Yasmin); três disseram não estarem vinculados, mas sentirem-se afinados com as ideias do Partido dos Trabalhadores – PT (Professores: Bianca, Ivone e Kaio); três afirmaram também não estarem vinculados a qualquer partido, mas possuem um posicionamento político à esquerda (Professores: Alice, Dalva e Tiago); uma declarou ser filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT (Professora Maria) e outra filiada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (Professora Quênia).

Percebemos que dentre os entrevistados predomina a não vinculação partidária, sendo que percebe-se uma sintonia com ideais daquilo que se convencionou chamar de esquerda, ainda que esta esquerda não venha necessariamente emoldurada com o nome de qualquer partido político. Apenas duas professoras citaram possuir vinculação partidária específica, atrelada à declarada militância de ambas (Professoras Maria e Quênia). Esta característica dos professores aqui entrevistados de manifestarem tendência de esquerda, mesmo não havendo vinculação partidária aproxima-se do que foi observado por Ferreira (2004) sobre a tendência política dos membros de sindicatos de um modo geral, quase sempre vinculados a partidos de esquerda e integrantes de movimentos sociais. No período contemplado neste estudo, o SINPRO/JF deixou clara sua afinidade com as propostas do

Partido dos Trabalhadores. Os diretores deste sindicato, que participaram das entrevistas, expressaram posicionamento político à esquerda, numa linha petista.

Na lista de justificativas apresentadas pelos professores para terem se sindicalizado aparecem diferentes questões. Algumas justificativas são referentes a interesses pessoais, tais como: acesso ao plano de saúde oferecido à categoria pelo sindicato; direito a concorrer a bolsas de estudo para seus filhos em escolas particulares da cidade e direito a assistência jurídica. Estas respostas foram contabilizadas nas falas de quatro dos entrevistados.

Também foram apontadas como justificativas questões trabalhistas/corporativas como, por exemplo: luta por melhores salários; necessidade de garantir direitos e novas reivindicações da categoria; fortalecimento do grupo frente as lutas; respaldo sindical em questões trabalhistas; representatividade profissional; necessidade de organização e de fortalecimento do próprio sindicato enquanto instância representativa dos educadores e melhor repasse de informações sobre questões próprias ao universo docente. Esta informação vai em direção ao que Ferreira (2007) percebeu em seus estudos sobre o sindicalismo docente, quando afirma que como justificativas ao processo de sindicalização ainda prevalecem as questões salariais e de carreira.

Notamos que os educadores que disseram se sindicalizar para alcançar benefícios para si mesmos e suas famílias, são aqueles que declararam não ter nenhum tipo de posicionamento político e vinculação partidária. A professora Liana, por exemplo, afirma que seu posicionamento político “não é de partido, mas é o do direito que todas as pessoas têm de serem alfabetizadas e letradas, é o direito da igualdade” (Informação verbal, fala da professora Liana, 2015). Ela é uma das professoras que declara ter se tornado membro do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora “por causa das vantagens que eu teria sendo sindicalizada, como por exemplo, assistência médica para mim e para minha família, por causa da assistência jurídica que eu teria e também por causa da força que o SINPRO tem” (Informação verbal, fala da professora Liana, 2015).

As demais justificativas, já apresentadas, expressam posições dos professores que disseram estar mais afinados politicamente com ideias de esquerda e do Partido dos Trabalhadores ou Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. A professora Quênia, por exemplo, filiada ao PSTU, destaca que se sindicalizou devido a “necessidade de ser organizada e também de fortalecer o sindicato, a categoria, a classe. Eu sempre tive essa

preocupação política, preocupação com a causa dos trabalhadores, isso norteou a minha vida” (Informação verbal, fala da professora Quênia, 2014). Achamos interessante dizer que Quênia fez parte da diretoria do SINPRO/JF em meados dos anos 2000, mas preferiu sair da direção, ficando apenas na militância da base. Um dos motivos alegados seria o rompimento pessoal com o PT e adesão aos quadros do PSTU, demarcando um ponto de vista conflitante, em algumas situações, com os demais membros da diretoria, em sua maioria, como já se disse, ligada ao Partido dos Trabalhadores.

A observação desta professora nos remete aos estudos de Viana (2001), quando esta afirma que o engajamento coletivo educa e forma politicamente. Conforme vimos anteriormente, a autora destaca que a participação em movimentos, inclusive no sindical, oportuniza a formação política do professorado. Em nossa pesquisa, no entanto, conforme já observamos, este fato é destacado apenas por três professoras, Maria, Dalva e Quênia. Ressaltamos mais uma vez que estas educadoras tem maior tempo de filiação ao SINPRO e possuem vinculação partidária bem definida. Também têm histórias de vida que caminham paralelas a movimentos sociais e militância partidária, sendo que uma delas, a professora Quênia, já foi candidata por seu partido a cargo político na cidade de Juiz de Fora e no estado de Minas Gerais.

Mais uma vez nos reportamos a Viana (2001), quando ela conclui que os professores que adquirem este tipo de formação política acabam se tornando lideranças dentro do próprio movimento docente. Este tipo de situação pode ser verificada também na eleição de diretores do SINPRO para a Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora. A atuação destes professores junto ao movimento sindical docente do município continua sendo ativa e seus pares tem endossado o trabalho que os mesmos desenvolveram e desenvolvem enquanto representantes dos educadores na Câmara Municipal.

Em relação a sua formação, destacamos que os entrevistados priorizam as influências familiares no processo do “vir a ser professor”. Quase todos os educadores entrevistados citaram histórias de vida e o incentivo no âmbito familiar como justificativa para seu ingresso nos cursos de formação de professores.

Três das entrevistadas disseram que ingressar na área educacional não foi sua primeira opção, embora tenham se envolvido completamente após a formação e a prática iniciais. Dentre estas últimas, destacamos a fala de Maria, quando afirma que sua opção pelo magistério se deu em função da possibilidade de empregar-se mais rapidamente.

Segundo esta professora “cursei o magistério mais pela questão da oportunidade para o mercado de trabalho do que pela escolha da profissão” (Informação verbal, fala da professora Maria, 2014). Ela faz questão, porém, de pontuar que após inserção no ambiente escolar realizou-se profissionalmente, o que a levou, inclusive, a buscar continuidade em seu processo de formação. Este tipo de vivência também foi observado por Ferreira (2004), especialmente quando ela destaca que os educadores com os quais trabalhou em sua pesquisa apontam que a formação do professor se faz nas escolas, com o exercício da prática docente.

Em relação às influências a partir das quais estabeleceram sua prática profissional a grande maioria dos entrevistados discorreu sobre os papéis desempenhados por professores em seu processo de formação inicial e em nível de pós-graduação; reflexões estabelecidas no âmbito destes cursos; a própria prática docente e a inserção na realidade educacional das diferentes comunidades com as quais estabeleceram contatos. Uma das entrevistadas deixa isso claro quando afirma que “as comunidades onde trabalhei é que me ensinaram a ser professora” (Informação verbal, fala da professora Maria, 2014). Outras influências foram citadas, como: afetividade para com os alunos; o prazer em fazer com que estes aprendam e a possibilidade de transformação social através da educação.

Uma das entrevistadas, a professora Quênia, relatou que sua militância partidária e sua atuação sindical é que influenciam sua prática profissional. Percebe-se na fala desta professora que, em seu caso, a experiência de vida em movimentos políticos influenciou, inclusive, na participação sindical. A compreensão desta professora sobre sua participação vai ao encontro do que Ferreira (2007) percebeu em seus estudos, de que a ação sindical tem relação com a experiência política anterior e influi na experiência profissional e na vida pessoal dos sujeitos, exercendo mudanças. De acordo com a pesquisa realizada por esta autora, foi apontado por alguns de seus entrevistados que a atividade sindical possibilita diferentes formas de se compreender a realidade social, gerando nova visão de mundo e alterando até mesmo a prática docente nas escolas.

Os demais professores destacam que a vivência sindical não aparece como influência relevante na definição da prática profissional docente.

A atuação profissional, por sua vez, na fala destes professores, aparece estando relacionada a definição da identidade docente. Ao serem interrogados sobre o que caracteriza esta identidade todos os professores responderam, dentre outras coisas, que ela

se forma a partir da atuação dos professores no dia a dia, na sala de aula. Somada a esta ideia, também aparecem atreladas a noção de identidade docente: afetividade; vocação; reconhecimento; transformação e inclusão social; histórias de vida; formação acadêmica e profissional e transmissão de conhecimentos socialmente construídos. Reiteramos, portanto, que a questão da identidade docente aparece estando atrelada, principalmente, a própria atuação profissional, não tendo necessariamente uma indicação de sua relação para com a inserção no movimento sindical.

Ao longo da revisão de literatura percebemos que a exemplo do que pode ser verificado nesta pesquisa, os educadores vão relacionando diferentes aspectos de suas histórias de vida e de sua prática profissional à construção da identidade docente. Destacamos as reflexões de Pimenta (1999) sobre a questão, quando a autora fala das especificidades da identidade profissional do professor. Retomando a autora, esta identidade é criada a partir do sentido que o educador dá à sua profissão, estando inseridas nesta relação as histórias de vida, as representações dos saberes, as angústias e anseios de cada professor, assim como as relações que se estabelece com o meio, com as escolas, com seus pares e com os sindicatos de que faz parte.

Ao serem questionados sobre sua participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora interferir na criação ou fortalecimento de sua identidade docente, três entrevistados não fizeram esta relação, mas inclusive a negaram. Outros três entrevistados fizeram esta relação, declarando que a participação em instância sindical promove uma noção de pertencimento, “ajuntamento” e de classe, o que estaria ligado ao estabelecimento da identidade docente. Os demais apenas relacionaram a participação sindical a reivindicação e garantia de direitos, melhorias das condições de trabalho e estabelecimento de Plano de Carreira.

Dentre os que negaram haver uma relação direta entre a participação sindical e o estabelecimento da identidade docente, destacamos as falas das professoras Yasmin e Gláucia, quando estas declararam, respectivamente, que “não interfere e não contribui de forma alguma” (Informação verbal, fala da professora Yasmin, 2015) e “não contribui em nada; sou professora (...) isso não tem nada a ver com o sindicato. Ele não me faz uma professora melhor ou pior” (Informação verbal, fala da professora Gláucia, 2014).

A fala da professora Quênia, vem demonstrar que a mesma, assim como mais dois colegas de profissão, percebe uma relação direta entre a participação sindical e a identidade

do professor. Ela afirma que “a participação sindical faz com que eu me compreenda como pertencente a uma classe social, como uma trabalhadora da educação. Isso é o que tem me norteado nas minhas ações na escola e junto à minha categoria” (Informação verbal, fala da professora Quênia, 2014). Dalva também faz esta relação, afirmando que sua participação no sindicato “proporcionou o sentimento de pertencimento a uma classe” (Informação verbal, fala da professora Dalva, 2014).

Percebemos que este tipo de compreensão a respeito da participação sindical está em consonância com o que foi observado por Viana (2001) em suas pesquisas sobre sindicatos docentes. A autora afirma que o ingresso em entidade sindical faz com que professores desenvolvam consciência política crítica e consciência de classe. A noção de pertencimento criada a partir da participação sugere, portanto, o fortalecimento da categoria no que se refere às demandas coletiva por direitos. No entanto, no grupo entrevistado, apenas três educadores manifestaram essa compreensão.

No grupo de professores que relacionaram a vinculação sindical apenas a garantia de direitos, destacamos as falas de Bianca e Ivone, quando afirmam que a participação no sindicato é importante “só na luta por melhores condições de trabalho e melhores salários” (Informação verbal, fala da professora Bianca, 2015) e “não estamos sozinhos na luta pela melhoria da educação e das nossas condições de trabalho” (Informação verbal, fala da professora Ivone, 2015).

Continuando esta análise, procuramos verificar se a participação no SINPRO/JF influenciaria na atuação docente em relação as orientações pedagógicas recebidas da Secretaria Municipal de Ensino e do MEC para a implementação de projetos e políticas. Sete dos entrevistados disseram não sofrer nenhum tipo de influencia sindical nestas questões. Destes sete educadores um disse se sentir desinformado e até mesmo desinteressado em relação tanto as propostas dos órgãos, quanto em relação as orientações do sindicato. Os outros seis professores declararam que levam em conta o bom senso e a viabilidade de aplicação dos projetos apresentados pela Secretaria Municipal de Ensino ou pelo MEC na hora de aderir ou não aos mesmos, considerando a realidade local. Uma das professoras até afirmou que “eu não me sinto obrigada a acatar só porque é o que o sindicato definiu. Vou pelo meu bom senso” (Informação verbal, fala da professora Gláucia, 2014). Outra professora afirma que “a minha vivência da sala de aula me ajuda

muito mais nesse quesito do que a minha participação sindical” (Informação verbal, fala da professora Liana, 2015).

Dois entrevistados disseram que a influência existe, mas raramente. Para estes o sindicato tenta inviabilizar alguns projetos apresentados pela Secretaria Municipal de Ensino ou pelo MEC, mas nem sempre conta com o aval dos professores nas escolas. Dalva afirma que “o sindicato até tenta não concordar com certas visões apresentadas pela Secretaria de Educação ou pelo MEC, mas nem sempre isso funciona” (Informação verbal, fala da professora Dalva, 2014). Percebemos que em relação a sua ação pedagógica a maioria dos professores entrevistados parece ter mais autonomia na delimitação de sua prática.

No entanto, quatro professores entrevistados disseram que a participação sindical interfere em sua atuação como professor frente às políticas e projetos apresentados pelos já citados órgãos. Neste caso a afirmação está relacionada ao esclarecimento sobre direitos que podem estar sendo violados. A preocupação não parece ser com o pedagógico, mas em resguardar o professor da exploração em sua prática. Pensam também que incentiva a sua valorização e os faz pensar sobre o projeto de educação que está sendo proposto para a sociedade.

Sobre esta questão a professora Ivone pontua que “a minha participação lá me dá determinação para não aceitar aquilo que não beneficia, nem aos alunos, nem à escola, nem aos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem” (Informação verbal, fala da professora Ivone, 2015). Maria também afirma que esse tipo de ação do sindicato é instrutiva e que “influencia nossa atuação sim, clareia nossos direitos, nosso trabalho” (Informação verbal, fala da professora Maria, 2014).

Quando indagados se existem influências da participação sindical no estabelecimento de uma prática que valoriza os direitos dos profissionais apenas dois professores disseram que não percebem esta relação. Os demais admitem que sua participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora influencia no estabelecimento de uma prática profissional onde os direitos dos professores são destacados. Ivone afirma que “o sindicato é que nos motiva a reivindicar nossos direitos, então ele é o responsável pela minha atuação profissional em relação aos meus direitos e também aos meus deveres” (Informação verbal, fala da professora Ivone, 2015). Maria aponta que “influencia fortemente, porque proporciona mecanismos de conhecimento e defesa” (Informação

verbal, fala da professora Maria, 2014). Quênia destaca que “me fez pensar coletivamente, me fez perceber que meus problemas não são meus e sim de uma classe inteira. Isso me fortaleceu, me deu coragem e legitimidade para exigir meus direitos e mais direitos” (Informação verbal, fala da professora Quênia, 2014). O professor Tiago também afirma que “se não há essa vinculação a questão dos direitos se perde” (Informação verbal, fala do professor Tiago, 2014).

Perguntamos ainda quais teses políticas e educativas os professores reconheciam no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora. A esta questão três dos entrevistados responderam não perceber uma tese política e/ou educativa no SINPRO/JF (Professoras: Bianca, Gláucia e Yasmin). A este respeito uma das professoras afirma que “não vejo o sindicato propondo reformas na educação na nossa cidade. Vejo sim, brigando por direitos adquiridos e que estão sendo perdidos” (Informação verbal, fala da professora Gláucia, 2014). Complementando suas respostas, dois professores deste grupo ainda alegaram reconhecer no sindicato apenas afinidade partidária com os princípios do PT (Professores: Kaio e Alice). Os demais entrevistados elencaram temas que seriam teses políticas e educativas defendidas pelo sindicato, sendo estas: mudanças pedagógicas na rede municipal de ensino; consciência política; vivência em grupo; formação do professor; inclusão, direitos políticos e sociais (Professores: Dalva, Ivone, Liana, Maria, Nádia, Rebeca e Tiago).

Destacamos ainda a posição de uma das professoras que sobre esta questão declarou que de 1990 a 2000 existiram teses políticas bem definidas e voltadas para “uma educação popular e emancipatória do capitalismo e contra a mercantilização da educação” (Informação verbal, fala da professora Quênia, 2014), mas que na atualidade isso não ocorre e que o economicismo tem sido a tônica do movimento sindical local.

Como pode ser observado através das falas dos professores a questão dos direitos profissionais docentes tem sido percebida com maior nitidez na análise que estes educadores fazem de sua participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, nos últimos anos. De um modo geral este tema ganha destaque quando se discute a questão da vinculação sindical. Esta percepção ganha força também quando nos respaldamos nos documentos encontrados na sede do SINPRO/JF, conforme pode ser observado quando apresentamos a memória documental da entidade. Nos últimos anos pesquisados observamos a predominância de temas trabalhistas nas “Chamadas” analisadas, com

ausência de outras questões. Isso foi justificado pelos diretores ouvidos nesta pesquisa como sendo reflexo da conjuntura política de ameaça aos direitos conquistados anteriormente pelos educadores através de seu sindicato.

Observa-se que há uma diversidade de posições em relação aos motivos que levam à participação sindical e sua relação com a identidade profissional. Uma questão que perpassa todas as entrevistas em relação à identidade docente diz respeito à valorização das histórias de vida e à prática docente como os principais constituidores da identidade do professor. Quanto à motivação para a participação num sindicato docente observam-se motivações variadas. Os que revelam posição política partidária construída anteriormente ao ingresso no magistério manifestam uma posição mais clara e atuante em relação à participação sindical e às relações entre educação e sociedade. Outros entrevistados explicam sua participação sindical pela busca de garantia e conquistas de direitos trabalhistas. Existem, ainda, aqueles que veem no sindicato uma possibilidade de obter benefícios pessoais como bolsa de estudos para filhos ou assistência médica, por exemplo.

No próximo item, retomaremos os objetivos da presente pesquisa e de posse das análises realizadas através da documentação disponibilizada pelo sindicato e das entrevistas buscamos apresentar as principais conclusões que o estudo apontou.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como qualquer pesquisador, ao iniciarmos este trabalho, possuíamos alguns pressupostos sobre o que poderíamos encontrar no campo da pesquisa. Os estudos anteriores já citados, a literatura sobre o tema, a vivência como profissional da rede municipal de ensino e a própria militância sindical gestaram suposições a respeito do resultado da participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora em relação à identidade docente. A perspectiva era a de que a participação contribuísse para a criação ou o fortalecimento da identidade profissional do grupo.

Em alguns momentos foi até mesmo difícil desconsiderar estas questões, no processo de investigação e da escrita, mas procuramos deixar que os dados falassem por si mesmos e a partir de agora relatamos as considerações que foram construídas a respeito do que foi observado.

Ao retomarmos a questão inicial deste estudo, se a participação no Sindicato dos Professores de Juiz de Fora tem oportunizado a criação ou o fortalecimento da identidade profissional dos membros da rede municipal de ensino, verificamos que, a maior parte dos professores entrevistados não relacionou a criação ou o fortalecimento da identidade docente à participação sindical. Para a maioria deles a identidade do professor foi vinculada a outras questões, tais como: histórias de vida, influências familiares e a própria atuação profissional.

De um modo geral, para este grupo de educadores, o SINPRO/JF tem sido visto como um espaço de busca e garantia de direitos profissionais, muitas vezes ligados ao estabelecimento de um melhor Plano de Carreira e a manutenção e a progressiva melhoria das condições de trabalho. Desta forma, a participação sindical estaria ligada a necessidade de se garantir a legalidade de direitos e condições trabalhistas, numa perspectiva corporativa.

Este tipo de participação traria consequências para a atuação profissional dos professores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, uma vez que, segundo os entrevistados, ela pode favorecer a noção de pertencimento e o estabelecimento de laços cooperativos e de conscientização, embora não exista consenso no grupo quanto a isso.

A identidade docente, a princípio, seria aquilo que possibilitasse a unidade ao grupo e constituição de características próprias e isso não dependeria da atuação sindical,

embora este tipo de vinculação também possa favorecer, como se disse, a uma consciência de grupo, o que por si só já poderia se relacionar à identidade do educador. A identidade docente seria aquilo que se cria na prática coletivamente, mas também na atuação nas escolas e a partir das histórias de vida. O modo de se perceber a sociedade e o compartilhamento das especificidades do trabalho docente, também seriam fatores que influem na composição da identidade profissional. Conforme afirmam BEIJAARD, MEIJER e VERLOOP (2004) a identidade profissional do professor não é fixa, se constitui na harmonização dos diferentes papéis desempenhados pelos educadores e nas relações que se tem a partir da prática.

Este tipo de compreensão sobre a identidade também se respalda, como já vimos, nas reflexões estabelecidas por Nóvoa (1997), quando o autor afirma que devem ser levados em consideração nos estudos identitários do professor as características pessoais dos mesmos, assim como os seus percursos profissionais.

Portanto, de acordo com o que coletamos nesta pesquisa, para os professores com os quais trabalhamos, a participação em sindicato docente estaria justificada muito mais na necessidade de organização com vistas a garantia de direitos do que no estabelecimento ou fortalecimento da identidade profissional docente. Fazem parte da “lista” de direitos aqueles que são próprios ao profissional da educação e a seus familiares, mas também aqueles que se destinam a sociedade como um todo, como por exemplo, o oferecimento da educação pública de qualidade, a democratização do acesso às vagas, políticas públicas sociais mais eficientes para os desfavorecidos. Percebe-se, portanto, que ocorre a coexistência entre as ações corporativas trabalhistas e as discussões sobre questões mais amplas da sociedade e da política educacional, a exemplo do que afirmou Gouveia (2013) em seus estudos sobre o sindicalismo docente.

As razões elencadas pelos entrevistados para se sindicalizarem, muitas vezes apareceram ancoradas na conquista de benefícios tais como adesão a plano de saúde, descontos em mensalidades em escolas particulares da cidade, concessão de bolsas de estudo, assistência jurídica e pleito por melhores salários e condições de trabalho junto a administração municipal. Na maior parte dos casos analisados, o sindicato também não aparece como determinante na formação e na atuação profissional dos professores. Percebe-se que durante o período analisado houve a preocupação com a garantia de direitos profissionais dos educadores do município e que a temática se destacou no rol de

temas com os quais o sindicato trabalhou. Em conformidade com tal fato, os entrevistados demonstram que percebem o SINPRO/JF como um espaço de busca por direitos.

A própria reordenação política e econômica impressa ao país nos últimos anos, sugere novas orientações para a educação, com readequação de verbas e definição de novos projetos. Isto repercute inclusive na formação e na atuação dos professores. Conforme já foi dito anteriormente, este quadro pode contribuir para a crise da profissão docente e a progressiva perda de direitos, sendo talvez esta a justificativa para que os profissionais da educação e seus sindicatos tenham valorizado a temática na definição de suas atividades.

É interessante destacar que quando observamos que o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora tinha participação ativa no Conselho Municipal de Educação do município, já estava ali buscando contribuir sim para a educação de qualidade em Juiz de Fora, mas, principalmente, buscando garantir os interesses do grupo ao qual representava: os professores. Esta é uma perspectiva da atuação dos representantes do SINPRO/JF no colegiado, o que corrobora com a percepção dos entrevistados quanto ao sindicato ser o espaço de garantia de seus direitos. Este tipo de certeza gera confiança na entidade sindical e no geral é o que motiva os professores a participarem do movimento.

Ao analisar as atribuições e competências do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora podemos dizer, com base em sua história e nos documentos que o regulamentam, assim como na percepção dos professores entrevistados que o mesmo se orienta, de fato, pela garantia de direitos profissionais do professor. Até mesmo seu Estatuto aponta como sendo atribuição do SINPRO/JF a iniciativa de reunir os trabalhadores em educação ao redor da bandeira de defesa de seus interesses “imediatos e futuros”, dentre os quais observa-se a preocupação para com uma educação de qualidade e a valorização do professorado. Reforça-se, inclusive, que esta valorização passa por questões políticas, econômicas e profissionais. Estas questões estão na base daquilo com que o sindicato deve se comprometer para representar a categoria e indicam caminhos a serem percorridos pelo mesmo.

Percebemos através da análise documental e através dos relatos apresentados no documentário “Somos a medida de nossa luta” que o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora também busca agir no sentido da promoção da formação do professor, e, embora isso

não tenha sido citado pela maior parte dos entrevistados, não podemos desconsiderar que foi mencionado pelas duas docentes que revelaram vinculação partidária.

As duas Secretarias que se envolvem com as questões da formação e da cultura, a Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação e a Secretaria de Cultura, são citadas, tanto no Estatuto da entidade, quanto no já referido documentário, como ativas quanto à criação de propostas e eventos que venham contribuir para a formação do professor. Notamos que, ainda que na atuação do sindicato prevaleça a definição de ações a partir da garantia de direitos, existe a preocupação com a capacitação e conscientização do professor enquanto trabalhador e trabalhador em educação.

Retomando o Estatuto do sindicato, nele está registrado que o SINPRO/JF busca “incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional do conjunto dos trabalhadores da base”, promovendo eventos que seriam responsáveis por criar uma articulação entre os membros do órgão, fortalecendo o nível de organização e conscientização profissional, cultural e política da categoria.

Em relação ao histórico das ações da entidade cremos que este ficou claro através do item da análise documental, quando em “As ‘chamadas’ temáticas feitas aos professores da Rede Municipal de Ensino” mapeamos e analisamos o que foi proposto pelo Sindicato nas publicações. Estes temas, apresentados, como já dissemos, nortearam a realização das Assembleias da entidade e refletem as demandas da categoria ao longo dos anos estudados. Aparece nas “Chamadas” a mobilização dos sindicalizados, tanto para as lutas trabalhistas, quanto para as atividades culturais e de formação.

As reivindicações do coletivo de professores da Rede Municipal de Ensino, absorvidas pelo Sindicato e transformadas em bandeira de luta, culminaram muitas vezes em greves. A cidade de Juiz de Fora tem assistido quase que anualmente a este tipo de mobilização docente. Através das entrevistas realizadas notamos que os professores com menor tempo de serviço na rede pública não demonstram ter muita afinidade com este tipo de recurso, sendo muitas vezes cooptados pelo movimento grevista, em razão da maior parte dos colegas aderirem às greves. As três professoras com maior tempo de magistério na Rede Municipal é que avalizam este tipo de ação proposta pelo Sindicato, inclusive exaltando a mobilização como legítimo instrumento de luta.

Este é um dado que julgamos ser importante na análise, pois nos remete a fala de um dos diretores do SINPRO/JF no documentário de 2004, quando ele afirma que os professores “mais antigos”, “de seu tempo”, fazendo referência à primeira greve de professores ocorrida em Juiz de Fora, em 1959, eram mais “combativos” e assumiam a perspectiva da “luta”. Isso foi reforçado na entrevista com um dos dirigentes, que apontou a diferença de posicionamento dos sindicalizados mais antigos, que são mais participativos. Os estudos de Ferreira (2004; 2006; 2007) contribuem neste sentido, ao reforçar, como já foi dito, que o perfil grevista e militante dos professores mais experientes já não é mais unanimemente percebido entre as gerações atuais de educadores. A fala da coordenadora da Comissão Pedagógica do SINPRO no já referido documentário expressa a postura desses professores mais envolvidos com o movimento sindical, quando ela afirma que “ensina-se nas salas de aula, mas educa-se nas ruas”. Notamos em nossa pesquisa que os educadores com menor tempo de magistério e com menor tempo de filiação ao sindicato são os que se mostram menos articulados com os encaminhamentos dados pelo Sindicato às demandas dos professores. De acordo com os dirigentes entrevistados, um dos desafios postos ao SINPRO na atualidade é motivar um maior envolvimento destes educadores nas ações do sindicato. Assim como foi citado pelo diretor Inácio, o Sindicato dos Professores tem assistido ao envelhecimento de seus professores, sendo que muitos se aproximam do término de suas carreiras e estão se aposentando. Os professores mais jovens desconhecem grande parte das lutas realizadas, do percurso trilhado nos últimos anos, por exemplo, até a concretização do plano de carreira que hoje vigora na rede municipal.

Em oposição a este tipo de postura da maioria dos entrevistados, as três professoras com maior tempo de magistério e de filiação sindical são também as que percebem as limitações do Sindicato, mas apostam neste tipo de participação como sendo a mais adequada para se lutar pela garantia de direitos, fortalecer o grupo e favorecer a conscientização política da categoria. Ferreira (2007) também relata que percebe esse tipo de reflexão quando alguns de seus entrevistados relacionam a experiência sindical a uma “pós-graduação de vida”. Esta expressão parece validar a atividade sindical na percepção dos que possuem maior tempo de vivência associativa, ainda que no interior dos sindicatos por ela analisados também se sobressaíam as questões salariais e de carreira.

Em relação ao que define o “ser professor” e a sua identidade profissional, todos os professores com os quais trabalhamos nesta pesquisa foram unânimes em relacionar a estas

questões a vivência da própria prática docente. Ainda que três profissionais também incluam outras questões, já citadas, na criação e no fortalecimento da identidade docente, todos fizeram menção à prática como sendo viabilizadora da formação profissional e da identidade do professor.

Outro aspecto interessante e que aparece nas falas da maioria dos entrevistados diz respeito às histórias de vida terem sido citadas quando se fala no que os levou a se tornarem professores. Esta justificativa apareceu muitas vezes quando os educadores recompunham suas trajetórias, enfatizando questões familiares e de aspecto afetivo, que os levaram a se tornar professores. Mockler (2011) também destaca em seus estudos sobre sindicalismo docente a ênfase dada pelos professores às suas histórias de vida. Percebemos que esta é uma tendência quando os professores são convidados a repensarem o início de suas carreiras. Em seus estudos Ferreira (2007; 2008) destaca que os docentes mais engajados na vida sindical são aqueles com certo capital cultural herdado de suas famílias e com maior compreensão da perspectiva de classe. Os professores com os quais trabalhamos não deixam isso claro, embora também expressem as influências familiares em sua escolha pelo magistério e definição do tipo de professor que se tornariam.

As reflexões empreendidas por Ferreira (2004; 2006; 2007; 2008) em seus estudos sobre sindicalismo docente, assim como de outros estudiosos, foram importantes para nos ajudar a compreender nosso objeto de estudo. Suas pesquisas, devidamente listadas no final deste trabalho, nos auxiliaram a tecer algumas destas considerações que aqui se apresentam. Podemos compreender que a identidade do professor é definida pelas trajetórias individuais e coletivas e que se reforça e aperfeiçoa na relação com a própria prática profissional e sindical. Ela é redimensionada a partir do exercício da função do professor e a participação em um sindicato docente pode interferir em seu fortalecimento dependendo do tipo de leitura que o professor fizer deste movimento. Em nossa pesquisa os educadores nem sempre fizeram a relação entre identidade profissional e participação sindical, vinculando a identidade a outras questões já citadas anteriormente. É importante destacar que a identidade profissional não é pronta e acabada, não tem fim, continua a constituir-se ao longo de todo o exercício da profissão. Por isso a prática e as relações com os outros se fazem tão importantes na definição da identidade do professor.

Como já dissemos, ao começar esta pesquisa, tínhamos alguns pressupostos a respeito da participação em entidade sindical, especificamente, no SINPRO/JF. Assim

como Sobreira (2001) relata, acreditávamos que haveria a possibilidade de que a participação sindical pudesse gestar aspectos formativos na identidade do professorado, embora isso também não tenha se confirmado em nosso estudo, a exemplo do que houve nas análises do autor.

Retomamos suas ideias de que não basta que os trabalhadores se organizem e lutem por questões econômicas e funcionais, pois isso não leva à consciência de classe, evolução política e formação da identidade profissional. O autor cita que “os ensinamentos que os fatos aqui enunciados propiciam sugerem um aprisionamento da luta sindical docente às bandeiras econômicas corporativas” (SOBREIRA, 2001, p.25). Entendemos que esta é uma possibilidade também vislumbrada em nossas entrevistas quando uma das professoras declara que “no último período o aparelhamento político dos sindicatos para a defesa do governo provocou uma ausência de discussão e de disputa de projeto político pedagógico (...). Infelizmente o economicismo tem sido a tônica do movimento sindical” (Informação verbal, fala da professora Quênia, 2014).

Estas questões aparecem de forma recorrente quando se fala no movimento sindical organizado na atualidade. Boito Jr (2009) aponta que o início desta perspectiva economicista que reordenou os sindicatos está ancorada nos governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que de 1990 a 2002 permitiram a implementação de reformas econômicas de cunho neoliberal, como a abertura do comércio externo, as privatizações e a diminuição do papel do Estado. Como reflexo destas políticas houve o enfraquecimento da organização operária, favorecendo a terceirização dos serviços e a descentralização produtiva. Com isso os sindicatos tiveram que se recompor, para fazer frente a este novo cenário, ou, como aponta Boito Jr (2009) se conciliarem com esta nova realidade. A CUT, aliada sindical do governo de Lula, já em seu primeiro mandato, adotou uma estratégia de defesa do emprego e do desenvolvimento econômico, o que fez com que muitos dos sindicatos a ela ligados questionassem essa aproximação. Ao longo da análise documental do SINPRO/JF, percebemos que estas questões foram levadas para a base, na perspectiva da conscientização do grupo, embora nem todos os dirigentes do sindicato tenham concordado com esta perspectiva, preferindo deixar a direção da entidade, como foi o caso da professora Quênia.

Aspectos positivos sobre a organização sindical são contemplados na fala dos diretores entrevistados, quando os mesmos destacam a importância de conscientizar

politicamente o grupo mais jovem a respeito da própria trajetória de lutas e reivindicações que levou o SINPRO/JF a alcançar, com mobilização da categoria, um plano de carreira que hoje se destaca nacionalmente por suas conquistas¹³, segundo fala de um dos dirigentes entrevistados. Para os diretores, o já citado envelhecimento dos educadores da rede tem retirado de cena, gradativamente, através de aposentadorias, os professores com maior vivência neste tipo de experiência sindical, sendo necessário que o sindicato volte a trabalhar na perspectiva de motivar os mais jovens para as lutas da categoria.

Ribeiro (1995) destaca que:

Essa prática coletiva exige um mínimo de organização que deverá ser paulatinamente ampliado. É nesse processo que antigas lideranças se somam às novas e se multiplicam. É, pois, nele que a categoria vai criando e desenvolvendo os seus intelectuais, isto é, aquela camada de membros da própria categoria que terá como função expressar (de maneira mais desenvolvida) os interesses desse conjunto e difundi-los, com vistas à conquista de homogeneidade e consciência de sua função (e importância) social, da qual decorrem seus interesses enquanto categoria profissional (RIBEIRO, 1995, p. 114).

Notamos que na perspectiva do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora as ações corporativas são demarcadas, mas existe a preocupação em se promover práticas voltadas para a qualificação da política educacional e da valorização do magistério. Para os diretores entrevistados, a participação no SINPRO/JF é um dos fatores a partir dos quais forma-se a identidade profissional do professor da rede municipal, embora esta não seja a principal relação feita pelos professores, quando analisam a constituição da identidade docente. Estes focam suas observações no caráter corporativo da participação sindical, sendo este exclusivamente o da garantia dos direitos. Para estes educadores a identidade profissional, como já se disse, não tem relação com a associação a sindicato docente, mas está firmada na própria prática e nas trajetórias de vida. Pelo menos lhes dá o sentido de pertencimento a um grupo profissional, o que por si só já sinalizaria alguns aspectos referentes a criação de identidade da categoria.

¹³ Entre estas conquistas cabe citar: Remuneração por qualificação profissional em nível superior e de pós-graduação; licença remunerada para qualificação em nível de pós-graduação; incentivo à pesquisa através do FAPEB; remuneração por ACVM para aquisição de material acadêmico, didático e cultural; atividades extra-classe remuneradas; gratificação por trabalho com aluno com necessidades educativas especiais; remuneração para comparecimento em reuniões pedagógicas mensais.

Professores e dirigentes possuem, portanto, compreensões diferenciadas quanto à participação em sindicato docente contribuir ou não para a formação ou o fortalecimento da identidade profissional da categoria. Ambos valorizam o papel da entidade no que se refere à luta pela concretização de direitos. Retomamos as ideias de Ribeiro (1995) sobre a importância da organização docente, quando a autora destaca que ao se organizar como categoria o grupo se fortalece e se situa no debate existente sobre o mundo do trabalho. Esta perspectiva aparece na fala dos dirigentes entrevistados e consta do Estatuto do sindicato. As ações da entidade, mapeadas nesta pesquisa através da análise das “Chamadas” também reforçam este ponto de vista, demonstrando a preocupação da direção sindical em relacionar as lutas locais à conjuntura política nacional, com referências ao mundo do trabalho como um todo e seus reflexos na educação e na vida profissional do professor. A este respeito os professores parecem concordar sobre a importância de estarem associados ao sindicato, percebendo que, neste sentido, a participação os fortalece enquanto grupo. Pensamos que isso, por si só, já sinalizaria, em alguma medida, aspectos relativos à identidade profissional da categoria, embora essa relação não tenha sido citada pelos docentes. Apesar de nossas hipóteses iniciais, percebemos que este estudo de caso, reforça a perspectiva apresentada pelas pesquisas enunciadas sobre sindicatos docentes no país (FERREIRA, 2004; 2006; 2007; SOBREIRA, 2001), ainda que realizadas em contextos diferenciados do que o que aqui apresentamos.

Nesta investigação destacamos que a posição dos dirigentes não interfere necessariamente no comportamento dos associados e que a própria direção tem conhecimento de que seria necessário voltar a realizar ações mais educativas do ponto de vista da formação política dos professores para fomentar a participação. Também se compreende o contrário, de que a maior participação já teria um aspecto pedagógico, tendo como desdobramento a formação política do educador. Esta percepção, uma via de mão dupla entre formação e participação, aparece na perspectiva dos professores mais experientes, com maior tempo de vivência sindical, mas ainda não foi assimilada pelos mais jovens. A questão geracional, que no passado do SINPRO/JF, oxigenou o sindicato, quando renovou-se o quadro de filiados, conforme relatado através do documentário “Somos a medida de nossa luta”, não parece ser a mesma no momento atual, quando, como dissemos, os mais jovens parecem estar menos envolvidos com as questões da categoria como um todo e mais voltados para seus direitos individuais.

Ao analisar a situação dos sindicatos docentes latino-americanos Oliveira (2007) destaca duas características: diminuição no número de sindicalizados e “fraca participação dos trabalhadores”. Não podemos associar ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora a diminuição do número de associados, mas ressaltamos que o mesmo se estabilizou, com pouco mais de 4500 filiados, quando em 2004, possuía quase 4000 membros, segundo dados do já citado documentário produzido pela entidade. Em relação à participação, através do ponto de vista da maior parte dos educadores entrevistados, conforme já foi dito, predominam as reivindicações trabalhistas mais específicas da categoria. Esta parece ser uma tendência entre os sindicatos docentes, que, assim como indicam os estudos de Oliveira (2007),

enfrentam a difícil tarefa de organizar e responder às diversas formas de expressão da indignação, da revolta e resistência dos trabalhadores de educação para com o processo de precarização de suas condições de trabalho, trazidas pela massificação do ensino e pelos novos dispositivos regulatórios (OLIVEIRA, 2007, p. 365).

Através das entrevistas realizadas com os educadores concluímos que em Juiz de Fora os docentes atribuem ao SINPRO/JF o papel de “mediador e negociador”, termos utilizados pela autora citada quando a mesma se refere à renovação das credenciais dos sindicatos ao término de cada uma das negociações por eles engendradas. Ao lutar pela garantia dos direitos de sua base o sindicato é avaliado pelos professores, o que atualiza o compromisso entre ambas as partes, mesmo que não amplie ou modifique a participação.

Em relação às medidas de negociação utilizadas pelo sindicato, destacamos as greves, que em Juiz de Fora mobilizam os profissionais da educação quase que anualmente, contando com expressiva adesão dos educadores da rede municipal, como a última greve deste ano de 2015, que teve 90% dos professores mobilizados e duração de mais de 80 dias. Este instrumento, ainda que não seja aprovado por toda a categoria acaba por envolver a maior parte dos docentes juiz-foranos. Na perspectiva da direção as greves servem para conquistas específicas do magistério, mas também são instrumentos de conscientização da população e não só de reivindicações corporativas. Os professores nem sempre demonstram este tipo de compreensão.

Fica claro nesta pesquisa que, em relação ao grupo estudado, existem divergências quanto à forma de se perceber a participação sindical, entre dirigentes e membros do sindicato. Notamos, inclusive, que uma das professoras entrevistadas, a professora Quênia, ex-dirigente da entidade, ainda que tenha postura política diferente da diretoria do SINPRO/JF, percebe a participação em sindicato docente como sendo importante e estando relacionada à identidade profissional dos professores. Compreendemos que ter uma experiência política anterior, muitas vezes associada à militância e ter vivenciado a situação de dirigente são fatores que fazem diferença na compreensão que se tem a respeito da participação política em sindicato.

Os resultados desta investigação reforçam que, entre os professores, predomina uma ideia corporativa quanto à importância da participação sindical, não havendo uma relação direta entre a associação com seus pares e a determinação da identidade profissional da categoria. Para a maior parte dos entrevistados a identidade se faz na prática e a partir de histórias individuais, vividas a priori, ao longo da formação e atuação docente. Ao sindicato caberia, na perspectiva destes educadores, organizar e trabalhar pela concretização da pauta reivindicatória do magistério municipal. Esta postura é avalizada pelas reflexões já apresentadas por Oliveira (2007) de que as reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho ainda são determinantes na atuação dos sindicatos latino-americanos, sendo esta a perspectiva norteadora dos sindicatos docentes brasileiros, inclusive do SINPRO/JF a partir de seus educadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: O caso cearense. In: **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- ALVES, Danielle Maria Vieira. **Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora: Democratização, participação e autonomia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF, Juiz de Fora, 2006.
- ANTUNES, Paulo; CARVALHO, Pedro Carlos de. **A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.
- BEIJAARD, D., MEIJER, P., & VERLOOP, N. Reconsidering research on teachers' professional identity. **Teaching and Teacher Education**, 20, 107–128. 2004.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Cidadania e Direitos Humanos. In: **Cadernos de Pesquisa**. N. 104, Jul 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 4ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BRAGA, Virna Lígia Fernandes; GOMES, Douglas. **Somos a Medida de Nossa Luta**. 2004 (Documentário).
- BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **70 anos do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.
- _____. **Entre a honra e o mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. **Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Aprovada em 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BURBULES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto (orgs). **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CRUZ, Helvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília / UnB. Brasília: 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1999.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível: site Enciclopédia Digital dos Direitos Humanos (sd) URL: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Consultado em 15 de fevereiro de 2013. São Paulo: Editora Globo, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Memória de resistência: Clodesmidt Riani (Presidente do CGT – 1961 – 1964). In: VI Encontro Regional Sudeste de História Oral. História, Cultura e Poder. 2005, Juiz de Fora. **Anais...Juiz de Fora**: Editora da UFJF. FACOM / Produtora de Multimeios da UFJF, 2005. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª. Edi. Curitiba: 2004.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. In: **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 34, nº 122, p. 391-410, mai/ago. 2004.

_____. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo: vol, 32, nº 2, p. 225-240, mai/ago, 2006.

_____. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, nº 99, p. 377-399, Maio/Ago. 2007.

_____. Desconforto e Invisibilidade: Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. In: **Educ. rev.** [online]. Nº 47, PP 15-40. ISSN 0102-4698. 2008.

_____. Discutir educação é discutir trabalho docente: o trabalho docente segundo dirigentes da CTERA – Confederación de Trabajadores de la Educación de La Republica Argentina. In: **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 14, nº 41, mai/ago. 2009.

FIGUEIREDO, Lorene. **Reforma Neoliberal na Educação e Crise no Movimento Sindical no Estado de Minas Gerais**: os limites do reformismo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2006.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2004, vol.14, n.28, pp. 139-152. ISSN 1982-4327.

GATTI, Bernardete A. A atratividade da carreira docente no Brasil. In: **Estudos & Pesquisas Educacionais**. N. 1, Maio 2010. Fundação Victor Civita – São Paulo. Anual.

GINDIN, Julián José. **Sindicalismo Docente e Estado** – as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pósgraduação em Educação, 2006.

GINDIN, Julián José. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: **Associativismo e sindicalismo docente no Brasil**. Seminário para discussão de pesquisa e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, abril de 2009.

GINDIN, Julián José; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira e DAL ROSSO, Sadi (orgs). **Associativismo e Sindicalismo em Educação**: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013.

GINDIN, Julián José; MELO, Savana Diniz Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.) **Associativismo e sindicalismo docente em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Participação e Gestão Popular da Cidade. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 26, São Paulo: Cortez Editora, Ano IX – abr/1988.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Educação, Trabalho e Lutas Sociais. In: **A cidadania negada**: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GOUVEIA, Andréia Barbosa Ferraz; SANTOS, Marcos Alexandre dos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. In: **Educar em Revista**. Nº 48, abr./ jun. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

JUIZ DE FORA, Prefeitura Municipal. **Puxando pela memória** – uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora, 2003.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MINAS GERAIS. Juiz de Fora em dois tempos. In: **Tribuna de Minas**. Publicação comemorativa dos cento e cinquenta anos de Juiz de Fora. Tribuna de Minas, 2000.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação**: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011.

MOCKLER, Nicole. Beyond ‘what works’: understanding teacher identity as a practical and political tool. **Teachers and Teaching: Theory and Practice**, v.17, n.5, p.517-528, oct. 2011.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre, 1991.

_____. **Os Professores e a sua formação**. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. **Profissão Professor**. Editora Porto, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das Políticas Educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: vol. 26, nº 92, p. 753-775, Especial – Out. 2005.

_____. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005.

_____. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44. p. 209-227. dez. 2006.

_____. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

_____. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 17-35, 2010. Editora UFPR.

_____. Das políticas de governo a política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

PAIVA, Josiane de Souza. **Plano Decenal Municipal de Educação: uma análise sobre a participação da sociedade civil no processo de elaboração**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2009.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul./dez. 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa. Nº 114. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Nov. 2001.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SILVA; VIEIRA; MURTA; CLEMENTE; BELIZARIO e OLIVEIRA. “Competência, qualificação e trabalho docente”. In: **Revista Extra-Classe**. SINPRO-MG, nº 3, vol. 2. Belo Horizonte: 2010.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). In: **Educação e Sociedade**. Campinas: Vol. 22, nº 77. Dec. 2001.

VIANNA, Cláudia. A produção acadêmica sobre organização docente: Ação coletiva e relações de gênero. In: **Educação e Sociedade**. Ano XXII, nº 77, Dez./2001.

VIANNA, Cláudia. **Professores e professoras: identidade e ações coletivas em construção** - Trabalho encomendado para a 24ª Reunião da ANPED/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. In: 24ª Reunião da ANPED/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambu. 24ª Reunião da ANPED/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - CDroom, 2001.

VIEIRA, Josenilton Nunes. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

APÊNDICES

A – Roteiros de entrevistas com dirigentes sindicais

- a) Quanto tempo possui de sindicalização?
- b) O que o levou a se sindicalizar?
- c) Há quanto tempo esteve/está na diretoria?
- d) Qual é o seu posicionamento político? É vinculado a algum partido político?
- e) Quais teses políticas e educativas percebe no Sindicato?
- f) Como a participação sindical interfere/contribui para a identidade profissional do professor?
- g) Como a participação no sindicato influencia na atuação dos professores, em relação aos projetos e políticas da Secretaria de Educação e do MEC?
- h) No SINPRO há a preocupação com a formação da consciência política do professor? Como isso se concretiza na prática?
- i) O SINPRO tem um projeto político definido?
- j) Existem políticas de aperfeiçoamento profissional do professor? Como isso se concretiza?
- k) Quais são os espaços e momentos de formação profissional dos professores?
- l) É papel do Sindicato promover a formação profissional do professor?
- m) Quais são os desafios à ampliação da participação?
- n) As ações previstas no Estatuto do Sindicato, para as Secretarias de Cultura e de Assuntos Educacionais, se concretizavam/concretizam de que maneira?
- o) Existia/existe dotação orçamentária própria para as Secretarias de Cultura e de Assuntos Educacionais?
- p) O que caracteriza a identidade profissional docente?

B - Roteiros de entrevistas com Professores

- a) Quanto tempo possui de sindicalização?
- b) O que o levou a se sindicalizar?
- c) Qual é o seu posicionamento político?
- d) É vinculado a algum partido político?
- e) Como se fez professor?
- f) Na sua carreira, o que mais contribuiu para ser professor?
- g) Quais influências foram mais importantes em sua formação e atuação?
- h) Quais teses políticas e educativas percebe no Sindicato?
- i) Como a participação sindical interfere/contribui para a sua identidade profissional?
- j) Como sua participação no sindicato influencia em sua atuação como professor, em relação aos projetos e políticas da Secretaria de Educação e do MEC?
- k) Em que medida a participação sindical influenciou na sua atuação profissional em relação aos seus direitos?
- l) Em sua opinião o que caracteriza a identidade profissional docente?

C – Quadro de consulta documental “Chamadas”

- LIVROS DE CHAMADAS: ANO 2004

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2004 / 142	- ACVM; Triênios atrasados; necessidade de efetivações; férias-prêmio; jornada de 15hr; critérios de contratação; atraso na entrega de vales transporte; pagamento de horas extras; salários atrasados dos contratados; jornada de trabalho das coordenadoras pedagógicas; pagamento dos precatórios trabalhistas; adicional de 20% por trabalho com aluno portador de necessidades especiais; recomposição de perdas salariais.
2004 / 145	- Administração não negocia índice com a representação sindical; Precatórios não pagos pela PJJ; Reajuste salarial; realização do IV Congresso de Professores (COSINPRO – Instância Máxima de Deliberação do Sindicato que ocorre a cada 3 anos buscando qualificar os profissionais da educação no município).
2004 / 146	- Chamada para assembléia de campanha salarial com indicativo de greve.
2004 / 148	- Abertura das negociações; chamado para Assembléia pelo Movimento de Greve; pagamento de dívidas trabalhistas; índice de reajuste.
2004 / 149	- Relata campanha salarial de 2004 (negociações de maio a junho, com greve decretada e apoiada por mais de 900 profissionais em assembléia, mobilizações, entradas na mídia); ganhos de greve (índice de reajuste, precatórios pagos, aumento no ACVM, seleção competitiva interna para secretários escolares, jornada de trabalho das coordenadoras pedagógicas definida com possibilidade de dobra, ampliação do quadro de carreira docente, promessa de nomeações mais ágeis para concursados).
2004 / 150	- Comunica II Mostra Cultural.
2004 / 151	- Comunica Festa do Giz.
2004 / 152	- Eleição para composição de Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes para o triênio 2005 / 2007.
2004 / 153	- Aniversário do SINPRO.
2004 / 154	- Comunica período de inscrição para bolsa de estudo 2005.
2004 / 155	- Apresentação de edital para Bolsas de estudo 2005.
2004 / 156	- Eleições SINPRO; apresentação das chapas; comunica abertura de vagas para efetivação; comunica aprovação de aumento de prefeito, diretores e vices de departamentos da PJJ por parte da Câmara Municipal.
2004 / 157	- Convoca Assembléia Geral para retomar mobilização; efetivações; abertura das negociações salariais para 2005.
2004 / 158	- Chamada para retomar mobilizações para garantir conquistas; efetivações; abertura da negociação salarial para 2005.
2004 / 159	- Eleições do SINPRO – 2005 / 2007.
2004 / 160	- Início campanha salarial 2005..
2004 / 161	- Resultado de bolsas de estudo para 2005

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2005

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2005 / 162	- Comunica eventos em razão das comemorações pelos 70 anos do SINPRO; inauguração do Arquivo Histórico do sindicato; lançamento do documentário “Somos a medida de nossa luta” com a história do SINPRO; efetivações; nova diretoria.
2005 / 163	- Comunica Bloco do Mestre.
2005 / 166	- Campanha salarial 2005; FAPEB; Nova Administração Municipal; Nova estrutura da GEB /

	SE; merenda escolar; pagamento de horas extra na Educação Infantil; pagamento de adicional de 20% para professores que trabalhem com alunos portadores de necessidades especiais.
2005 / 169	- Convite para o “Arraiá do Magistério”.
2005 / 170	- Categoria fecha acordo e PJJ reconhece perdas salariais; início da campanha salarial; nova administração municipal; magistério aprova pauta de reivindicações com: reposição da inflação, reconhecimento de perdas acumuladas e o começo de seu pagamento com parcela inicial; reajuste do ACVM; concursos com validade prorrogada por até dois anos; comunica pisos salariais atualizados; debate sobre o que se deve esperar do Plano Decenal e os riscos de uma concepção neoliberal de educação.
2005 / 171	- Crítica a crise política instaurada dentro do governo federal e o esquema de corrupção ligado ao PT; considerações sobre a relação entre neoliberalismo, Estado Mínimo e o Poder do Capital; políticas financiadas pelo FMI e Banco Mundial; em nome da governabilidade a presidência da República fez alianças com partidos ligados a burguesia; manutenção da política econômica gestada durante o governo FHC; necessidade de mobilização da classe trabalhadora; reorganização dos movimentos sociais (“Carta ao Povo Brasileiro”); organização local do Fórum por um Governo Democrático Popular; comunica Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo e da Cidade em SP; Grito dos Excluídos e Assembléia Popular Nacional: Mutirão por um Novo Brasil; reajuste salarial; Assédio Moral; comunica início do funcionamento do MPT – Ministério Público do Trabalho em Juiz de Fora; debate com João Pedro Stédile – MST sobre situação política brasileira; compromissos firmados com a categoria e não atendidos pela PJJ; modificação de funcionamento dos cursos sem presenciais de EJA; denúncias de abuso e desrespeito aos profissionais que atuam nas creches municipais; coordenadoras de creches não pertencentes ao Quadro de Carreira do Magistério municipal; contratações sem consulta à categoria, com publicação antecipada de edital; efetivações; Plano Decenal da Educação e Plano Municipal Decenal da Educação em curso (sindicato faz debate com a categoria sobre diferentes projetos do governo e dos -educadores).
2005 / 173	- Apresenta critérios e prazos quanto ao benefício das bolsas de estudo 2006.
2005 / 175	- Comunica resultados das bolsas de estudo 2006.
2005 / 176	- Retomada de conquistas de 2005: Previdência Municipal foi aprovada em regime de repartição simples e sob a gestão do poder público, não transferindo responsabilidades ao trabalhador; o Plano Decenal da Educação contou com a participação expressiva da categoria que deixou clara a defesa do Ensino Público enquanto dever do Estado; alertou para a campanha salarial do ano de 2006 e sobre a realização do IV COSINPRO para firmar e definir bandeiras de lutas; comunicou que a PJJ iniciará recomposição de perdas salariais; criticou contratação com edital apressado e com novos critérios que não foram comunicados previamente ao sindicato; comunicou pagamento de horas extras dos profissionais da Educação Infantil e das escolas conveniadas e pagamento de 50% da dívida referente aos adicionais de 20%% por trabalho com aluno especial; adicionais por formação começaram a ser pagos após atraso de meses; novas normatizações da PJJ quanto a entrega de atestados médicos; críticas à Resolução 002 / 2005 que trata do funcionamento e organização das escolas, destacando que as mesmas devem ter sua autonomia preservada; comunicou prazos para prestação de contas do ACVM; denúncias: levantamento de vagas disponíveis apresentado não é o mesmo que o sindicato possui, PJJ não garante vencimento proporcional à jornada trabalhada das coordenadoras pedagógicas e promete novo concurso para sanar o problema de horas; transferências criaram polemias; mudança na Previdência do Servidor. Foi aprovado o Plano Decenal Municipal da Educação que será enviado a Câmara. Comunica resultados da eleição de diretores das escolas da rede municipal.
2005 / 180	- Campanha Salarial para o ano de 2006; chamada para Assembléia, com os pontos: reajuste salarial e recomposição de perdas acumuladas, efetivação imediata dos concursados; revisão dos critérios de contratação; calendário e autonomia das escolas; pagamento do adicional de 20% (1994 a 2000); reajuste do valor do ACVM; ampliação da licença remunerada para estudos; revisão da gratificação dos diretores; fim das tarifas bancárias.
2005 / 183	- Comunica ganhos das últimas mobilizações: reajuste de 6%; reajuste do ACVM; fim dos sábados escolares e decretação de recesso na última semana do ano escolar; 4% de adicional sobre o salário por participação em reuniões pedagógicas; isonomia com demais cargos de chefia da PJJ com gratificação de 40% e 25% para diretores e vices; adicional automático por formação para secretários a partir de 2007; efetivação de mais 1300 profissionais.

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2006

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2006 / 187	- Bolsas de estudo 2007 critérios e prazos; acordo com plano UNIMED será encerrado.
2006 / 188	- Prefeitura ataca direitos do Magistério; PJF baixa portaria suspendendo liberação de férias prêmio por tempo indeterminado; chama para Assembléia; acordo de greve não está sendo cumprido.
2006 / 191	- Exige regularização do adicional por reuniões pedagógicas; adicional por formação dos secretários precisa ser aprovado; efetivações; adicionais em atraso; isonomia para diretores e vices aprovada; prestação de contas do ACVM; concurso para PRB e Coordenador Pedagógico; debates do mês do professor nas escolas; promoção de atividades pelo mês do professor; reabilitação de profissionais; renovação de plano UNIMED com o SINPRO.
2006 / 195	- Campanha salarial 2007; paralisação nacional com Assembléia em defesa de um piso nacional; exigência de reposição e piso unificado; critica atendimento desorganizado na SE, salas de aulas muito cheias e assédio moral; cobrança de reajuste; efetivações; concurso; instrutor de formação; secretários escolares; licenças prêmio; contratação; CPC e CESU; vale alimentação; cesta de Natal; transporte; ampliar a progressão; ACVM; dirigentes sindicais; pagamento imediato de dividas trabalhistas e verbas retidas; ampliação do numero de licenças remuneradas; licenças não remuneradas; liberação de aulas / atividades para os delegados do COSINPRO; liberação para assembléias; reuniões pedagógicas; saúde; jornada da educação; aumento oferta de vagas 6º ao 9º ano no turno da tarde; regularização das transferências; construção e adaptação das salas de artes educação física; estudar plano de assistência social e segurança nas escolas; manutenção do laboratório de informática do CFP; atualização do acervo da biblioteca do CFP; estender plano SS aos pais e irmãos; adequação da lei orgânica ao Plano Decenal; extensão e adequação da gratificação de 40% e 25% de diretores e vices; vales transporte; profissionais reabilitados.
2006 / 201	- Inscrição para bolsas de estudo; Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação (Paralisação Nacional “Pague o Piso ou Pague o Preço”); aposentadorias.

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2007

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2007 / 194	- Campanha salarial 2007; chamada para Assembléia onde se definirá pauta de reivindicações e o índice de reajuste a ser negociado com a PJF; manifesta repúdio ao aumento das passagens de ônibus na cidade; aposentadoria especial para diretores e coordenadores segundo lei 11301/06; comunica atraso no pagamento de direitos e gratificações, acessos, triênios, adicional por formação, gratificação de diretores e vices, férias prêmio.
2007 / 200	- Questionamento à “Parada Pedagógica” da PJF; comunica plebiscito nas escolas sobre a privatização da Vale do Rio Doce; comunica mobilizações ocorridas na greve; exige da PJF posicionamento quanto aos acordos feitos em relação a ACVM, adicional de formação para secretários, reuniões pedagógicas, efetivações; comunica Festa do Giz; inscrição para bolsas de estudo; crítica ao Plano de Desenvolvimento da Educação; comunica participação em mobilizações nacionais em prol da educação.

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2008

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2008 / 208	- Campanha salarial; escândalo da administração Alberto Bejani.

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2009

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2009 / 223	- Comunica critérios, prazos e inscrição para bolsas de estudo 2010; esclarece que coordenadores não devem exercer função de professores nas escolas; campanha salarial; orientações de combate a Influenza A; PJF quer atacar plano de carreira do magistério municipal; chamada para Assembléia com paralisação e indicativo de greve; greve nacional "O piso é lei, faça valer" pela imediata implantação do piso salarial nacional; homenagem aos secretários escolares.

- LIVROS DE CHAMADAS : ANO 2010

(FORAM CONSIDERADAS APENAS AS CHAMADAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO)

NÚMERO	TEMAS
2010 / 229	-
2010 / 233	- Campanha salarial; unidade e mobilização são garantias de vitória; reivindicações do magistério em Assembléia com redução de carga horária.
2010 / 234	- Comunica vitórias da campanha salarial 2010: proposta de promoção de secretários escolares; afastamento da sala de aula por tempo de serviço; incorporação de adicional no salário por participação em reunião pedagógica; reajuste do ACVM; contratados com formação superior (proposta de igualar vencimentos aos efetivos); nova proposta de remuneração para coordenadores pedagógicos, diretores e vices; concurso para projetos.
2010 / 236	- Eleição SINPRO, critérios para votação e datas.
2010 / 238	- Classificação para bolsas de estudo 2011.

ANEXOS

A – MODELO DE PUBLICAÇÃO TEMÁTICA “CHAMADA”

Chamada

Rede Municipal

SINPRO JF
Filiado à
CUT contes
Ano 2011, nº 242
www.sinprojf.org.br

Prefeitura quer antecipar a database para 1º de janeiro, durante o nosso recesso

Desde o final de nosso movimento unificado na Campanha Salarial do ano passado, o Sindicato tem se reunido sistematicamente com a Administração tucana para negociar nossas demandas e regulamentar as conquistas e avanços adquiridos com nossa luta.

O processo tem sido marcado por intenso desgaste e obstáculos são apresentados pela Administração.

No início deste ano, o Sinpro foi surpreendido por ações políticas de clara retaliação, partidas da Secretaria de Administração, como a tentativa de dificultar o desconto dos filiados em folha, com o intuito de inviabilizar o funcionamento de nossa entidade. Além disso, desferiu um ataque sem precedentes na história da PJF, ao tentar retirar

duas liberações de dirigentes sindicais do Sinpro, para comprometer nossa capacidade de mobilização. **Mas o pior é a tentativa de antecipar a database de todo funcionalismo público para 1º de janeiro, período de recesso, o que dificulta a nossa mobilização e a unidade dos quatro sindicatos.**

O secretário talvez desconheça a história de nossa entidade e o poder de força de nossa categoria. Esse tipo de política não nos intimida. Ao contrário, só fortalece nossa disposição de combater aqueles que castigam a população com altos tributos, privatizam os serviços públicos e submetem os servidores municipais a condições degradantes de trabalho e salários aviltantes.

Vamos aprovar nossa pauta de reivindicações!

Está público e notório o que esta Administração representa para o conjunto da classe trabalhadora: desrespeito e ataque aos direitos conquistados. As ações privatistas implementadas pela gestão do Sr. Custódio Matos apontam para o desmantelamento do setor público, a precarização das condições de trabalho

e o arrocho salarial imposto aos servidores municipais.

Este ano será decisivo na demarcação de nossas posições: não toleraremos a política destrutiva de nossos direitos e conquistas! Não nos submeteremos à qualquer tipo de intimidação e não aceitaremos o discurso recorrente de falta de recursos,

enquanto foi divulgado recentemente em órgão local de imprensa que o atual governo gasta com a folha de pagamento o menor percentual em muitos anos.

Vamos, de forma unificada **com todos os servidores**, dar uma resposta aos desmandos da Administração, em defesa de nossos avanços e conquistas.

ASSEMBLEIA

com paralisação

**Pauta: Campanha Salarial 2011 e cumprimento do acordo
Quinta (03/03), 15h, no Pró-Música (Rio Branco, 2329)**



Prefeito proíbe adoecimento dos trabalhadores

A Administração Municipal avança sobre os servidores municipais, impondo-lhes critérios excessivamente severos na utilização do atestado médico.

Não bastassem o desrespeito e o descaso com os trabalhadores, vítimas de condições precarizadas, a atual Administração os proíbe, na prática, que adoçam.

Ao dificultar a apresentação dos atestados, aceitando somente aqueles provenientes do Saúde Servidor e do SUS, o Sr. Custódio pune os trabalhadores em geral, usuários do Sistema Único de Saúde, que já enfrentam tamanhas dificuldades de atendimento e sofrerão, ainda mais, com o congestionamento provocado por essa atitude unilateral da Prefeitura.

Além disso, é injustificável o reconhecimento do Saúde Servidor como único emissor de atestados médicos, como se as pessoas não tivessem direito de escolha a outros planos de saúde, e como se os demais médicos não estivessem habilitados para tal.

O Sindicato já manifestou em várias reuniões sua discordância com este procedimento. Vamos combater com firmeza a intransigência da Administração.

Prefeitura não paga extensão de carga horária

A Administração Municipal gosta muito de se exaltar como cumpridora da lei. Infelizmente, esta iniciativa só se realiza quando é benéfica aos interesses da gestão do atual prefeito.

Vários professores que estenderam sua carga horária a fim de cobrir as aulas em vacância, provenientes de licenças diversas e afastamentos, ainda não receberam por essas atividades.

É inacreditável o tratamento que a Prefeitura dispensa aos trabalhadores da educação, dando calote no pagamento devido pelo trabalho realizado.

Finalmente, PJF envia mensagem com pontos negociados em 2010

Depois de inúmeras idas e vindas nas quais a Administração tucana adiou a regulamentação dos avanços obtidos na Campanha Salarial, no início desse ano a Secretaria de Administração enviou à Câmara Municipal a Mensagem sobre diversos pontos relativos às negociações.

O documento trata sobre coordenadores pedagógicos, diretores, incorporação parcial do adicional de reunião pedagógica e afastamento de sala de aula.

O Sindicato, ao analisar o teor da Mensagem, constatou algumas incorreções em itens que haviam sido negociados na campanha passada. Imediatamente entrou em contato com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, que concordaram em corrigir os pontos, além de enviar a Mensagem dos Secretários Escolares.

Na assembleia, daremos o informe completo sobre o que foi enviado à Câmara.

Dia Internacional de Luta da Mulher

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista. (...)
Aprender que mais vale lutar
do que recolher tudo fácil.
Antes acreditar
do que duvidar.

Cora Coralina



08 de março de 2011

SINPRO JF **CUT**
contag